



REVISTA DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS

Ano 89º
Volume LX
Janeiro, Fevereiro, Março
2012





Revista da
Academia
Mineira
de Letras

ANO 89º - VOLUME LX - JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO - 2012

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
 Rua da Bahia, 1466 – Telefax (0XX31) 3222-5764
 CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG
 www.academiamineiradeletras.org.br
 atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA

Presidente: Orlando Vaz
 Vice-presidente: Francelino Pereira
 Secretário Honorário: Oiliam José
 Secretário-geral: Aloísio Garcia
 1º secretário: Fábio Doyle
 2º secretário: Elizabeth Rennó
 Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
 1º tesoureiro: José Henrique Santos
 2º tesoureiro: Bonifácio Andrada

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Orlando Vaz
 Conselho Editorial: Aluísio Pimenta, Antenor Pimenta e Eduardo Almeida Reis.
 Editor Geral: José Bento Teixeira de Salles
 Revisão: Pedro Sérgio Lozar
 Digitação: Marília Moura Guilherme
 Diagramação: Raquel de Moraes Mariani
 Capa: Leonardo Paiva Pacheco
 Impressão: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras - Ano 89º - volume LX
 Revista da Academia Mineira de Letras/ Academia Mineira de Letras/v. LX/ 2012
 Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2012.
 janeiro, fevereiro, março de 2012

Fundada em 1922

1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias, 1. Academia Mineira de Letras

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
A LITERATURA É O ESPAÇO DA FANTASIA	
<i>Orlando Vaz</i>	9
PERMANENTE DEFENSOR DAS GRANDES CAUSAS MINEIRAS	
<i>Aécio Neves</i>	11
NÃO SE ESQUECE O QUE ESTÁ GRAVADO NA MEMÓRIA DO CORAÇÃO	
<i>Amílcar Vianna Martins</i>	13
“ESTA É A GLÓRIA QUE FICA, ELEVA E CONSOLA”	
<i>Francelino Pereira</i>	21
ATRIBUTOS QUE SE MESCLAM ÀS MAIS NOBRES ORIGENS FAMILIARES	
<i>Aloísio Garcia</i>	23
UMA SÍNTESE DA REALIDADE MINEIRA NA VOZ ACADÊMICA	
<i>Afonso Arinos de Mello Franco</i>	29
A PRESENÇA DOS MELLO FRANCO NA HISTÓRIA DE MINAS	
<i>Pe. José Carlos Brandi Aleixo</i>	39
MODO DE ESQUECER, MODO DE LEMBRAR	
<i>Afonso Romano de Sant’Ana</i>	51
A FALTA QUE ELE FAZ A MINAS ALTIVA E REVERENCIADA	
<i>Francelino Pereira</i>	57
SUA HONRA, SEU NOME E SEU LOUVOR HÃO DE SEMPRE PERDURAR	
<i>Con. José Geraldo Vidigal de Carvalho</i>	63

LITERATURA E MÚSICA	
<i>Fábio Lucas</i>	77
A POESIA CONTRAPÕE REALIDADE E FANTASIA	
<i>Elizabeth Rennó</i>	85
PERFIL ACADÊMICO	
FÁBIO DOYLE	
<i>Petrônio Souza Gonçalves</i>	89
A FLUÊNCIA DO ORADOR EMOLDUROU SEU TRIUNFO PROFISSIONAL	
<i>João Amilcar Salgado</i>	95
UM GRITO DE AMOR E DE SAUDADE	
<i>Carmen Schneider Guimarães</i>	101
O CONTO MINEIRO	
MARIAZINHA	
<i>Murilo Rubião</i>	105
RIO DOCE – A ESPANTOSA EVOLUÇÃO DE UM VALE	
<i>Marco Antônio T. Coelho</i>	111
A PESTE BRANCA CHEGA A MINAS	
<i>Manoel Hygino dos Santos</i>	115
TEATRO	
PEQUENA HISTÓRIA DOS GRUPOS TEATRAIS	
<i>Jota Dangelo</i>	121
CINEMA	
CINEMA DE POESIA EM MINAS	
<i>Paulo Augusto Gomes</i>	127
MÚSICA	
A SINFONIA “FAUSTO” E O POEMA SINFÔNICO “OS IDEAIS”	
<i>Paulo Sérgio Malheiros dos Santos</i>	131
ARTES PLÁSTICAS	
TERNURAS BIDIMENSIONAIS	
<i>Carlos Perktold</i>	137

A METALINGUAGEM NOS SONETOS DE CLAUDIO MANUEL DA COSTA	
<i>Isabella Lígia Moraes</i>	143
CINE-THEATRO BRASIL – UMA VOLTA AO PASSADO	
<i>Ricardo Teixeira de Salles</i>	153
O HOMEM E A RELIGIÃO	
<i>Ernestina Remusat Rennó</i>	159
TSUNAMI	
<i>Yeda Prates Bernis</i>	167
SOBRE O TEMPO	
<i>Petrônio Souza Gonçalves</i>	169
CANTILENA PARA MARIANA	
<i>Paschoal Motta</i>	171
AS MARGENS POÉTICAS DE CATAGUASES NO IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS	
<i>Lina Tâmega Peixoto</i>	173
A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO NO ESTADO DEMOCRÁTICO	
<i>Felipe Martins Pinto</i>	185
A MORTE DE ARISTIDES TRAÍRA	
<i>Helvécio Oliveira Lima</i>	189
AS MINAS GERAIS	
<i>Diego Campos Fonseca</i>	191

APRESENTAÇÃO

Fundada em 1922, a *Revista da Academia Mineira de Letras* procura manter vivos os seus propósitos de ser um dos instrumentos de divulgação da cultura mineira, que encontra sugestiva representação na entidade maior que congrega escritores e intelectuais do Estado.

A publicação tem cumprido, com dificuldades e perseverança, seus objetivos básicos, contando, para tanto, com a inestimável participação dos acadêmicos e de outros mineiros ilustres, dentro de seu plano de abrir um leque para a participação de todos, no objetivo comum de imprimir, em suas páginas, o espírito de mineiridade que inspira nossos objetivos.

Sendo assim, a *Revista* publica neste número, não apenas preciosas colaborações de acadêmicos, como também textos de outros escritores identificados conosco no esforço comum de assegurar a almejada qualidade das matérias inseridas.

Uma vez mais, agradecemos o apoio e solidariedade recebidos e reafirmamos nosso compromisso de fazer da *Revista* uma legítima representante da inteligência e da cultura dos mineiros.

A LITERATURA É O ESPAÇO DA FANTASIA

Orlando Vaz**

No velório do saudoso acadêmico Bartolomeu Campos de Queirós, realizado no auditório Vivaldi Moreira da Academia Mineira de Letras no dia 16 de janeiro de 2012, o presidente Orlando Vaz falou em nome da Instituição, lamentando a perda do inolvidável amigo e consagrado escritor.

Publicamos, a seguir, as palavras proferidas pelo ilustre acadêmico:

Com profundo pesar, a Academia Mineira de Letras perdeu Bartolomeu Campos de Queirós, intelectual aplicado, escritor admirável, possuidor ainda de notável criatividade para relacionar-se com fatos do passado, pessoas e imagens da vida real.

*Nascido no Município de Papagaios, Comarca de Pitangui, em Minas Gerais, teve editada a sua primeira obra em 1974. Lá se vão cerca de 38 anos, dezenas de livros para crianças, adolescentes, moços, gente da maturidade e também para os idosos. Dizia não direcionar seus livros para fronteiras de idades. A última obra lançada, **Vermelho amargo**, é muito recente e veio a lume no ano de 2011, livro que guardo com desvanecido carinho e com dedicatória que me foi por ele ofertada.*

Perguntaram a Bartolomeu Campos de Queirós, em Montes Claros, na oportunidade de entrevista concedida à jornalista Jerúsia Arruda:

– Teve alguma coisa que você tentou fazer e não conseguiu ou queria ter feito e não tentou?

A resposta foi naturalmente simples, como era do estilo e do temperamento de Bartolomeu:

– “Não, eu sempre fui muito feliz assim. Como te falei, eu trabalhei no Ministério da Educação, na Secretaria de Estado da Educação, dirigi o Palácio das Artes em Belo Horizonte, e todos os lugares em que trabalhei foi muito interessante e tive muita sorte. Nunca fui convidado para fazer uma determinada coisa, sempre me diziam para fazer o que quisesse. Sempre trabalhei com criação. Eles sempre me chamaram para criar uma ideia, uma coisa nova. Então, isso me ajudou muito. E depois, com a literatura, eu exerço isso o tempo inteiro, porque

** Advogado, homem público, presidente da Academia Mineira de Letras.

a literatura é o espaço da fantasia. Quanto mais eu fantasio, melhor meu texto. A arte é o único trabalho no mundo hoje onde a fantasia é a matéria, os outros todos são repetições. A fantasia na arte é fundamental”.

A resposta ora transcrita, ipsis litteris, caracteriza o escritor e a personalidade do confrade e do colega de quem nos despedimos.

É certo que a Academia Mineira de Letras, em oportunidades outras, pelas palavras e pelos depoimentos de seus confrades, há de reverenciar-lhe a memória, continuando a estudar sua obra, com a admiração e o respeito que todos lhe tributamos.



PERMANENTE DEFENSOR DAS GRANDES CAUSAS MINEIRAS

*Aécio Neves**

Na sessão solene de posse do acadêmico Amílcar Vianna Martins Filho, o ex-governador e senador Aécio Neves enviou ao amigo e empossando a seguinte mensagem congratulatória:

As obrigações do mandato no Senado da República me impediram de estar presente, para compartilhar esta cerimônia na nossa Casa das Letras.

Não poderia, no entanto, deixar de saudar o ingresso de Amílcar Martins entre aqueles que deram decisivas contribuições à formação da nossa cultura e por isso alcançaram este honroso reconhecimento público.

Nada mais justo. Amílcar, afinal, tem sido permanente defensor das grandes causas de Minas, onde quer que tenha militado. Primeiro, como historiador. Depois, como homem público, em especial à frente da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais e de instituições do porte e relevância da Fundação João Pinheiro.

Mas é principalmente como um ativista da cultura que Amílcar tem prestado a Minas serviços incomparáveis e insubstituíveis.

Se é um estudioso dos traços da formação do caráter de Minas, essenciais para entender o conceito mais amplo da brasilidade, Amílcar realizou, adicionalmente, no curso do tempo, desde a juventude, uma obra de grandiosa envergadura, que hoje representa um acervo formidável dos registros da diversidade da produção cultural mineira, em sua esplêndida e cuidadosa Coleção Mineiriana, com seus inimagináveis 11 mil títulos disponíveis aos pesquisadores e ao público em geral. Trabalho que continua em pleno curso e ganha novos e importantes contornos com a ampliação dos espaços e dos serviços do Instituto Cultural Amílcar Martins, este importante núcleo da cultura mineira.

Não é sem motivo, portanto, que o chamamos, entre nós, amigos e admiradores, carinhosamente, de o Mindlin de Minas.

Cumprimento aos acadêmicos por essa acertada distinção e abraço o amigo e sempre valioso colaborador, Amílcar Martins.

Que esta honraria e o reconhecimento dos mineiros o continuem animando e fortalecendo o sentido da sua militância cultural e sua extrema dedicação

aos nossos bens atemporais, fundamentais à compreensão da nossa extensa história e, a partir dela, à construção do futuro que queremos e sonhamos.

*Brasília, 14 de julho de 2011.
Aécio Neves.*



NÃO SE ESQUECE O QUE ESTÁ GRAVADO NA MEMÓRIA DO CORAÇÃO*

*Amílcar Vianna Martins Filho***

Senhor Presidente, senhores e senhoras acadêmicos.

Permitam-me algumas saudações iniciais:

Acadêmico embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, cunhado e amigo há mais de 50 anos.

Querido amigo deputado federal Eduardo Azeredo, a quem tive o privilégio de servir na Prefeitura de Belo Horizonte, na Câmara Municipal de Belo Horizonte como seu líder e no Governo do Estado de Minas Gerais.

Querida amiga Maria Olívia de Castro Oliveira, secretária-adjunta do Estado da Cultura, representando nesta solenidade a secretária de Estado da Cultura Eliane Parreiras, também amiga querida.

Prezada professora Edilane Carneiro, representante da presidente da Fundação Municipal de Cultura, professora Thaís Pimentel, também amiga de muitos anos e colega da UFMG.

Ilustre ministro José Israel Vargas, velho amigo meu e da minha família.

Prezado amigo escritor Afonso Ávila.

Querido amigo professor João Antônio de Paula, Pró-reitor de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, meu colega no Departamento de Economia na Universidade.

Caro amigo professor Alexandre Cunha, Diretor da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, também meu colega no Departamento de Economia e no Conselho daquela Fundação.

Querida amiga Marilena Chaves, presidente da Fundação João Pinheiro.

Meus prezados amigos vereadores Heleno Abreu e Márcio Almeida.

Meus queridos irmãos, sobrinhos, cunhados e de uma maneira muito especial, meu filho Francisco.

* Discurso de posse na cadeira nº 4, da AML, na sessão solene do dia 14 de julho de 2011.

** Professor, historiador, escritor, da Academia Mineira de Letras.

Amigos e amigas, colegas de estudo e de trabalho nas diversas instituições por onde passei.

Minhas senhoras e meus senhores,

Que minhas primeiras palavras sejam de lembranças, de gratidão e de penitência.

Em um canto da sala de visitas da casa do meu avô, Eduardo Borges da Costa, esta casa aqui ao lado que hoje é a sede de nossa Academia, havia uma estátua de um anjo em petit bronze, presente da família Costa Senna, que continha a seguinte inscrição: "*La reconnaissance est la mémoire du coeur*". É este, exatamente este sentimento de gratidão e de reconhecimento que vem do fundo de meu coração que quero expressar neste momento aos senhores e senhoras acadêmicos que me escolheram para ser seu par.

Sou grato e serei eternamente grato não apenas pela honraria que me concederam, como também pela acolhida calorosa e fraterna, plena de companheirismo e camaradagem com que me recebem nesta Casa. São manifestações de apreço, amizade, consideração e carinho, que me proporcionam um momento de imensa felicidade. Lembrando uma vez mais a frase de Hans Christian Andersen que acabei de citar, não se esquece jamais o que está gravado na memória do coração. Para sempre, sou muito grato.

Este é também o momento de prestar uma comovida homenagem à memória de três grandes acadêmicos que me honraram com seu convívio e amizade.

Vivaldi Moreira, o nosso presidente perpétuo que dedicou grande parte da sua vida à Academia e que cuidou, com grande desvelo e carinho, da casa de minha família. Miguel Augusto Gonçalves de Souza, que presidiu minha eleição, a quem devo, no decorrer de nosso convívio, incontáveis manifestações de apreço e consideração. Finalmente, e de uma maneira muito especial, quero lembrar com saudade e gratidão do presidente e amigo Murilo Badaró. Todos sabem que ele foi o grande responsável por minha presença aqui. Por tudo que fez por mim, sou seu eterno devedor.

Gostaria de acrescentar uma palavra de agradecimento ao querido amigo Senador Aécio Neves que, no meio de seus muitos afazeres, encontrou tempo para me surpreender com uma delicada manifestação de apreço e amizade. Só mesmo sua fidalguia e generosidade explicam essa imerecida homenagem.

Nós, mineiros, somos gratos por tudo que tem feito pelo nosso Estado e temos a certeza de que o futuro lhe reserva uma responsabilidade ainda maior, para honra de Minas e do Brasil.

Quero me dirigir agora ao governador Francelino Pereira que preside esta solenidade. É uma honra e um privilégio tomar posse na Academia Mineira de Letras em uma solenidade presidida por um homem cuja vida pública inatacável – a exemplo de Juscelino Kubitschek, Milton Campos, Aureliano Chaves e Tan-

credo Neves, também ex-governadores de Minas e ex-integrantes desta casa – faz jus às mais caras tradições de nossa terra. Obrigado, Governador; sua amizade me é muito grata, além de ser motivo de grande orgulho para mim. Sua presença aqui, neste momento, dignifica minha posse e representa mais uma homenagem que recebo desta casa.

Por último, mas não menos importante, agradeço sensibilizado as palavras amáveis do acadêmico Aloísio Garcia, que me saudou em nome de todos os senhores e senhoras acadêmicos. Confesso-me envaidecido com tamanha gentileza e generosidade. Só a proximidade de nossas trajetórias – ambos estudamos História, somos professores, servidores públicos e ex-secretários de Estado de Cultura – e a velha amizade que nos une, podem explicar os excessos de sua saudação, exagerando o pouco que tenho feito na vida, e desconsiderando com a mesma bondade, todas as minhas limitações e fraquezas. Assim, recebo penhoradamente mais esta manifestação de amizade e simpatia.

Feitos os agradecimentos, é chegado o momento de minha penitência.

Preciso compartilhar com todos o torvelinho de sensações contraditórias que me atormentam e confundem desde a notícia da minha eleição. Refiro-me aos sentimentos de dúvida, de incerteza, de não pertencimento, quase de intromissão que me afligem, provocados pela ousadia, pela audácia da postulação.

Ao contrário de Santo Antão, o Abade, que no século IV da Era Cristã resistiu por noventa anos às mais terríveis e ardilosas tentações, e do nosso mais próximo Santo Antônio de Lisboa, santo da minha devoção, que também enfrentou (e venceu) inúmeras tentações ao longo de sua vida, eu, que não sou santo, sucumbi e me deixei seduzir pelo canto da sereia, pecando pela vaidade e soberba.

Assim, só me resta pedir perdão e tentar suavizar meu erro. Vou procurar fazê-lo lançando mão de duas linhas de argumentação.

Em primeiro lugar, é possível admitir que, se por um lado sou réu confesso, e assumo minha culpa, minha máxima culpa por ter cometido este ato de soberba, por outro lado também é possível imaginar ter sido eu vítima de uma generosa injustiça cometida pelos meus queridos amigos e amigas, hoje confrades e confeitras, ao me admitirem em seu meio. Não quero com esse silogismo passar de réu a acusador, mas apenas amenizar um pouco o meu sentimento de culpa.

A segunda linha de argumentação, e esta hipótese, mais do que a primeira, me conforta e me convém, parece razoável afirmar, e este tem sido o entendimento de muitos, que a Academia Mineira de Letras, a casa de Alphonsus, não é, exclusivamente, uma reunião de escritores.

Desde a sua criação, esta casa abrigou algumas das maiores expressões do cânone da literatura mineira e brasileira. A simples lembrança de alguns acadêmicos que já não se encontram entre nós, a começar pelos membros da família Guimaraens, Alphonsus de Guimaraens, Alphonsus de Guimaraens Filho e João Alphonsus, sem me esquecer de nomes como Cyro dos Anjos, Godofredo Ran-

gel, Abgar Renault, Enrique de Resende, Henriqueta Lisboa, Guilhermino César, Eduardo Frieiro e Emilio Moura, seria suficiente, por si só, para justificar sobejamente e *ad nauseam* a existência de nossa Academia. Sem embargo, na perspectiva que sugiro, além de reunir, no passado e no presente, grandes mestres das letras e do pensamento, é ainda maior e mais grandiosa sua missão civilizatória.

Gostaria de descrever a vocação desta Casa com apenas duas palavras: mediação cultural. Este é o verdadeiro propósito e a razão de ser de todas as academias: guardar e transmitir às futuras gerações todas as manifestações do espírito e da inteligência humana. Não é tarefa de pouca monta. Desde sua origem na África, há mais de 100 mil anos atrás, o *homo sapiens* marcou sua presença na Terra por uma série de avanços, invenções, descobertas e aprendizados. Entre tantas descobertas e revoluções espetaculares, quatro me parecem decisivas para a sobrevivência de nossa espécie e sua supremacia perante as outras.

São elas o desenvolvimento da linguagem, entre 40 e 60 mil anos atrás; a invenção da escrita, há mais ou menos 7 mil anos; a criação da Antiga Biblioteca de Alexandria, no século III a.C.; e, finalmente, a invenção da imprensa e do livro, no século XV de nossa Era.

A palavra nos tornou humanos e nos diferenciou definitivamente de todas as espécies; a escrita perpetuou a palavra e assegurou a acumulação do conhecimento que produzimos; as bibliotecas viabilizaram a guarda e a preservação do conhecimento produzido; e o livro que, com sua infinita capacidade de reprodução, pode ser considerado, talvez, o mais engenhoso e revolucionário artefato criado pelo homem.

Somos, portanto, guardiães da palavra, em todas as suas manifestações e em seu imenso potencial transformador. Da palavra falada, da palavra escrita, da palavra impressa e, até mesmo, da palavra apenas pensada, pois, como nos ensina o poeta, a palavra não dita não se esgotou e pode ser ouvida.

Desta forma, somos herdeiros legítimos e sucessores de um formidável exército de traficantes de idéias. Fazem parte desta irmandade, além das academias, universidades, bibliotecas, museus e outros centros de cultura, um grande número de pessoas, como romancistas, poetas, ensaístas, cronistas, contistas, jornalistas, filósofos, filólogos, lingüistas, historiadores, memorialistas, biógrafos, bibliotecários, bibliófilos, publicistas, oradores, tradutores, escribas, copistas, calígrafos, editores, livreiros, alfarrabistas, críticos, cientistas sociais, restauradores, encadernadores e, é claro, a razão de ser de toda esta confraria, os leitores. Assim entendida sua vocação, posso imaginar existir, em nossa Academia, um lugar para um obscuro historiador e ajuntador de livros. Desta forma, estou pronto para participar desse grande esforço de mediação cultural que constitui a tarefa de todos nós.

Senhor Presidente, senhores e senhoras acadêmicos, meus senhores e minhas senhoras.

Em muitas posses nesta Academia, é quase um lugar comum um pronunciamento de orgulho, de lealdade e de carinho com a nossa terra e a nossa gente. Quero também fazê-lo, não pelo costume ou obrigação, mas por um sincero sentimento de mineiridade.

Posso dizer, senhor Presidente, que vivo de ser mineiro, sou mineiro profissional, pois dediquei grande parte da minha vida ao estudo da nossa história e ao esforço de preservá-la para as próximas gerações. Reafirmo minha lealdade e meu compromisso com os mais altos valores das nossas Minas Gerais – a justiça e a liberdade.

Antes da saudação final ao patrono e aos meus antecessores na cadeira de número 4, peço licença, neste momento, para deixar que a saudade e a emoção tomem conta de mim. Falo agora com o coração sobre a minha família e os laços de afeto e carinho que me prendem a esta casa.

Graças à minha estrela, nasci em uma família verdadeiramente abençoada. Sou filho de Amilcar Vianna Martins e de Beatriz Borges Martins e, para todos que os conheceram, não é preciso dizer mais nada. A simples menção de seus nomes basta para explicar um sentimento que não tem medida – o tamanho do meu orgulho. Sinto muito a sua falta e em um esforço ilusório para tê-los aqui ao meu lado, carrego comigo dois livros. Um escrito por ele, o outro, escrito por ela.

O livro de papai *Os tabanideos do Estado de Minas Gerais*, sobre as mutucas e as doenças que elas transmitem, é o trabalho de um jovem cientista no início de uma brilhante carreira como sanitarista, parasitologista e entomologista que dedicou sua vida ao estudo e ao combate das doenças parasitárias (como a esquistossomose, a malária, a leishmaniose e a Doença de Chagas) que ainda afligem e matam a população pobre de Minas e do Brasil. O que o livro não revela, pela sua natureza, mas que está gravado no meu coração, é a figura do pai amoroso, amigo, solidário e dedicado à sua família.

O livro de mamãe *A vida é esta...*, escrito quando já havia completado 87 anos, é um livro de lembranças de sua infância em Belo Horizonte no começo do século XX, e da alegria de viver uma vida simples de dona de casa, marcada por muitas renúncias e sacrifícios de quem tem a responsabilidade de criar nove filhos com o salário sempre curto de um professor universitário. É também o registro da história de nossos antepassados, onde descreve a vida, os hábitos e costumes de várias gerações da nossa família. Finalmente, o livro é um manual de prendas domésticas e uma lição de como criar uma família com simplicidade sem abrir mão do seu proverbial capricho e da atenção aos mínimos detalhes.

Quem quiser saber, por exemplo, como se organiza de forma adequada uma coroação de Nossa Senhora, desde o vestido dos anjos – imaculadamente brancos e com as asas encomendadas em Santa Luzia, até a confecção dos cartuchos repolhudos com papel de seda branco e as amêndoas, também branquinhas e macias, de côco e de amendoim, é só consultar o livro, que também ensina como se faz uma bandeja de amor engaiolado, diferentes tipos de bordado, além de

muitas receitas deliciosas de doces, salgados e quitandas, como por exemplo as bolachinhas erradas, inventadas sem querer pela minha bisavó.

Guardo da minha mãe, também no meu coração, além do seu carinho e delicadeza, a lição de que na vida tudo vale a pena, desde que feito com amor, esmero e capricho.

Além de tudo que meus pais fizeram por mim, ganhei deles um presente de grande valor: quatro irmãos e quatro irmãs – Lúcia, Renato, Angela, Eliana, Sérgio, Roberto, Leticia e Eduardo, todos amigos queridos. O Renato, infelizmente, nos deixou muito cedo. A ele, minha saudade e meu carinho. Cada um à sua maneira, todos encontraram seu caminho e sua vocação. A natureza, algumas vezes madrasta, distribuiu de maneira desigual a herança genética que recebemos. Coube a mim ser o mais feio, mas ter a felicidade de ser por eles tratado com condescendência, tolerância, generosidade e carinho. Retribuo a todos com meu amor incondicional.

Mais uma vez, graças à minha estrela, tenho a Cláudia, minha mulher, meu amor e porto seguro, professora como eu e companheira querida que há quase 40 anos me ajuda e me ampara nos momentos sombrios de incertezas e de dificuldades e compartilha comigo os momentos de alegria e felicidade.

Para coroar tudo isto, desta vez graças à nossa estrela, minha e da Cláudia, temos o Chico, nosso filho querido, nosso orgulho, nossa paixão e razão de ser de nossas vidas e, mais uma vez repito, alegria da minha velhice.

Senhor Presidente, senhores e senhoras acadêmicos, senhores e senhoras.

Nesta noite de festa tão especial para mim, por mais de uma vez pude manifestar a alegria e a gratidão pela honraria que me concedem. Tenho motivos, porém, para sentir e compartilhar com todos vocês uma alegria muito especial, de natureza pessoal e singular.

Refiro-me, como podem imaginar, à minha volta a esta casa, ou melhor, a estas duas casas. Por estranho que possa parecer, há muitos anos estas casas não são propriedade de minha família, e, ao mesmo tempo, nunca deixaram de me pertencer. A minha posse na Academia representa, para mim, o retorno à casa da minha família. São muitos, e muito fortes, os laços de ternura que me prendem a estas casas.

Aqui, exatamente neste auditório em que estamos, era a casa dos meus bisavós, onde moravam na minha infância a bivo, e os tios Guilherme e Maria Cândida, a Tatan, meus tios-avós. Lembro com saudade do convívio ameno e alegre com eles, especialmente com o tio Guilherme, que com a morte da bivo e da Tatan se mudou para a casa da vovó.

Desta outra casa, que hoje é sede da Academia, Rua da Bahia 1466, tenho lembranças e saudades ainda mais fortes e mais vivas, pois dela me despedi quando já era casado, há pouco mais de 30 anos atrás. É a casa onde meu avô criou sua família: meus tios Santuza, Eduardo, Hilda e Osvaldo, além de Beatriz, minha mãe, que entre si se tratavam de Tutuzza, Dadico, Titiza (minha mãe), Hilda e Vado. Dessa casa me lembro de tudo. Cada detalhe de seus 44 cômodos, dos móveis, dos lustres, especialmente os de alabastro, que sempre me fascinaram de

maneira especial, dos quadros, do cheiro, dos ruídos, dos silêncios, da claridade e das sombras. Além dos espaços de livre acesso, haviam quartos de entradas restritas terminantemente proibidas, que eram, naturalmente, os nossos preferidos. Alguns despertavam curiosidade, outros nos metiam medo, como o porão, por exemplo.

Lembro da Mademoiselle Brousté, que morava em um apartamento no porão e que deu aulas de francês para meus primos e irmãos. Todos passavam por lá. Fui da sua última turma e nosso curso foi interrompido devido a seu retorno à França, sua terra natal. É por isso que aprendi francês pela metade. Ainda assim, graças a ela consigo me lembrar, por exemplo, das sete palavras que fugindo à regra acrescentam a letra “x” para formar o plural: bijou, caillou, chou. Genou, hibou, chouchou, pou.

Lembro com imensa saudade das festas de Natal, da Páscoa, das brincadeiras, escorregando no corrimão da escadaria principal e fazendo excursões aos lugares proibidos, desobedecendo sempre as ordens da vovó, que era muito severa. Recordo-me também do terraço dos fundos da casa, que ainda hoje conserva na parede, não apenas as marcas mas até mesmo restos de chumbo dos tiros disparados pelos soldados do 12º RI durante a Revolução de 1930. Lembro-me especialmente do cofre secreto, de brincadeira, escavado na coluna ao pé da escada principal, trabalho inacabado do meu avô, que tanto nos seduzia e encantava. São essas lembranças guardadas que explicam a alegria do meu retorno a esta casa.

Por fim, encerro meu discurso com o elogio ao patrono Frei José Mariano da Conceição Velloso e aos dois ocupantes que me antecederam na cadeira de número 4: Álvaro da Silveira e Alphonsus de Guimaraens Filho.

Ao contrário da minha acanhada trajetória intelectual, todos os três deixaram obra extensa e consagrada. Há, no entanto, para minha felicidade, um aspecto comum à biografia desses três grandes nomes das letras mineiras, que também eu, na medida das minhas possibilidades, tenho procurado exercer: o papel do mediador cultural.

O patrono desta cadeira, Frei José Mariano Conceição Velloso (1742-1811) é natural da Vila de São José del Rei (atual Tiradentes), na comarca do Rio das Mortes. Reconhecido e celebrado como um dos maiores naturalistas e botânicos do Brasil, é autor da monumental *Florae Fluminensis*, fruto de sete anos de pesquisa de campo na Capitania do Rio de Janeiro, onde descreve 1.740 espécimes da flora brasileira, que só foi publicada póstumamente em 11 volumes. A convite de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, criou e dirigiu a famosa Typografia Calco-graphica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, em Lisboa, onde traduziu e publicou dezenas de obras que pudessem ser úteis ao desenvolvimento das artes, industriais e agricultura no Brasil. Publicou ainda, entre 1798 e 1806, o também monumental *O Fazendeiro do Brasil*, dividido em 5 tomos e 11 volumes.

O fundador da cadeira Álvaro Astolfo da Silveira (1867-1945) é natural de Passos, no Sudoeste mineiro. Teve uma formação intelectual extremamente diversificada como engenheiro, geógrafo, botânico, geólogo, climatologista e historiador. Entre seus livros mais importantes podem ser citados *Narrativas e Memórias*, *Memórias corográficas* e *Florália Montium*.

Foi um grande mediador cultural, aproximando diversas áreas do conhecimento como a engenharia civil e a engenharia de minas, a geologia e as ciências agrícolas, e também como Presidente desta casa, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas e da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais.

Por último, mas certamente não menos distinto, devo saudar o poeta Alphonsus de Guimaraens Filho, a quem tenho a honra de suceder na cadeira de número 04. Nasceu em Mariana, 1918, e faleceu no Rio de Janeiro, em 2008.

Nas palavras de seu filho, o também poeta Afonso Henriques Neto, Alphonsus de Guimaraens Filho foi uma das mais caudalosas expressões líricas das nossas letras. O relativo desconhecimento da sua obra pelo público leitor já foi considerado, com justiça, uma clara demonstração do nosso analfabetismo literário. Entre suas obras podem ser citadas *Lume de estrelas*, *Absurda fábula*, *Água do tempo*, *Nó*, e *Só a noite é que amanhece*, para ficarmos apenas com aquelas que foram premiadas. Como mediador da cultura Alphonsus de Guimaraens Filho nos deixou uma inestimável contribuição às letras brasileiras, que consiste nos zelosos trabalhos de edição das obras de seu tio avô Bernardo Guimarães, de seu pai Alphonsus de Guimaraens e de seu tio, o esquecido poeta Archangelus de Guimaraens.

Desta forma, meus senhores e minhas senhoras, afirmo que é com orgulho que me vejo irmanado a esses três grandes mineiros na condição de mediador cultural.

Entretanto, pelo pouco que disse e pelo muito que poderia dizer a respeito da trajetória e da obra desses grandes nomes da nossa cultura, tenho absoluta clareza de que se é grande o privilégio, maior ainda é a responsabilidade de sucedê-los nesta Academia.

Reconfortado e fortalecido pela acolhida fraternal e calorosa que recebo, estou seguro de que juntos saberemos honrar a tradição centenária desta casa, trabalhando como mediadores do saber e da cultura, à maneira e em memória de Frei Velloso, Álvaro da Silveira e Alphonsus de Guimaraens Filho e de todos os outros grandes nomes que nos antecederam.



“ESTA É A GLÓRIA QUE FICA, ELEVA E CONSOLA”

Francelino Pereira*

Autoridades presentes
Senhoras e Senhores
Caríssimos confrades e congreiras

Hoje, na Academia Mineira de Letras, que presidido, temos uma noite iluminada pelo brilho, a limpidez e o talento do nosso novo confrade, Amílcar Vianna Martins Filho.

Minas Gerais e os mineiros o admiram pelo transcurso de sua vida pública e cultural.

Será saudado pelo nosso secretário geral Aluísio Garcia, que trilhou, parcialmente, os mesmos caminhos para ingressar nesta casa de nossa devoção.

O antecessor do novo acadêmico é o saudoso Alphonsus de Guimaraens Filho, que construiu, ao lado do pai, Alphonsus de Guimaraens, os pilares da poesia simbolista e alcançou as culminâncias do simbolismo poético.

O novo acadêmico, Amílcar Martins, é um orador nato, cuja palavra ouviremos com atenção e respeito. Caríssimo Amílcar, aqui ao lado está a sua casa, que os seus familiares construíram e aplaudem, agora, a sua posse, para engrandecê-la por toda sua vida.

Ao novo confrade evoco as palavras de Machado de Assis: “Esta é a glória que fica, eleva e consola”.

Bem vindo ao círculo dos eleitos, ilustre Professor Amílcar Martins Filho.

*Na condição de Presidente em exercício da Academia Mineira de Letras, o acadêmico Francelino Pereira pronunciou as seguintes palavras na sessão solene de posse do acadêmico Amílcar Vianna Martins Filho, realizada no dia 14 de julho de 2011.



ATRIBUTOS QUE SE MESCLAM ÀS MAIS NOBRES ORIGENS FAMILIARES*

Aloísio Garcia**

Acadêmico Amílcar Vianna Martins Filho.

Ides doravante ocupar a cadeira nº 4 desta casa, um sodalício centenário, voltado à preservação do idioma pátrio, à divulgação da cultura em sua diversidade, ao culto dos valores maiores que sustentam a civilização e que são tão caros a nós, cidadãos de Minas Gerais.

Aqui tiveram ou tem assento e engrandeceram ou engrandecem a casa de Alphonsus e de Vivaldi, intelectuais no *strictu sensu*, escritores, jornalistas, poetas e prosadores, além de luminares da magistratura, da docência, do sacerdócio ou da vida pública. Todos eles consagrados pela obra, construída pelo exemplo de retidão de caráter ou pela expressão maior que conheceram no desempenho de suas atividades ou mandatos, exercidos com a visão da importância da cultura e das letras na vida de um povo.

Encontramos, não é de hoje, aqui e acolá, detratores das academias. Fontenelle, em seus epigramas, vinha em defesa da gloriosa Academia Francesa: “Somos 39, caem-nos aos joelhos; somos 40, caçoam de nós”.

Flaubert, com ironia, assinalava: “Academia Francesa. Denegrir, mas, podendo, tentar fazer parte dela”.

Este ritual de ingresso e posse de novo confrade, eleito por força dos seus méritos, da sua inteligência e de suas obras, é realmente uma rotina, criticada por outros. Mas, rotina que embeleza nossos olhos também são as flores na primavera, ou o orvalho branco e frio do inverno, sem flores ou folhas, que a cada ano se renova.

E a constância do alternar do sol e da lua coroada pelas estrelas e corpos celestes, também é rotina, cantada em prosa e verso.

* Discurso de recepção ao acadêmico Amílcar Vianna Martins Filho, na sessão solene do dia 14 de julho de 2011.

** Professor, Secretário Geral da AML. Ocupa a cadeira nº 36.

A constância desse ritual lembra o sentido das raízes, sempre adentrando a terra, para que a árvore, sustentada por elas, encontre ao alto a luz e o calor do sol.

Deitamos agora, nesta sessão solene, mais raízes a sustentar esta casa de cultura e de saberes. Essas novas raízes estão presentes na pessoa, na obra, na inteligência e no caráter do novo acadêmico que tenho a honra de recepcionar, o prof. Amílcar Vianna Martins Filho.

Dele muito esperamos. Dele muito exigiremos.

E vossa presença é certeza da perpetuação das boas letras, da pesquisa acadêmica e do espírito libertário que nos anima.

Ao falarmos da Academia Mineira de Letras temos que falar das nossas Minas Gerais.

Para Vivaldi Moreira, Minas é a convergência de vertentes múltiplas e por isso é única no concerto da nacionalidade.

Para João Camilo de Oliveira Torres, nosso historiador-mor, dificilmente poderão escrever a história do Brasil nos seus momentos culminantes, sem subir as montanhas... De Minas Gerais.

A alma de Minas, que o acadêmico Amílcar Martins Filho conhece melhor que qualquer de nós, esteve sempre presente nas horas cruciais de nossa história, liderando, dando régua e compasso à política e aos governos, ou se insurgindo contra a tirania e o arbítrio. Seu segundo nome é liberdade.

Foi assim em 1789, quando os insurgentes contra a derrama da coroa portuguesa e a opressão colonial se levantaram e sonharam com um Brasil livre e próspero para seus filhos.

E tivemos o nosso mártir e herói maior, o Alferes Tiradentes, imolado no altar da pátria.

Foi assim em 1943, quando 92 membros da elite intelectual de Minas, expressão maior da magistratura, da docência, do legislativo e das finanças, firmaram o manifesto dos mineiros, levantando-se contra o arbítrio de Getúlio Vargas e reclamando a volta ao leito democrático e ao estado de direito.

Quando em 1983, foi recebido nesta casa, pelas mãos e a palavra forte de Afonso Arinos de Melo Franco, o estadista Tancredo Neves começou sua oração declarando realizar naquela noite uma das maiores aspirações de sua vida, acalentada desde a adolescência, quando passou a acompanhar e admirar as atividades da Academia, dominada por lumináres de nossa intelectualidade da época.

E Tancredo traçava um perfil correto e glorioso das nossas Minas Gerais, evocando as figuras maiores de Bernardo de Vasconcelos, Teófilo Otoni, Antônio Carlos e o vulto exponencial de Juscelino Kubistchek, mudando para sempre a face de Belo Horizonte e do Brasil. Quando fecharam-lhe as portas da Academia Brasileira de Letras, em ato de submissão ao governante do dia, a Academia Mineira o recebeu de braços abertos com generosidade, admiração e respeito.

Euclides da Cunha, ao ingressar na Academia Brasileira de Letras sentenciou: “ser acadêmico não é uma consagração, mas um compromisso”.

Compromisso de honrá-la e dignificá-la com a força do intelecto e o melhor do nosso gênio e inteligência. Compromisso com a liberdade, a fraternidade e o patriotismo, além da preservação da língua pátria.

Do alto dos seus 90 anos de idade, vividos na plenitude da dimensão humana, nosso presidente em exercício, Francelino Pereira, declara que esta casa não pode se transformar em museu, pela imobilidade de seus membros, nem em uma redoma, a entesourar obras raras e coleções de alto valor literário.

Para Machado de Assis, aqui dentro podemos escrever a história, mas nas ruas é o povo que a faz. As palavras do bruxo do Cosme Velho, nosso paradigma maior, e as de Francelino, reserva moral da vida pública brasileira, nos desafiam a abrir as portas da Academia, para que estejam sempre à disposição do cidadão comum, na busca do seu crescimento espiritual, ao encontro da cidadania plena.

Ilustre acadêmico Amílcar Martins Filho.

Enalteceste as figuras tutelares do patrono da cadeira nº 4 e do seu antecessor, o saudoso Alphonsus de Guimaraes Filho, cômico das responsabilidades que são doravante atribuídas a V. Exa.

Uma casa que abrigou os dois estadistas mencionados – Tancredo Neves e Juscelino Kubistchek – também teve a enobrecê-la, dentre outras, as figuras de Eduardo Frieiro, Oscar Mendes, Mário Matos e Henriqueta Lisboa, intelectuais puros, que conviveram em espaço atemporal com os vultos de Afonso Pena Jr., Milton Campos, Pedro Aleixo e Gustavo Capanema, todos merecedores dos maiores encômios e admiração.

Senhoras e Senhores.

A humanidade assistiu e a história registra o surgimento, o apogeu e a derrocada de grandes impérios ou a fragmentação de nações sob o peso de etnias locais, como a Iugoslávia dos anos 70.

No enfoque oriental, o mongol Gengis Khan construiu um império, rompeu as muralhas da China, conquistou povos e reinos e foi sepultado pela poeira da história.

Alexandre o Grande da Macedônia, discípulo de Aristóteles, levou suas tropas aos longínquos rincões conhecidos e impôs a força de seu domínio à Ásia menor e Oriente Médio. Tido como o maior conquistador de todos os tempos, foi levado pela voragem dos tempos.

Roma, um império duradouro nos é muito especial. Herdeira da cultura helenística, fonte do direito e da política praticada nas cidades-estados da Grécia antiga, entre tudo o mais, nos legou essa flor do Lácio, a língua portuguesa.

Mas sucumbiu quando suas fronteiras foram rompidas pelos bárbaros, dos quais Átila, rei dos hunos, se tornou o símbolo maior.

Mas há instituições, voltadas para as coisas mais altas do espírito, que se eternizam e quando abaladas se recompõem e sobrevivem à voragem dos tempos, à oposição de governos ou ideologias ou às forças da natureza.

Os templos, os museus, as bibliotecas, as universidades e as academias remetem ao conceito de eternidade e irradia o saber, as ciências, o conhecimento acumulado pelas gerações e pelos povos, ou os dogmas de fé de que são repositórias.

A Universidade de Bolonha, na Itália, existe e funciona há mais de 800 anos.

A Academia Francesa de Letras e Ciências, fundada pelo Cardeal de Richelieu para unificar o reino, a partir de um idioma comum, caminha para seus 400 anos de existência.

E no Oriente Médio, o farol de Alexandria, uma das sete maravilhas do mundo antigo, tinha a seu lado a Biblioteca de Alexandria, farol a irradiar o saber para todo o Oriente Médio e o mundo muçulmano, preservando sua cultura e tradições. Sábios a procuravam como maior centro de conhecimento do planeta, onde um clima de tolerância frente a outras culturas lhe emprestava caráter singular. Contava com um milhão de papiros e vítima de dois incêndios, foi reconstruída com a ajuda da UNESCO e hoje está perto de um milhão de livros e 200 salas de leitura e pesquisa.

A Academia Mineira de Letras, a Brasileira e a Francesa, têm a mesma tempera e o selo da perenidade.

E vós, prof. Amílcar Martins, ingressais nesta Academia para continuar a projetá-la com a matéria prima do vosso saber, para que ela esteja sempre à frente do seu tempo, como luzeiro a iluminar as sendas do conhecimento.

Estareis entre livros e tradições e em meio a confrades que se ocupam das coisas mais altas do espírito e em particular da criação literária, em sua diversidade de gêneros e estilos. Dentre esses, os que a ela tiveram acesso pela expressão e prestígio alcançados na alta magistratura, na diplomacia, na advocacia, na docência, no jornalismo ou na vida pública.

Conseguistes, com pertinácia e zelo, formar o maior acervo conhecido de livros e documentos voltados à história de Minas Gerais, reunidos no Instituto que leva o nome de seu ilustre pai, justa homenagem ao médico sanitário e pesquisador respeitado por seus contemporâneos.

Sabeis, pois, a importância transformadora e edificante de um livro na vida de um jovem ou adulto.

Na verdade, o livro é a aventura de sermos sempre estrangeiros no universo do conhecimento. Cada frase é uma nova esquina e cada capítulo é uma nova cidade a nos deslumbrar e enriquecer espiritualmente.

Para Alberto Manguel, “por mais que os leitores se apropriem de um livro, ao fim e ao cabo, livro e leitor perfazem uma só coisa. O mundo, que é um livro, é devorado pelo leitor, que é apenas uma letra no texto desse mundo”.

Cria-se, portanto, uma metáfora circular para a infinitude da leitura.

Segundo Ferdinand Braudel, o tempo breve é a mais caprichosa e a mais enganadora das durações.

Por esta razão, nesta casa o sentimento de urgência deve nos dominar. Em meio aos debates ou tertúlias acadêmicas, assume relevo a missão de preservar e enriquecer o idioma, difundir a cultura e estimular o hábito da leitura e o gosto pela escrita em nossa juventude.

Tendes autoridade, méritos e inteligência para brilhar nesta casa, como os astros brilham no firmamento e assim cumprir o compromisso de que falava Euclides da Cunha.

Falar sobre Amílcar Martins Filho é de certa forma fácil, agradável e gratificante.

O sorriso largo e franco é sua marca registrada, provocando imediata empatia com seus interlocutores.

Vossa obra, há tempos conhecida por mim, registra o rigor da pesquisa acadêmica e segue um estilo leve, escoreito e objetivo, emprestando-lhe credibilidade, mercê das fontes consultadas e das conclusões serenas e bem fundamentadas.

O *Segredo de Minas*, vossa tese de doutorado, defendida perante conceituada Universidade norte americana, é um primor de análise, seguida de conclusões coerentes com a linha de pesquisa adotada, atraindo os leitores e deitando novos olhares sobre obscuro período de nossa história.

Ao lê-la pela segunda vez, me decidi a escrever sobre ela um sucinto texto, publicado na *Revista da Academia*, forma singela de divulgar e enaltecer um livro de real valor histórico e literário.

A economia política do café com leite, vossa tese de mestrado em Ciências Políticas junto à UFMG, foi publicada com prefácio do saudoso mestre Francisco Iglesias, referência maior para nós, aprendizes da historiografia.

É uma tese fundamentada em afirmativas à primeira vista ousadas, mas logo corroboradas por pesquisa em fontes primárias e estatísticas confiáveis.

O Instituto Cultural Amílcar Martins, presidido pela embaixatriz Lúcia Martins Flecha de Lima e dirigido por vós, em 10 anos de existência fez o que instituições tradicionais e muito mais conhecidas ainda não conseguiram realizar.

A coleção mineiriana, com mais de 11 mil títulos, entre livros, opúsculos e periódicos sobre a história e a cultura de Minas, é motivo de assombro e de orgulho para todos nós.

Com sua oficina de restauro, uma coleção de obras raras, dicionários que cobrem vastas áreas do conhecimento humano, mapoteca e salas de leitura, o ICAM ocupa um lugar de destaque entre as mais completas e organizadas instituições culturais de nosso estado.

E vós, jovem acadêmico, em uma casa de octogenários e nonagenários, tendes ainda o privilégio da forte ligação espiritual com o casarão Borges da Costa, ao nosso lado e sede da Academia. Aqui nasceram quatro dos vossos oito irmãos e vós mesmo, nas férias escolares, passastes aqui temporadas alegres de um período áureo e inesquecível de nossos vidas.

Aqui residia vossa avó materna e neste auditório existia nos anos 30 a casa construída por vossos bisavós.

Filho de renomado parasitologista, dedicado à pesquisa, tivestes um pai referência, dotado de sólida formação humanística, um homem renascentista na acepção plena do termo.

Deste berço abençoado, pleno de tradições e de cultura e de exemplos de retidão de caráter e de trabalho, só poderiam brotar filhos e filhas com inteligência, sensibilidade, espírito público e ativa presença nos cenários cultural e econômico de Minas Gerais.

Se Vivaldi Moreira, em dedicatória de livro de sua autoria, com bondade e cavalheirismo me intitulou de confrade perfeito, devo agora parafraseá-lo, afirmando que estamos vivenciando uma posse perfeita, onde os atributos intelectuais e virtudes morais do empossando se mesclam às suas nobres origens familiares, para nos brindar a todos com uma noite inesquecível.

Bem vindo ao círculo dos eleitos, professor Amílcar Vianna Martins Filho.



UMA SÍNTESE DA REALIDADE MINEIRA NA VOZ ACADÊMICA*

Afonso Arinos de Mello Franco

Desejo ser breve, por duas razões. Uma, a riqueza dos serviços prestados a Minas Gerais e ao Brasil por antecessores meus, e o vulto de suas personalidades. Para discorrer adequadamente sobre eles, cumpriria trazer-vos aqui verdadeiros ensaios históricos, não apenas um desprezioso discurso de posse. Outro motivo para ser conciso é o de evitar retribuir-vos a presença e a atenção com a prolixidade. Entre a escassez e o excesso, terei, pelo menos, o mérito de não abusar da vossa paciência.

Filho e sobrinho-neto de acadêmicos, escritores acatados em nosso país, e cujo nome me honra ter herdado, devo confessar-vos que jamais ambicionara duas altas distinções que me foram conferidas: as de ingressar, hoje, na Academia Mineira de Letras e, anos atrás, na Academia Brasileira, inclusive porque passei grande parte da minha vida profissional distante do Brasil. Ambas as oportunidades sugeridas, com surpresa de minha parte, por amigos generosos.

Primeiro, na Academia Brasileira de Letras, fui candidato à sucessão de Antônio Houaiss, meu antigo colega na carreira diplomática, companheiro por 45 anos. Afonso Arinos recebera Houaiss na Academia Brasileira. Falando sobre o amigo, seu ex-assessor na Assembléia Geral das Nações Unidas, assegurou nunca ter encontrado, no exercício daquelas funções, “colaborador mais competente, mais devotado e mais dedicado aos interesses do Brasil e do nosso povo”, acrescentando ser Houaiss “uma das mais lúcidas inteligências do Brasil contemporâneo, infatigável operário da cultura nacional.”

Antônio escreveu a nota editorial, e a introdução geral à grande biografia paterna publicada por Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. E redigiu com Arinos a parte que lhes coube no livro *História do povo brasileiro*.

Sucedi-o no Pen Club do Brasil, quando lá ascendeu a sócio emérito, e na Academia Brasileira de Letras. Trabalhou, até o fim da vida, no seu grande *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, em casa de minha propriedade, com Mauro Vilar, o sobrinho lexicógrafo que o concluiria, e meu irmão Francisco de Melo Franco.

* Discurso de posse na cadeira n° 29 e pronunciado na sessão solene do dia 27 de outubro de 2011.

Já meu predecessor nesta Academia, o velho e saudoso amigo Murilo Badaró, conheci-o na residência de Israel Pinheiro futuro governador de Minas Gerais, de quem Murilo seria, mais tarde, secretário de Estado. A moradia era fronteira à nossa, e a garotada das duas casas, de tão próximas, delas fizera praticamente uma só. Murilo, seresteiro brilhante, cantava e encantava com a valsa “Eu sonhei que tu estavas tão linda”. Israel e Afonso Arinos achavam que, não fossem as questiúnculas municipais entre o PSD e a UDN, poderiam resolver, naquela rua de Copacabana, divergências partidárias que envolviam problemas políticos nacionais.

A cadeira 29 da Academia Mineira nasceu tendo por patrono um ilustre educador natural de São João-del-Rei, o professor Aureliano Pereira Correa Pimentel, que chegou, entre 1885 e 1888, a reitor do Imperial Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, e seria agraciado com a Ordem da Rosa,

Mas foi entre os sucessores do fundador da cadeira que seus ocupantes superaram, de muito, o âmbito estadual, alcançando os mais altos círculos políticos e morais de governo, com que nosso Estado honrou e ornou a República. Refiro-me, naturalmente, a Milton Campos, Pedro Aleixo e Gustavo Capanema.

Afonso Arinos, ao escrever sobre Antônio Cândido, intelectual que tinha como o maior do seu tempo; e o melhor dos nossos críticos literários, proclamava: “Aquele dos meus contemporâneos – e meus amigos – que mais se assemelhou a ele foi levado da mestrança intelectual para a política: chamou-se Milton Campos.”

Orlando Vaz, presidente desta Academia, expôs, em coletânea exemplar, os pronunciamentos mais expressivos do governador Milton Campos ao tempo em que esteve à frente dos destinos de Minas Gerais, entre março de 1947 e janeiro de 1951. Peço-lhe que me autorize a recolher algumas pérolas da sua antologia admirável, as quais definirão, melhor do que qualquer apreciação pessoal de minha parte, o caráter e o estilo do grande brasileiro.

Assim, ao tomar posse, Milton proclamava: “O governo que ora se inicia procurará ser modesto, como convém à República, e austero, como é do gosto dos mineiros. Quer na ordem estadual, quer na ordem municipal, procuraremos promover um governo mais da lei do que dos homens, com a impessoalidade que assegure o clima de serenidade e confiança dentro do qual o exercício dos direitos não se embarça pelo espírito de facção e antes se facilita pela certeza da justiça.”

Em visita ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o eminente governador desejava inscrever-se “entre aqueles que, no exercício do poder, vêm na justiça a suprema inspiração das ações humanas e desejam pautar por ela o seu comportamento no governo. Incumbe ao juiz, na ordem política, a delicada missão de solver os dissídios dos homens, dando a cada um o que é seu. A vida exterior lhe apresenta os dados e é no recesso da sua vida interior, isto é, na consciência, que ele busca as soluções derivadas da lei. A justiça tem sua técnica, mas é na zona iluminada da consciência que se desenvolve seu verdadeiro processo.”

No 1º de maio, dia do trabalhador, Milton Campos verberou as desigualdades sociais: “O sofrimento foi o grande nivelador e impede, hoje, que o mundo se divida odiosamente em classes que lutam e classes que gozam. O sentido da evolução é nítido no rumo do equilíbrio que vai chegando, enquanto o proletariado ganha a consciência dos seus direitos e a burguesia adquire o sentimento de seus deveres”.

Ao receber altos dignitários da Igreja Católica, Milton lembrou que “não só na vida espiritual, mas também na vida temporal, impõe-se a palavra evangélica que recomenda ao homem procurar primeiro o reino de Deus e sua justiça, porque o resto lhe será dado por acréscimo. Mas à Igreja não é indiferente o governo dos homens e antes lhe cabe combater, no domínio temporal, a orientação do realismo maquiavélico, para que se possa instituir a solidariedade humana inspirada em razões morais. Sobretudo nessa hora de angústias e de desajustamentos, sua missão é salvadora, porque o seu prestígio pode impedir que os homens se desviem da ordem social cristã, convencendo-os de que se realize o combate pelo bem-estar do povo e pela eliminação dos privilégios, ou seja, pela liberdade, pela igualdade e pela justiça, que sintetizam o ideal democrático.”

Agora, vos peço que me relevem a lembrança das belas palavras ditas por Milton Campos sobre o assassinato de Virgílio de Melo Franco em outubro de 1948, crime nunca claramente esclarecido, mas que sempre levantou suspeita contra a guarda pessoal de Getúlio Vargas: Para Milton, “havia em Virgílio de Melo Franco duas grandes forças que lhe definiam a bela fisionomia de homem público: a determinação do comando e a fidelidade ao ideal. Quem lhe conhece a carreira sabe que, por volta de 1930, operou-se verdadeira mudança na sua vida. Sagrou-se, então, cavaleiro da liberdade política e entrou a bater-se com incedível bravura pela causa do aprimoramento dos nossos costumes democráticos. Desde essa época, esteve sempre presente e na linha do comando em todas as fases da luta pela liberdade. Não nos faltam razões para deplorar a perda do grande companheiro. Mais ainda que uma viva e cultivada inteligência e do que um lúcido-espírito, foi um generoso e delicado coração que deixou de pulsar ao nosso lado, na luta de todas as horas. Só nos pode consolar a idéia de que o seu nome e o seu exemplo ficarão como estímulo aos contemporâneos e como lição aos que nos sucederem.”

Findo aquele ano, o governador deixaria como mensagem “uma prece para que sobre os mineiros desça nesta hora e perdure sempre a paz nobre e fecunda, que congrega e que constrói – a paz de Deus.”

Ao iniciar-se 1951, Milton Campos falou oficialmente, pela última vez, como responsável pela administração do nosso Estado: “Nesta hora propícia, é grato verificar e declarar que nenhum ressentimento ensombra o meu coração. Servi como pude, e suponho que também servi como devia. Se cometi erros, se suscitei divergências e se provoquei mágoas, foi pela condição em que me

encontrava e pela honesta interpretação dos superiores interesses a meu cargo. E foi também nesse caráter e sob esse aspecto que recebi as demasias com que porventura me haja tratado a aspereza das lutas. Nunca esperei comodidades no desempenho da minha tarefa, e sabia que o homem de governo é como a palmeira do monte, que sofre mais forte a pressão dos ventos. A retidão de minhas intenções não foi perturbada pelas seduções do êxito, nem pelo temor do sacrifício. E, por isso, neste instante sugestivo, quando todos esquecemos as apreensões desta aflita hora do mundo, é de consciência tranquila que levanto a Deus o meu pensamento, a Ele pedindo que vele sempre por Minas e conceda a todos os lares mineiros a misericórdia de sua presença.”

Como vemos, não foi à-toa que Orlando Vaz definiu exemplarmente Milton Campos como a obra-prima da vida política de Minas Gerais.

Nesta cadeira, sucedeu-o o amigo fraterno Pedro Aleixo, tão bem retratado pelo filho acadêmico padre José Carlos Brandi Aleixo no *Itinerário de um liberal*. Acompanhemos alguns instantâneos dessa densa biografia.

Seu primeiro mandato foi o de conselheiro municipal de Belo Horizonte, eleito em 1927. Na condição de candidato mais votado, presidiu a primeira sessão da nova Câmara.

Três anos depois, obtive de novo o primeiro lugar na votação da capital mineira, para deputado federal desta feita, integrado na Aliança Liberal que apoiava a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. E a Constituição de 1934 muito ficaria a dever-lhe, sobretudo no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais.

Em 1937, Pedro Aleixo foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, o que, conforme a Constituição, dele fazia sucessor direto do presidente da República, em caso de vacância do cargo. Porém, seis meses depois, Vargas daria o golpe do Estado Novo, e Aleixo lhe escreveu então: “Com amarga surpresa, verifiquei, hoje, que o edifício da Câmara dos Deputados foi ocupado por forças armadas. Divulgaram-se, logo depois, notícias de que o Governo da República havia expedido decreto de dissolução do Poder Legislativo. Por isto, na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, sinto-me no dever de levar até V. Exa. o meu protesto contra os referidos atos”.

No ano seguinte, a Ordem dos Advogados estadual, reconhecendo os méritos do jurista ilustre, elegeu-o seu presidente.

A ditadura civil de Getúlio Vargas durou oito anos, sendo derrubada em 1945. Alçado à Assembléia Constituinte de Minas Gerais, Pedro Aleixo, a convite do governador Milton Campos, ocupou o cargo de secretário do Interior e Justiça, de março de 1947 até julho de 1950.

Em 1958, ele seria novamente eleito deputado federal. Era líder do governo Jânio Quadros na Câmara quando a renúncia do presidente lançou o Brasil numa fase de instabilidade institucional destinada a durar quase um quarto de

século. Após a crise desencadeada pela resistência de correntes políticas e militares à posse do vice-presidente João Goulart na presidência da República, Aleixo trabalhou para votar a Emenda à Constituição que, através do Ato Adicional, instituiu o sistema parlamentar de governo, evitando a guerra civil que ameaçava o país. Aprovado o Ato, ele exerceria, na Câmara, a liderança da oposição. O Ato Adicional previa, para abril de 1965, a realização de plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou volta ao regime presidencial. O governo, porém, conseguiu antecipá-lo no Congresso, sob o nome de referendo, para janeiro de 1963.

Os quinze meses seguintes foram de incessante crise política e social. E, em abril de 1964, o autoritarismo militar se instalaria no Brasil por vinte e um anos. Pedro Aleixo passou a ocupar a liderança do governo Castelo Branco na Câmara, até preencher, de janeiro a junho de 1966, o cargo de ministro da Educação e Cultura.

Em outubro de 1966, o general Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos pelo Congresso presidente e vice-presidente da República. Promulgada em janeiro de 1967 a nova Constituição, dela diria Aleixo mais tarde: “O capítulo dos Direitos Humanos, que foi elaborado com ampla colaboração, é seu ponto mais alto. Não conheço nada mais perfeito nem equivalente em qualquer outra constituição democrática.”

Sobre este ponto, narra o então senador Afonso Arinos em seu livro *Planalto*: “Pedro Aleixo (que era, recordo, o presidente da Comissão especial) procurou-me no Senado e disse-me: ‘Li seu discurso de ontem. Você faça o capítulo dos Direitos e Garantias.’ ‘Para quê? – retruquei. – Você se compromete a aprová-lo?’ ‘Não posso me comprometer a isto – respondeu Pedro – mas me engajo a lutar pela sua aprovação.’”

Eu, que conhecia Pedro desde moço, percebi o que aquilo significava. Naquela mesma noite, fui jantar com Milton Campos, Daniel Krieger e Dinarte Mariz. No decorrer do jantar, referindo-se ao meu discurso da véspera, Krieger repetiu-me o que havia pouco me dissera Pedro Aleixo: que eu escrevesse o capítulo. ‘Você se compromete a aprová-lo?’ indaguei. ‘Sim’, disse o gaúcho resolutamente. E ajuntou, como se estivesse falando sozinho: ‘Se for para ser rejeitado, a votação será dirigida por outro líder da Maioria.’ Krieger falara a sério ante nós três. Senti, então, as possibilidades que se abriam. Fui para o hotel, onde só tinha um livro, que era a coletânea das constituições brasileiras. Sobre este livro trabalhei, ou melhor, reproduzi os dispositivos clássicos e luminosos da nossa tradição jurídica, arrumando melhor os artigos e procurando dar mais força a certas passagens. Nada de substancial foi mudado a não ser este ponto, novo, que introduzi orgulhosamente: ‘O preconceito de raça será punido pela lei.’ Conservei em manuscrito o texto que escrevi, durante aquela madrugada, sozinho no Hotel Nacional. Com a alteração de pouquíssimas palavras, ele é hoje o capítulo dos Direitos e Garantias individuais da Constituição do Brasil; a trincheira que ainda

defende as liberdades do povo diante do poder. Não creio que haja, felizmente, força capaz de destruí-la e a sua existência propiciará a volta à democracia. Não me vanglorio de havê-lo conseguido. Fiz apenas um discurso e copiei algumas páginas. Sem Krieger, sem Aleixo, e, também, sem Castelo Branco, nada poderia conseguir. Com efeito, o presidente, alertado por Krieger, examinou o assunto em uma espécie de isolamento. Assisti, aliás, à conversa telefônica que ele teve com Krieger, autorizando o partido do governo a votar o texto que eu propusera. A partida estava ganha, apesar das resistências do ministro da Justiça, que sustentava que a emenda era de 'um senador contrário à revolução'."

Mas, no ano seguinte, a ditadura tirou a máscara de democracia, editando o Ato Institucional nº 5, após o Congresso haver-se negado a autorizar processo por delito de opinião contra o deputado Márcio Moreira Alves. E Pedro Aleixo, ao intervir no Conselho de Segurança Nacional, de que fazia parte como vice-presidente da República, manifestou sua discordância contra aquele aborto jurídico, que ou sara retirar do Brasil a condição de estado de direito, ao prescrever, no artigo 11, que "excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos". Aleixo tomou posição: "Senhor Presidente, da leitura que fiz do Ato Institucional, cheguei à sincera conclusão de que o que menos se faz nele é resguardar a Constituição, que no seu artigo 1º declara-se preservada. Da Constituição, que é antes de tudo um instrumento de garantia dos direitos da pessoa humana e de garantia dos direitos políticos, não sobra, nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa ser realmente apreciado como uma caracterização do regime democrático. Pelo Ato Institucional estaremos instituindo um processo equivalente a uma ditadura. Eu entendo que, realmente, o Ato Institucional elimina a própria Constituição."

Continuou, todavia, tentando institucionalizar o regime de exceção, incumbido pelo general Costa e Silva, em maio de 1969, de coordenar providências no sentido de uma reforma constitucional. Para isso, solicitou opiniões e subsídios de juristas, políticos e militares. Porém o agravamento do estado de saúde do presidente da República não permitiu que se concretizassem aquelas pretensões modestas.

Por outro Ato Institucional, no fim de agosto, os ministros militares se auto-atribuíram funções de junta a chefiar o governo, e declararam através de mais um Ato, em outubro, a vacância da presidência da República. Em fevereiro do ano seguinte, Aleixo se desligaria da ARENA, começando a coordenar a organização do Partido Democrático Republicano, que a ditadura inviabilizaria.

Pedro Aleixo faleceu após ter sido convidado por Juscelino Kubitschek para recebê-lo nesta Academia. Sobre a sua perda, testemunhou o ex-presidente da República: "Militamos em campos opostos, no plano da vida política, mas a nossa inspiração era a mesma: a de dedicação ao nosso povo, à nossa terra e à nossa pátria."

Ao trazer a baila, agora, outros ex-presidentes, lembremos que Fernando Henrique Cardoso afirmou, certa vez, estar "fechando a era Vargas". Se tal encerramento de um ciclo constituiu progresso inegável da nossa atual conjuntura sobre o Estado Novo, no sentido do respeito às instituições da democracia representativa, às liberdades de opção política e opinião, de expressão e de imprensa, cumpre, por outro lado, recordar e analisar uma época em que o bem comum sobrepujava os interesses privados, a administração do país refletia, para segui-las ou negá-las, ideologias utópicas, mas sem orientar-se pela teologia do mercado, a nação falava mais alto que as multinacionais, e homens como Gustavo Capanema passavam mais de uma década em altos cargos executivos, sem que se levantassem contra eles acusações, ou mesmo dúvidas, sobre sua integridade pessoal. A honradez era um dever ético, pré-condição necessária ao exercício da vida pública, em lugar de exceção aos costumes corruptos, como hoje.

(Espero não ser mal interpretado, parecendo demonstrar simpatia por um regime que Afonso Arinos e Virgílio de Melo Franco combateram, o primeiro ao idealizar, o outro redigindo e divulgando o manifesto *Ao Povo Mineiro*, o que valeria a Afonso ser demitido do cargo de consultor jurídico do Banco do Brasil e a condição de articulista do diário *A Manhã*, de propriedade do governo, e que custaria a Virgílio a prisão.)

O ensino orientado pela pasta da Educação e Saúde, enquanto Capanema a ocupou de 1934 a 1945, visava conformar um cidadão dedicado a construir e fortalecer a sociedade, ao passo que, em nossos dias, parece dar preferência ao *homo economicus*, destinado a competir e enriquecer, pouco lhe interessando o bem comum, a justiça social e a solidariedade comunitária.

No Ministério, Capanema se apresentaria como o intelectual no poder. Dentre os que o cercavam, os três Andrade – Carlos Drummond (chefe do seu gabinete), Mário (autor do projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Rodrigo Melo Franco (organizador e diretor do Serviço do Patrimônio por 30 anos) lhe seriam, talvez, os mais próximos.

No mês em que se empossou, o ministro escreveu a outro amigo, Afonso Arinos, que vinha de publicar livro sobre o tema central das suas cogitações, desvendando a idéia-chave que lhe inspiraria a longa gestão: "Você conseguiu o que queria, a saber, você demonstrou que a verdade presente é o nacionalismo. Ou formamos a nação, contra os loucos da hegemonia, ou desaparecemos". Isso redundaria na vinculação necessária entre educação e segurança nacional, implicando, por conseguinte, em nacionalização do ensino. E 1938 foi o ano em que o ministro fez abortar a tentativa de monopólio educacional estrangeiro nas zonas de colonização.

A reforma da educação, empreendida por Capanema, visava um ensino público abrangente, padronizado e centralizador. Mas com apoio da Igreja Católica, não contra esta. A reforma começou com o Plano Nacional de Educação, de maio de 1937. Sua aplicação parcial teve início através da universidade padrão, da implantação do ensino industrial, e, sobretudo, da reforma do curso secundário, “para incutir a compreensão da continuidade da história pátria”.

A educação reformada por Capanema, que permanece até os nossos dias, pode sintetizar-se nos seguintes princípios: o sistema educacional do país deve ser unificado e ministrado em língua portuguesa; o governo organiza e controla a educação em todos os níveis; a lei regula as profissões, estabelecendo monopólio ocupacional para cada uma delas; aos diferentes ofícios correspondem tipos diversos de escolas profissionais; o Estado deve financiar a educação pública e subsidiar a privada; os defeitos do sistema são sanáveis por aperfeiçoamentos sucessivos da legislação e da fiscalização.

Quanto ao ensino industrial, dizia o ministro que, “não estando o aprendiz vinculado ao empresário para servi-lo por tempo determinado na sua indústria, mas sendo livre de, finda a aprendizagem, tomar o rumo que quiser, é lógico admitir que o ônus de sua educação não seja somente dos empregadores parcialmente interessados nela, mas também do Estado, que é o interessado maior pela educação popular. Assim, se poderia misturar a juventude do país em uma unidade moral e individual, fazendo com que toda a juventude seja uma só, e portanto, toda ela, pobres e ricos, no trabalho industrial ou no trabalho civil, todos possam atingir as mais altas posições que pelo ensino industrial levam à universidade, acessível a todos.” Nobres propósitos, que a experiência prática não endossou, deixando a indústria pautar o ensino profissional pela medida das suas necessidades.

A consciência permanente e militante do papel primordial da educação no aperfeiçoamento moral e no desenvolvimento material da sociedade foi a glória do ministro Gustavo Capanema, que chegou a escrever ao presidente Getúlio Vargas: “O Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o Ministério do Homem.”

Ministro da Educação e Saúde (à qual devotou atenção menor), mas também da Cultura, que no seu tempo não correspondia a pasta ministerial autônoma, esteve entre os maiores que já tivemos. Afonso Arinos avaliava que “como ministro da Cultura, ele foi Malraux antes de Malraux”, acrescentando que, “no Brasil, sua obra é comparável à de Rio Branco no Itamarati.”

Capanema narrou a Vargas, em certa ocasião, que chegara a aventar para a sua pasta a “palavra *cultura*, pois o objetivo desta é justamente a valorização do homem, de maneira integral.” E sugeriu complementar-lhe o nome acrescentando *Cultura Nacional*: Dizia ele: “Observa-se, hoje em dia, certa tendência para se dar ao aparelho de direção das atividades relativas ao preparo do homem este qualificativo de *nacional*, como que para significar que é para o serviço da nação que o homem deve ser preparado.”

O ministro quis, através da formação da juventude, afirmar uma identidade nacional brasileira, e construir um Brasil humano à altura das suas dimensões geográficas. Não o conseguiu, mas valeu a intenção.

Quanto a Murilo Badaró, não encontrei dificuldade para acompanhá-lo em sua auto-definição no opúsculo “*50 anos de vida pública. Servir. Um verbo conjugado em todos os tempos*”, pois também fui, como ele, servidor público durante meio século, no exercício das funções de diplomata ou deputado, estadual e federal. Murilo atuaria igualmente no legislativo e no executivo.

Na Assembléia mineira apresentou, em 1962, emenda constitucional criando a CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, aprovada por Lei Constitucional em outubro de 1964, e, na Câmara Federal, presidiu a Comissão de Educação e Cultura.

A partir de 1981, o senador Murilo Badaró, que presidiria a Comissão de Justiça do Senado, visitou todos os municípios de Minas Gerais (eram 722 na época) a fim de conhecer-lhes os problemas para ajudar na busca de soluções.

Ele exerceu as funções executivas de secretário de Estado e ministro da Indústria e Comércio. Neste último cargo, tornaria realidade o velho sonho da criação de uma usina siderúrgica no vale do Paraopeba, a Açominas, atual Usina Artur Bernardes. Ainda como ministro de Estado firmou, na área internacional, acordo com a Rússia para a construção da Usina Elétrica de Cabinda, em Angola.

Murilo presidiu ainda o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, e encerrou simbolicamente a carreira política como prefeito da sua cidade natal de Minas Novas.

Eleito, em 1986, para a Academia Mineira de Letras, ocupava a presidência da maneira mais fecunda e profícua quando veio a falecer.

Peço-vos permissão para mais um interregno familiar. Fui demasiado próximo, para não omiti-lo aqui e agora, de outro ilustre escritor, estadista a quem a Academia Mineira de Letras também quis honrar, admitindo-o nos seus quadros. Mencionarei, apenas, dois expressivos discursos que Afonso Arinos de Melo Franco proferiu nesta Academia. O primeiro, ao suceder Juscelino Kubitschek em 1977, quando disse do grande presidente: “Ele não acabou. Explodiu, como uma estrela, e a luz das estrelas mortas fica brilhando no céu muito tempo depois que elas se extinguem. Ele foi humano, tolerante, amigo da liberdade. Sua vida teve visão e dimensão. Visão de Brasília. Dimensão do Brasil.”

A segunda fala, quando recebeu Tancredo Neves em 1983. Arinos sugeriu, naquela oportunidade, apreciação psicológica ao temperamento dos naturais de nosso Estado: “Proponho a análise do conjunto partindo de uma categoria geral, que chamarei a mineiridade, e da individualização dos elementos dessa categoria, aos quais chamarei mineirismo e mineirice. Mas volto ao ponto de partida; o conceito de mineiridade se subdivide em mineirismo cultural e mineirice política. Aí tendes a minha proposta de interpretação do espírito mineiro. Em alguns

mineiros, sempre houve mais mineirismo do que mineirice. Em outros, dá-se o contrário. Raro é que mineirismo e mineirice se equilibrem. De vós não falarei neste ponto, Senhor Acadêmico Tancredo Neves. Estais demasiado próximo do Palácio da Liberdade, que espero volte a ser, depois de restaurado, tanto Palácio quanto da Liberdade. Estaria muito perto deste templo de cautelosas esperanças e abafados temores para que o orador, seja por mineirismo seja por mineirice, se aventure a entrar nas insídias de tão delicado tema.”

Insisto, por fim, em dizer-vos, sem falsa modéstia, que sempre julguei existirem outros mais merecedores que eu de serem agraciados pela distinção acadêmica. Isto porque nunca fui escritor com intenção deliberada, porém diplomata e político, que sentiu o impulso de fixar, no papel, a experiência de um longo itinerário, testemunhada e vivida. Por isso, tampouco tomara a iniciativa de apresentar-me à Academia Brasileira, onde, como aqui, meu nome foi lembrado por amigos que me sugeriram, estimularam e sustentaram a candidatura, aos quais não tive então, como não encontro agora, palavras para agradecer o estímulo, incentivo e apoio inestimáveis. Pois constitui para mim grande privilégio ser membro da Academia Mineira de Letras.



A PRESENÇA DOS MELLO FRANCO NA HISTÓRIA DE MINAS*

Pe. José Carlos Brandi Aleixo

I. INTRODUÇÃO

Os méritos de um novo membro são reconhecidos quando o seu nome é sufragado e aprovado pelo sodalício. A cerimônia de posse estreita o seu vínculo com a Instituição e concomitantemente enseja grata oportunidade para que um público maior amplie e aprofunde seus conhecimentos sobre ele e lhe apresente as justas felicitações. Afonso Arinos ingressa hoje em “O Círculo dos Eleitos” para usar expressão de nosso benemérito e saudoso Presidente Vivaldi Moreira.

Há circunstâncias – e Ortega y Gasset preconiza a importância transcendental delas – nesta noite de gala que vale evocar. Sua cadeira, prezado acadêmico Afonso Arinos, foi ocupada por personalidades muito estimadas e lembradas com imensa saudade, tais como Milton Campos, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema e Murilo Badaró. Foram amigos mesmo quando separados partidariamente. Aliás, é apanágio de nosso silogeu congraçar figuras ilustres que militaram politicamente em campos diferentes. Juscelino Kubitschek (PSD) convidou Pedro Aleixo (UDN) para saudá-lo e, falecido este antes da cerimônia de posse, falou comovidamente em nome da Academia no velório do amigo¹. Pedro Aleixo, sucessor de Milton Campos, e Afonso Arinos, sucessor de Juscelino Kubitschek, foram introduzidos na Casa de Alphonsus de Guimaraens pelo eminente Paulo Pinheiro Chagas, que havia pertencido à UDN e ao PSD. Tancredo Neves (PSD) foi recebido por Afonso Arinos, Pai (UDN). Nosso homenageado de hoje expõe as circunstâncias do convite, assim como o refinado conceito de mineiridade do autor de *Um Estadista da República*, em artigo publicado em nossa Revista². Os nomes acima declinados são de próceres de invulgar espírito público.

* Discurso de saudação ao acadêmico Afonso Arinos de Mello Franco, pronunciado na Academia Mineira de Letras em sessão solene, de 27 de outubro de 2011.

¹ Discurso de Juscelino Kubitschek em: ALEIXO, José Carlos Brandi; CHAGAS, Carlos. *Pedro Aleixo: testemunhos e lições*. Brasília: Senado Federal, 1976, p. 59-60.

² FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Filho). “Conversa de Mineiro”. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, ano 86º, vol. LIV, out./nov./dez. 2009, p. 23-36.

Tancredo Neves, pela Lei 7.465, de 21 de abril (data do martírio de Tiradentes) de 1986, sancionada pelo Presidente José Sarney, e Pedro Aleixo, pela Lei 12.486, de 12 de setembro (data natalícia de Juscelino Kubitschek) de 2011, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, passaram a figurar “na Galeria dos que foram ungidos pela Nação Brasileira para a Suprema Magistratura para todos os efeitos legais”.

Foram estreitos e indelévels os vínculos entre Pedro Aleixo e os irmãos Afonso Arinos e Virgílio de Mello Franco. Depois de receber, no Rio de Janeiro, o diploma de bacharel em Direito, em 11 de agosto de 1927, Afonso Arinos assumiu as funções de Promotor de Belo Horizonte. Escreveu ele: “Aos poucos me familiarizei com a tribuna do júri. No fim, falava com desenvoltura, enfrentando as grandes figuras do foro criminal, como Pedro Aleixo”.³ Este havia concluído, em 1922, seu curso de Direito com o prêmio Rio Branco e então trabalhava no escritório do grande advogado Abílio Machado.

Afrânio de Mello Franco, seus filhos Afonso Arinos e Virgílio, e Pedro Aleixo, participaram da Revolução de 3 de outubro de 1930, que derrubou a República Velha e levou Getúlio Vargas à Presidência da República.

Afonso Arinos, Pedro Aleixo e Virgílio de Mello Franco – entre outros – trabalharam na redação do “Manifesto dos Mineiros”, de 24 de outubro de 1943, e foram signatários do histórico documento.⁴

Pedro Aleixo – cujo nome está muito citado na biografia que Carolina Nabuco escreveu de Virgílio de Mello Franco⁵ – disse junto ao seu túmulo, em 29 de outubro de 1948:

“Entre a felicidade pessoal que ele podia facilmente conquistar e a felicidade coletiva, ideal dificilmente atingível, Virgílio Alvim de Mello Franco nunca vacilou. Largou sempre as enseadas serenas do bem estar para lançar-se aventuradamente nas águas encapeladas. Viveu arriscando: arriscou a vida, arriscou o patrimônio, arriscou a liberdade. Na hora da luta, ninguém o excedia em bravura, ousadia e aceitação do sacrifício; na hora da vitória, deixava-se às vezes vencer pelo tédio diante das explosões de júbilo dos circunstantes, como se anteviesse as decepções próximas e as insatisfações gerais. É que Virgílio não vivia uma vida individual. Viveu com a consciência de sua personalidade perante o passado e a certeza de que cada ato seu sobre ser julgado pelos contemporâneos ia sofrer o julgamento dos pósteros. Por isso viveu como se estivesse vivendo a vida da

³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Alma do Tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Olympio; Brasília: INL, 1979, p. 187. No Rio de Janeiro, em II-XII-1979, recebi dele um exemplar do livro com carinhosa dedicatória: “Ao Pe. Aleixo com o pensamento saudosos em seu pai. Afonso Arinos”.

⁴ PEREIRA, Francelino. *Milton Campos: o Reformador Social e Político*. Brasília: [Senado Federal], 2002. O texto e os nomes dos signatários encontram-se às páginas 169-180.

⁵ NABUCO, Carolina. *A Vida de Virgílio de Mello Franco*. Pref. de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, 258 p. Coleção Documentos Brasileiros. Dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco, 111.

gente mineira. O tempo não contava. Eram seus companheiros de meditação, de procura de rumos, de orientação de conduta aqueles velhos mineiros, tantos deles destacadas figuras na história de nossa terra e para os quais havia sempre uma palavra de veneração, um gesto reverente, o culto cívico e ao mesmo tempo familiar no lar hospitaleiro de Virgílio de Mello Franco. Suas atitudes, muitas vezes incompreendidas, se não lograram os aplausos da hora, eram acolhidas como exemplo para o futuro. Ele se constituiu, tendo a honra como velha e inseparável companheira, o paladino das tradições de Minas.

Ante esse túmulo, o governador mineiro comparece pela minha voz para exprimir o imenso pesar de um povo que Virgílio Alvim de Mello Franco amou e serviu, amou com ternura filial e serviu com nobreza.⁶

O nome de Virgílio de Mello Franco foi dado posteriormente a um pavilhão do Abrigo de Menores Afonso de Moraes. Na oportunidade, discursou Pedro Aleixo:

“O Diretor e os funcionários desta casa certo dia procuraram-me e disseram que as escolas reunidas aqui criadas bem mereciam o nome de quem foi o galhardo defensor das boas causas – Virgílio de Mello Franco. Contando esse episódio, quero bem acentuar a espontaneidade dessa lembrança, partida precisamente daqueles que, numa radiosa manhã, sentiram no coração de Virgílio de Mello Franco seu grande interesse pela obra que aqui se realiza. Ao descerrar a Bandeira Nacional que ainda encobre a efigie de Virgílio de Mello Franco todos nós erguemos a ele o nosso pensamento para dizer que o reconhecemos como um dos maiores vanguardistas das grandes causas pelas quais pelejamos juntos e às quais devemos ser devotos e fiéis”.⁷

Vale também recordar que, além desta herança comum e incomum, há entre este orador e o novo colega antiga amizade. Após um ano de convívio, em 1975, na ESG — onde também era nosso companheiro o sempre lembrado ex-Presidente desta Casa, Murilo Badaró, — inúmeras vezes nos encontramos, quer no Brasil, quer no exterior. Fui hóspede seu e de sua cordial esposa Beatriz — a inolvidável “Bia” — no Consulado do Brasil no Porto, em 1978, e na Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, dez anos mais tarde. Tive também o privilégio de ouvir suas generosas Boas Vindas quando ingressei no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1º de agosto de 2007.⁸

Ainda antes de enaltecer nosso novo confrade, desejo recordar o discurso que pronunciei sobre seu avô paterno, Afrânio de Mello Franco, em maio de 1985, a convite do professor José Francisco Paes Landim, Diretor da Faculdade

⁶ *Estado de Minas*. Belo Horizonte, Ano XXI, nº 8.763, p. 12, sábado, 30 out. 1948.

⁷ ALEIXO, Pedro. “Virgílio de Mello Franco”. In: SALGADO, Marília de Albuquerque (Org.). *Pedro Aleixo: jornalista*. Belo Horizonte: Estado de Minas, 1997, p. 267. Na época, Pedro Aleixo era Secretário do Interior e Justiça do Governador Milton Campos.

⁸ “Recepção ao sócio Pe. José Carlos Brandi Aleixo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (R. IHGB). Rio de Janeiro, ano 168, n. 437, p. 223-246, out./dez. 2007.

de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília. Entre os muitos altos predicados do novo acadêmico, saliento o de renomado internacionalista que foi Chanceler e representou o Brasil em numerosas missões diplomáticas, inclusive como Chefe de nossa Delegação junto à Sociedade das Nações, em Genebra. Admiro nele, particularmente, o papel bem sucedido, em 1933, de mediador no conflito entre Colômbia e Peru sobre o Trapézio de Leticia. Graças à sua competência, imparcialidade e dedicação, os dois países firmaram, no Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1934, o Protocolo de Amizade e de Cooperação. Em 30 de outubro de 1980, em Lima, outro grande mediador, José Luis Bustamante i Rivero, conseguiu que El Salvador e Honduras assinassem Acordo de Paz. As qualidades do bom mediador descritas, na ocasião, no discurso antológico do mencionado diplomata peruano encontram-se, plenamente, em Afrânio de Mello Franco. Seu nome foi muito justamente citado, com o apoio, inclusive, de Nicolau Titulescu, para o Prêmio Nobel da Paz.⁹

II. AFONSO ARINOS, FILHO

As lembranças de alguns dos mui ilustres nomes da família Mello Franco demonstram as raízes mineiras do novo confrade – ele mesmo nascido em Belo Horizonte. Se por injunções da Política e, sobretudo, da carreira diplomática que abraçou e exerceu com excepcional competência, afastou-se geograficamente das Alterosas, cultural, afetiva e efetivamente, nem ele deixou Minas, nem Minas o deixou. Nossa tertúlia é mais uma demonstração disso.

Minas está, contínua e multiplamente, presente na sua extraordinária obra literária. Vale para ele, com as devidas adaptações, o que se escreveu sobre seu tio-avô Afonso Arinos de Mello Franco, nascido em Paracatu em 1868 e falecido em Barcelona em 1916: “Apesar das viagens, Afonso Arinos de Mello Franco manteve as raízes presas ao meio sertanejo nativo e soube ajustar as figuras humanas e as forças naturais. E, assim, graças a essa base telúrica, à miragem de todo grande criador, alçou-se com sua obra de contista ao primeiro plano na ficção brasileira”.¹⁰

Em 27 de agosto de 2009 a Academia Brasileira de Letras rendeu calorosa homenagem à Academia Mineira de Letras por ocasião do seu centenário. A

⁹ ALEIXO, José Carlos Brandi. “Afrânio de Melo Franco”. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), n. 3, vol. 28, p. 12-25, dez. 1985. Na época, Afonso Arinos de Mello Franco era o diretor do Instituto de Direito Público e de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Brasil e Colômbia deram o nome de Melo Franco a duas localidades fronteiriças, nas margens do Apapória. Em 1952 deu-se o nome de Afrânio de Melo Franco a uma das belíssimas avenidas da cidade de Lima.

¹⁰ COUTINHO, Graça (Coord.); MOUTINHO, Rita (Coord.). *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Ministério da Cultura, 2001, vol. 1, p. 265.

convite dos Presidentes Cícero Sandroni e Murilo Badaró, Afonso Arinos Filho pronunciou palavras repassadas de mineiridade.

Dificilmente uma tentativa de dividir em categorias herméticas a obra literária de Afonso Arinos Filho será plenamente satisfatória. Com plena consciência dessa limitação, parece razoável falar de três grandes grupos: 1) escritos diretamente relacionados com a vida do seu pai; 2) escritos diretamente relacionados com a própria vida; 3) outros escritos. Serão mencionados, a título de exemplos, apenas algumas de suas numerosas produções literárias.

1. Escritos diretamente relacionados com a vida do pai

A) *Atrás do espelho. Cartas dos meus pais*.¹¹

A família é a instituição que plasma sobremaneira e indelevelmente a existência humana. Os termos “pai” e “mãe” aparecem com destaque único no Decálogo. É admirável nesse contexto o espaço privilegiado que Afonso Arinos, Filho, dedica, com amor e inteligência, a seus ancestrais, esposa, filhos, netos, irmão e outros parentes. Eles, por parte de pai e de mãe, são assiduamente assinalados. Acresce que muitos deles despenharam altas funções na nossa história.¹²

Entre os gêneros literários, o epistolar sói ser aquele em que o autor deixa maiores marcas de sua personalidade, de seu modo de ser e ver o universo.

Conhecemos muito de São Paulo pelos Atos dos Apóstolos, mas é nas suas cartas que podemos ver ou vislumbrar o mais recôndito de sua alma. Conheceríamos ainda melhor o alcance de muitas sentenças suas se tivéssemos também as missivas que lhe foram dirigidas.

Para apreciar a rica personalidade do Pe. Antônio Vieira — Imperador da Língua Portuguesa nas inspiradas palavras de Fernando Pessoa — importa ler, além de seus sermões e dos seus escritos proféticos, as suas primorosas cartas.¹³

Alceu Amoroso Lima, grande conhecedor do Afonso Arinos de *Pelos Sertões*, autor de *Voz de Minas* (1945), enriqueceu imensamente nosso acervo literário com as cartas que redigiu cotidianamente, de março de 1951 — mês do ingres-

¹¹ FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Filho). *Atrás do espelho: cartas de meus pais*. Rio de Janeiro: Record, 1994, 363 p.

¹² Observou nosso recipiendário: “[...] Ponte do Lima, onde nasceu o meu trisavô Rodrigues Alves, pai do Presidente”. ARINOS, Afonso de Mello Franco, Filho. *Primo Canto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 209.

¹³ VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, (reimpressão da edição de 1970 da Imprensa Nacional), 3 vols: vol I, 583 p.; vol II, 690 p.; vol III, 834 p. Há 710 cartas.

so de sua filha Lia, em São Paulo, no Mosteiro Beneditino de Santa Maria com o novo nome de Maria Teresa — até agosto de 1983, mês em que ele nos deixou.¹⁴

No início do livro *Atrás do espelho. Cartas de meus pais* escreve nosso novo confrade: “Um dia, tendo ganhado do filho um livro da coletânea espanhola *Biblioteca de Autores Cristianos* [BAC] sobre Alfonso de Querejazu, à pergunta se já o lera, Afonso Arinos de Mello Franco respondeu que começara a leitura pela correspondência, pois, ao seu ver, era através desta que melhor se conhecia uma pessoa no seu íntimo. Assim é também este livro *Atrás do espelho. Cartas de meus pais*. As cartas escritas por Afonso e por Ana Guilhermina ao filho ausente do país desde 1951, refletem o homem, a preocupação com a família, a política, a literatura, o magistério e o direito a que se dedicou por toda a vida, e, acima de tudo, formam um inestimável painel da vida do país nas últimas quatro décadas.”¹⁵

É muito significativo que o irmão Francisco Manoel esteja no início e no final do livro. É a ele dedicado: “Ao meu irmão Francisco Manoel, que compartilha comigo estas lembranças doces, tristes e saudosas.” Nas últimas duas páginas do livro o autor rememora as circunstâncias do falecimento do pai entre 27 e 28 de agosto de 1990 e da mãe em 8 do outubro seguinte, e conclui: “No velório, também em casa, a um parente que, surpreso, lhe indagava o ocorrido, meu irmão explicou. ‘Papai veio buscar mamãe’”.¹⁶ Em *Primo canto* elogia o irmão “cujas qualidades de inteligência e competência como planejador econômico só se comparam ao seu espírito público invulgar”.¹⁷

B) Afonso Arinos no Congresso. Cem discursos parlamentares¹⁸

É edificante e providencial o empenho de nosso novo confrade em melhor preservar a aureolada memória de seu saudoso pai. Também fruto desse amoroso devotamento filial é o livro *Afonso Arinos no Congresso. Cem discursos parlamentares*, publicado pelo Senado Federal em 1999. O autor registra no início que atendeu a um desejo paterno, expressado em carta enviada de Florença, a 13 de fevereiro de 1956: “Afonso, se estiver desocupado poderá ir, também, fazendo uma seleção dos discursos parlamentares”.¹⁹

¹⁴ Uma seleção dessas missivas foi publicada em *Cartas do Pai. De Alceu para sua filha Madre Maria Teresa*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001, 671 p.

¹⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Filho). *Atrás do espelho. Cartas de meus pais*. Rio de Janeiro: Record, 1994, p. [1].

¹⁶ *Op. Cit.*, p. 363.

¹⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Filho). *Primo canto: memórias da mocidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 173.

¹⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Filho). *Afonso Arinos no Congresso. Cem discursos parlamentares*. Brasília: Senado Federal, 1999, 1061 p.

¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 9.

Se isso, em 1956, já era uma tarefa difícil, muito mais o foi após o falecimento do pai em agosto de 1990 com o exercício de cinco mandatos parlamentares durante 24 anos, 12 na Câmara e 12 no Senado. Na Apresentação, o então Presidente da Câmara Alta, Antônio Carlos Magalhães, ressalta: “A história parlamentar brasileira não poderia prescindir da contribuição que hora lhe proporciona esta coletânea de discursos de Afonso Arinos de Mello Franco, tornada possível graças à dedicação e pertinência com que sob sua obra se debruçou o Embaixador Afonso Arinos Filho, reconstituindo a ação do legislador, do estadista, do homem público fiel aos ideais de liberdade e bem-estar social”.²⁰

Em 1950 e 1951 pronunciou candentes discursos contra a discriminação racial. Projeto seu nesse sentido transformou-se em Lei conhecida por seu nome. Para Afonso Arinos Pai essa Lei foi: “a iniciativa de maior repercussão social [...] de toda a minha vida parlamentar”²¹

Cabe observar que os cem discursos selecionados foram pronunciados por Afonso Arinos no Parlamento do Brasil, ora em plenário, ora em comissões, sendo que alguns deles na condição de Chanceler ou de Chefe das Delegações do Brasil às XVI e XVII Assembleias Gerais da ONU.

Tratando-se de um orador excepcional pela amplitude e profundidade de seus estudos de geografia, de história, das mais variadas ciências, enriquecidos por um acendrado humanismo cristão, a seleção de cem pronunciamentos foi uma tarefa hercúlea. Felizmente, o organizador com semelhantes predicados brindou-nos com seleção primorosa. Inicia-se com uma homenagem ao estadista Franklin Delano Roosevelt e conclui-se com o enaltecimento da Inconfidência Mineira. Os discursos são substanciosos.

C) Diplomacia independente. Um legado de Afonso Arinos.²²

A respeito desse livro subscrevo as sábias palavras do conceituado Professor Antônio Celso Alves Pereira: “Obra fundamental, primorosamente construída, não só com o amor e admiração do filho, mas, sobretudo, com o conhecimento de causa do historiador e do notável memorialista, enfim, de quem participou

²⁰ *Idem, Ibidem*, p. 7.

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 12.

²² FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Filho). *Diplomacia independente. Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, 542 p.

como político e como brilhante diplomata, de muitos dos acontecimentos que são narrados”.²³

D) *Rosa de ouro*²⁴

Outro exemplo do zelo filial de Affonso Arinos, Filho, é o da organização, transcrição e apresentação de *Rosa de ouro*. O livro “revisita Minas do Século XVIII com seus poetas, árcades, a sociedade bandeirante das minas, a arte de Aleijadinho e as ideias revolucionárias da Inconfidência”.²⁵ Na apresentação, Affonso Arinos Filho cita Teófilo Braga – crítico, historiador e Presidente da República Portuguesa. Para este “a escola mineira constituiu o capítulo mais importante de todo o império lusitano no século XVIII, incluindo a metrópole”.²⁶

2. Escritos relacionados diretamente com a vida de Affonso Arinos de Mello Franco Filho

A) *Primo canto*²⁷

O livro é constituído de 67 narrativas elaboradas ou organizadas entre 11 de novembro de 1970 e 23 de novembro de 1971. Foram escritas, geralmente, na cidade de Washington, D.C., mas também algumas vezes no Rio de Janeiro, Búzios, Belo Horizonte e Ouro Preto. O livro é de fundamental importância para

²³ Idem, *Ibidem*, p. 14. Em 1796, no discurso de despedida, escreveu George Washington: “Nossa verdadeira política é permanecer afastados das alianças permanentes com qualquer parte do mundo exterior até onde, quero assinalar, até onde nos achamos livres para fazê-lo, pois não desejo dar a entender que seremos capazes de apoiar a infidelidade aos compromissos existentes. In: MAY, Ernest R. *Os grandes debates da política exterior norte-americana*. Rio de Janeiro: Record, 1963, p. 32. “The great rule of conduct of us, in regard to foreign nations, is, in extending commercial relations, to have with them as little political relations, as possible. So far as we have already formed engagements, let them be fulfilled with perfect good faith: here let us stop”. *Washington's Farewell Address to the people of the United States*. Washington: House Document, nº 504, 1966, p. 24.

²⁴ FRANCO, Affonso Arinos de Mello (Filho) (organização, transcrição e apresentação). *Rosa de Ouro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, 300 p.

²⁵ *Op. Cit.*, contracapa.

²⁶ *Op. Cit.*, p. 9.

²⁷ Franco Affonso Arinos de Mello, Filho. *Primo canto: memórias da mocidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976 257 p.

conhecer melhor os valores e perspectivas do autor, assim como muitos episódios da história do Brasil e do mundo. Diz ele:

“Creio que, como ele [General Charles de Gaulle] ninguém influenciou tanto a minha orientação política. Mais do que Lenine ou Wilson, parece-me haver sido o grande chefe francês quem melhor compreendeu a realidade deste século”.

Contudo, logo adverte:

“Quem quiser alçar o Brasil às culminâncias permitidas pelas nossas potencialidades poderia seguir o exemplo do general de Gaulle. Começando por resistir à pretensão de hegemonia francesa entre os países latinos. Mas, sobretudo, por evitar quaisquer alianças militares, compulsórias ou automáticas”.²⁸

Cabe recordar que Afonso Arinos, pai, no Senado, e Affonso Arinos, filho, na Câmara dos Deputados, foram os oradores que saudaram o Presidente de Gaulle quando da sua visita ao Congresso Nacional em 1964.

O nosso homenageado advoga cooperação leal e generosa com a Argentina, assim como dotar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) de maior dimensão política para benefício da América do Sul.²⁹

Affonso Arinos Filho foi testemunha privilegiada da história, daquela que também se faz nas redações dos jornais, no recesso dos lares, no desassossego dos palácios, nos cochichos ao pé do ouvido.

O autor acompanhou a história literária contemporânea, nacional e estrangeira, e com frequência registrou suas avaliações. Um exemplo de 1971: “O movimento que Mário de Andrade iniciou deu ao Brasil, com Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, João Guimarães Rosa, uma das melhores literaturas do mundo contemporâneo. Com Lúcio Costa e Oscar Niemayer, a mais bonita arquitetura. Portinari na pintura, Villa-Lobos, na Música. Agora Joaquim Pedro misturou toda essa invenção, poesia, cenário, colorido e extraiu um excelente cinema nacional”.³⁰

B) *Tempestade no altiplano*³¹

Este livro pode ser considerado a mais comovente das obras de nosso diplo-

²⁸ *Op. Cit.*, p. 9-10.

²⁹ Em 8 de dezembro de 2004, na cidade peruana de Cuzco, anunciou-se a Comunidade Sul-Americana de Nações. Em 2007 ela foi criada na Venezuela, na Ilha de Margarita”. Em 24 de maio de 2008, em Brasília, na Terceira Cúpula dos doze Estados sul-americanos, foi firmado o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Ver CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 550-551.

³⁰ *Primo canto*, *Op. cit.*, p. 103

³¹ FRANCO, Affonso Arinos de Mello (Filho). *Tempestade no altiplano: Diário de um embaixador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, 379 p.

mata acadêmico. O diário começa em La Paz, em 1º de março de 1980, e encerra-se na mesma cidade em 8 de outubro de 1982. Durante três anos conturbados “Affonso Arinos mostrou como o diplomata é capaz de exercer o próprio ofício sem que o dever da não intervenção nos assuntos internos do posto onde está lotado o obrigue a indiferença moral diante de situações nas quais o peso e o prestígio do seu país possam contribuir para soluções humanitárias, justas e fecundas”.³²

C) *Mirante*³³

Os comentários nas orelhas, de Villas-Bôas Correa, na contracapa de Ivan Junqueira, e no prefácio de Luiz Paulo Horta, são valiosa introdução e incentivo para a leitura do livro.

Villas Bôas salienta os desafios e dificuldades de um sobrinho neto do Afonso Arinos dos Sertões e filho de outro Afonso Arinos autor de *A alma do tempo* para abrir uma trilha própria. Escreveu ele: “Mas o escritor de raça inventou vagares para também cuidar das suas obrigações. É dos mais assíduos acadêmicos às duas sessões semanais e colaborador requisitado para os trabalhos de pesquisa na imensa e valiosa biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Cuidou recente reedição de *Pelo sertão* do tio avô Afonso Arinos assinando o prefácio de admirável crítica literária do pioneiro da vertente regionalista a que se filiou Guimarães Rosas”.³⁴

Mirante é o “diário do entardecer” redigido no Rio de Janeiro entre 24 de dezembro de 1998 e 29 de abril de 2005. Nesse período o autor passou dos 68 ao 74 anos de idade. Comenta Luiz Paulo Horta: “Intervalo favorável a uma espécie de ‘balanço geral’, deixando a memória e o olhar oscilarem entre o presente e o passado, de modo que um ilumine o outro, e não se perca de vista o fio de Ariadne com que vai sendo tecida uma vida. Por esses e outros motivos, Kafka dizia que o único verdadeiro pecado é o da impaciência [...] Como um organista que toca em dois teclados, Arinos viaja com muita naturalidade do presente para o passado e vice-versa”.³⁵

Observa o mesmo autor: “Sobre toda essa galeria [de personalidades], sobre as agruras e alegrias do dia-a-dia, há uma linha de reflexão que conduz a um plano superior de serenidade. O Arinos Filho – também digno descendente de seu pai³⁶ – apaixonou-se por Roma, onde viveu e trabalhou. Aprendeu a conhecer ali esse fiozinho que liga o agora ao eterno”.³⁷

³² São palavras da contracapa do livro.

³³ FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Filho). *Mirante*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, 177 p.

³⁴ *Op. cit.*, 2ª orelha.

³⁵ *Op. cit.*, p. 11 e 12.

³⁶ Autor do livro *Amor a Roma*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 523 p. Amor e Roma formam um palíndromo.

³⁷ *Op. cit.*, p.13-14.

3. Outros Escritos

Entre os numerosos outros escritos de Afonso Arinos – a título de exemplo – vale citar o prefácio que compôs, a pedido de nosso distinguido colega Francelino Pereira, para o livro *Milton Campos. O reformador social e político*.³⁸ Nele, com muita propriedade, compendiou e enalteceu os valores fundamentais presentes na vida e obra do ilustre filho de Ponte Nova, os quais coincidentemente integram suas próprias convicções. Invoco algumas passagens: “Francelino faz bem em destacar, neste tributo ao mineiro eminente e cidadão exemplar que foi Milton Campos facetas significativas de sua permanente preocupação social do seu desvelo para com os menos favorecidos”.³⁹

E acrescenta:

“Seu governo é recordado, sobretudo, pela humanidade, discrição e equidade do mandatário. Mas cumpre não esquecer a busca constante da justiça que norteou o político cristão, pronto a lembrar, desde a posse, que não só na vida espiritual, mas também na vida temporal, impõe-se a palavra evangélica que recomenda ao homem procurar primeiro o Reino de Deus e sua justiça, porque o resto lhe será dado por acréscimo”.

Mais tarde, Milton diria que “sem a liberdade cairemos na opressão política, sem a igualdade, consolidaremos a opressão econômica. Num e noutro caso, estará esquecida a pessoa humana, e a democracia falhará em sua missão”.⁴⁰

³⁸ PEREIRA, Francelino. *Milton Campos. O reformador social e político*. Brasília: [Senado Federal], 2002, 194 p. Poucas personalidades políticas contam com tantos aplausos como Milton Campos. São exemplos de importantes obras sobre ele: ALEIXO, Pedro. *Sucessão na Cadeira* 29. Belo Horizonte, 1974, [47 p.]; BADA-RÓ, Murilo. *Milton Campos: o pensador liberal*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000, 476p. [o autor foi Presidente da Academia Mineira de Letras]; VAZ, Orlando [autor e editor]. *Milton Campos: obra-prima da vida política de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2004, 64 p. [o autor é Presidente da Academia Mineira de Letras]; VAZ, Orlando. “O pensamento de Milton Campos como governador de Minas, de 19 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951”, *Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais*, Belo Horizonte, número especial (centenário de Milton Campos), p. 357 a 394, 2000, [há um total de 59 contribuições]; CAMPOS, Milton. *Milton Campos: testemunhos e ensinamentos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, 317 p., Coleção Documentos Brasileiros, volume nº 154, textos coligidos e prefaciados por Antônio Gontijo de Carvalho; SALLES, José Bento Teixeira de. *Milton Campos: uma vocação liberal*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Vega, 1975, 225 p. [o autor é membro da Academia Mineira de Letras]; SALLES, José Bento Teixeira de. *Milton Campos: uma vocação liberal*. Belo Horizonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), 1994, 206 p. MOREIRA, Vivaldi. *Milton Campos: política e letras: (quatro anos de imprensa em favor da causa democrática)*, Brasília: Senado Federal, 1972, 164 p. [o autor foi Presidente da Academia Mineira de Letras]; CAMPOS, Milton et. al. *Memória política de Minas Gerais: Milton Soares Campos*. Vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2005, Coleção Mineiriana: Série Obras de Referência; FERREIRA, José Augusto (Filho). *Em Louvor do senador Milton Campos*. Ed. Senado Federal, Serviço Gráfico, 1972, 12 p.; PINTO, José de Magalhães [autor e organizador]; CAPANEMA, Gustavo [autor e organizador]; PEREIRA, Francelino [autor e organizador]; et. al [outros 42 autores]. *Testemunhos sobre Milton Campos*. Brasília: Senado Federal, 1972, 152 p. RENAULT, Abgar. *Retrato de Milton Campos*. Edição 14 de papéis avulsos. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, 18 p. BROSSARD, Paulo. *Evocando Milton Campos*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1982, 8 p.;

³⁹ *Op. cit.* p. 10.

⁴⁰ *Op. cit.* p. 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As naturais limitações de tempo não permitem desenvolver, sumariamente que seja, tópicos tais como: magistério na Universidade de Brasília; jornalismo; condecorações e títulos honoríficos; serviços diplomáticos inclusive como Embaixador na Bolívia, Venezuela, Santa Sé e Países Baixos; etc.

Em 26 de novembro de 1999, no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, afirmou Affonso Arinos: “Desde os albores da minha formação, o quintuplo destino familiar da diplomacia, da política, das letras, da história e do direito, se me apresentou como horizonte incontornável, do qual nunca pretendi desviar-me, mas que, ao contrário, sempre *me atraiu*”.⁴¹ Ao longo dos anos Afonso Arinos viveu exemplarmente essa gama de vocações.

Profissionalmente, a diplomacia foi a carreira que mais tempo absorveu em sua operosa vida, tendo nela ingressado em 1952. *Ubique Patriae Memor*, divisa do Barão do Rio Branco, inspirou sua trajetória. Em toda parte sempre se lembrou do Brasil, a quem soube servir sem servir-se dele.

O grande filósofo estoico Marco Aurélio, afirmou: “A minha cidade e pátria, enquanto descendente dos Antoninos, é Roma; enquanto homem, é o mundo”.⁴² Em paralelo, pode-se dizer: Affonso Arinos, como Mello Franco, é cidadão de Minas e do Brasil; como ser humano, é cidadão do mundo. Importa acrescentar que o seu Mundo, sem fronteiras, abrange todo o universo. É cidadão consciente dos Céus, com uma cosmo visão inspirada em autores tão geniais como Santo Agostinho e Teilhard de Chardin. Bem vindo acadêmico Afonso Arinos! Este lar é seu.



⁴¹ FRANCO, Affonso Arinos de Mello (Filho). “Discurso de posse do Sr. Affonso Arinos de Mello Franco”. *Discursos acadêmicos*: 1998-2001. Vol. XXVIII. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 129. O artigo vai da página 129 à 149.

⁴² AURÉLIO, Marco. *Pensamentos*. Lisboa: Verbo, 1971, p. 75. Biblioteca Básica Verbo.

MODOS DE ESQUECER, MODOS DE LEMBRAR*

Affonso Romano de Sant'Anna

Consideremos três afirmativas categóricas:

1. “É preciso evitar Mallarmé” – dizia Mario de Andrade, num ensaio onde procurava para si e para os colegas de geração modernista, um caminho próprio que não fosse mera repetição de influências de grandes autores.

2. “Oublier Foucault – ponderava Jean Baudrillard no ensaio publicado em 1977 (Editions Galilée). Era uma análise do pensamento do filósofo de “Le mots et les choses”. Baudrillard enviou o texto a Foucault sugerindo que ele respondesse para que, então, publicassem juntos os dois textos. Foucault concordou em princípio e “esqueceu” logo a seguir.

3. “Oublier Valéry” – disse Yves Bonnefoy – renomado poeta francês, desencadeando celeumas dentro e fora da França.

Começo, então, a me lembrar de coisas que pensei já ter esquecido. E duas frases explodem luminosamente clareando a compreensão da questão.

Sintomaticamente, uma é de Mallarmé, outra de Valéry.

Mallarmé: *Brûlez, par conséquent; il n'y a pas là d'héritage littéraire mes pauvres enfants*. Ou seja, o próprio pai (in)voluntário de tantos filhos literários alertando que é preciso ir além do pai, superar o parricídio.

E Valéry dizendo: “O lobo é a soma dos cordeiros assimilados”.

Já não sei (não me lembro) onde li essas duas últimas afirmações. A de Mallarmé, provavelmente, foi quando batendo com a testa no seu *Un coup de dès*, procurava as saídas diante das aporias poéticas do século XX, quando tudo foi desconstruído e a ruína e o fragmento se estabeleceram, paradoxalmente como novo cânone.

A citação de Valéry me veio numa caderneta de ginásio onde os professores escreviam as notas e faziam observações sobre o nosso comportamento. Havia ali uma série de pensamentos “construtivos” para ajudar em nossa “formação”. Os dois únicos que ficaram em minha memória foram esse de Valéry e um provérbio russo: “Se cansares de um amigo, empresta-lhe dinheiro”.

Confesso que a frase de Valéry sempre me foi mais útil. Serviu-me para me guiar na *selva selvaggia* da literatura, serviu-me para entender melhor a grande fábula que é a história da literatura, serviu para me tranquilizar quando eu devorava cordeiros e enfrentava lobos e outros ogres do nosso universo totêmico e literário.

* Escritor, cronista. Mineiro, reside no Rio de Janeiro.

Antes de esquecer, lembremo-nos um pouco mais de Valéry.

Sintomaticamente, ele está presente em vários autores brasileiros. Por exemplo, Carlos Drummond de Andrade usou uma frase de Valéry como epigrafe no livro *Claro enigma* que expressa uma poesia mais metafísica. Eis a frase: *Les événements m'ennuient*.

Estaria Valéry querendo “esquecer” a realidade para refugiar-se (lembrar-se) na memória? O fato é que no poeta brasileiro era isto que ocorria. Ele estava saindo de uma fase de largos poemas sociais e voltava-se mais para dentro de si, meditando sobre a morte, o tempo, a velhice e a precariedade do amor sempre morrendo e renascendo. Sua poesia começa a “esquecer” o presente e a “recordar” o passado.

Valéry, mais do que “lembrado”, emerge nitidamente num outro poeta que, descendendo originariamente de Drummond, acabou construindo uma das linguagens mais originais na poesia no século XX: João Cabral de Melo Neto. De estirpe apolínea e valeryana, Cabral se considera um “engenheiro” do verso, identificando-se também com o poeta francês a quem dedica até um poema.

Retomemos, contudo, a imagem canibal valeryana, de que o lobo se fortalece devorando cordeiros. Retomemos, implicitamente, a imagem da mastigação e o fenômeno do metabolismo (literário).

Comer, devorar, assimilar.

Nas artes os lobos não se alimentam só de cordeiros. Servem-se também de outros lobos, tigres, elefantes e de espécimes maiores. Na verdade, na literatura, por exemplo, para o predador a presa ideal é sempre superior a ele. Os modelos são gigantes: Homero, Shakespeare, Proust, Joyce. Que o diga Jorge Luis Borges – devorador de tantos que vivia dizendo: *Que os outros se orgulhem dos livros que escreveram, eu me orgulho dos livros que li*.

Comer, devorar, assimilar.

Ou: ler, estudar, formar-se.

Freud e Karl Abraham já haviam alertado para o exercício canibal da criança, que suga e morde o seio materno, misturando na relação de ambas prazer e dor. Esses e outros teóricos já nos explicaram pedagogicamente que o ideal amoroso passa pelos dois estágios: identificação e devoração.

Claro, também na literatura.

Harold Bloom tornou-se conhecido expondo a teoria sobre a “ansiedade da influência” – como os autores se movimentam sobre a influência de outros autores. De uma maneira mais leve, pércuciente, Lawrence Lipking em *The life of the poet – beginning and ending poetic careers* vai estudando como se constituem as famílias” dos poetas. (Antropologicamente seria mais bem acertado falar de “clãs” literários). Numa certa altura ele se refere à “tumba de Mallarmé” afirmando que ele é “o poeta que transformou o tombeaux num modo de vida”.

Lipkin pontua: *The dead poet is communicated by the living. In no other human activity, it seems, are ancestors so continually present(...) The poet, especially, must speak with a double voice. A destroyer and preserver, he cannot be less than the caretaker of language but cannot be less than original and free(...)when one great poet dies, another assumes his mantle- not always without opposition...*

Neste sentido, Lipkin vê o Oxford English Dictionary como um “vast tombeaux”, do qual emerge uma linguagem viva enfrentando novas situações. Na verdade, como um bom devorador, o poeta-canibal fecha esse e outros livros, e tendo assimilado as presas, começa a falar por si mesmo com voz própria.

Entre os índios canibais brasileiros observava-se essa prática tão comum nos ambientes literários: o devorador incorporava ao seu nome os nomes das vítimas sacrificadas. Isto significava: eu sou eu e todos aqueles que eu devorei.

Ou praticamente Valéry dizendo- o lobo é a soma dos cordeiros assimilados.

Por isto, em nossa cultura, durante o modernismo na década de 20, “o manifesto antropófago” de Oswald de Andrade teve tanta aceitação.

Disciplinas auxiliares podem nos ajudar a esclarecer uma série de comportamentos no universo artístico. O estudo das plantas e animais nos ensina que também na vida artística existem parasitas e hospedeiros. A literatura comparada tem algo a ver com os estudos de parasitologia. Há seres que são “hospedeiros” e outros “parasitas”. Às vezes a coabitação é tão complexa que cria-se o “mutualismo” e o “comensualismo”. Enfim, são lições a tirar daí. Mas a antropologia e a psicanálise têm também muito a ensinar à literatura ao tratar da metáfora da devoração – e – sobrevivência misturando necessariamente amor – e – ódio.

Com efeito, o “devorar” está no mito de Édipo e da esfinge. E é essa a situação que se repete toda vez que um poeta edipianamente tenta entrar na cidade das letras ou no “seio” da literatura. Ali encontrará um ou outro guardião travestido de esfinge. Ou me decifras ou te devoro.

Portanto, o parricídio (a morte do pai literário) estava já previsto também no mito de Édipo. Mata-se o pai para se poder deitar no leito da poesia (Jocasta). Estendendo a análise nesse sentido, lembre-se do parricídio tal como a psicanálise classicamente o coloca naquela fábula criada por Freud sobre a horda primitiva atentando contra o pai. E lembre-se, também, reativando a metáfora devoradora e animal de Valéry, que é próprio das comunidades primitivas (e literárias) celebrarem um animal (ou autor) totêmico. Tem-se como totem, exatamente o animal que mais devoramos, com quem partilhamos vida – e, morte.

Mas assim como um boi que tem vários estômagos, retomemos as várias frases já mencionadas:

Oubliez Foucault
Oubliez Mallarmé
Oubliez Valéry.

E posto que um boi tem, segundo os manuais, quatro estômagos, poderia acrescentar uma quarta frase -mítica e mais radical:

Delenda Cartago.

Quando Catão ergueu a voz no Senado exclamando *Delenda est Carthago* (Cartago deve ser destruída), a Terceira Guerra Púnica transformou em cinza a preciosa cultura cartaginesa.

E aqui, então, retomo o cardápio deste texto. Passo pela “entrada”, pelo prato principal e sobremesa. Vou e volto de Cartago. Passo por Mallarmé, Valéry, Foucault e chego ao fim do século XX e-de modo canibal exclamo:

Esquecer o século XX!

Mastigo essa frase psicanalítica, antropológica e literariamente. É preciso sair do século XX, como havia assinalado Edgar Morin. Mas só se pode sair depois de entrar, só se pode aquilatar o que comemos depois da devoração.

Esse século XX, que foi essencialmente um século parricida, tem que ser examinado, devorado. Marinetti propunha a queima dos museus e da tradição, os dadaístas chegaram ao nada, e tornou-se um *leit motiv* na modernidade e na pós-modernidade, a repetição de lugares comuns tais como: a morte da arte, a morte da poesia, a morte de Deus, a morte da história, a morte do homem, etc.

Ou seja, o século XX transformou-se num vasto cemitério. Daí, a melancolia dessa ideologia decadente que é a pós-modernidade.

Estarei sendo paradoxal? Estarei louvando o sacrifício, o parricídio, a devoração e lamentando e pranteando o que comi?

Não.

Estou dizendo: devorar é preciso. E mais: assimilar é preciso. Mas também estou tentando dizer uma coisa mais difícil e sutil. Não se pode negar e apagar o que se viu, viveu (ou se “escreveu”). Não se pode “esquecer”. O refugado sempre volta e nos assombra. O falso esquecimento é uma forma de lembrança. O desafio é assimilar tão bem os cordeiros e lobos que nos cercam para que possamos ter vida própria, convertidos em canibais felizes.

Drummond tem um livro com este título: “Lembrar para esquecer”.

Intrigante oxímoro este! Poder-se-ia desdobrar os paradoxos contidos:

“Lembrar para esquecer” e/ou “esquecer para lembrar”.

“Lembrar para esquecer” é fixar, deixar registrado o que se viu, é libertar-se, realizar um acerto de contas plenamente realizado.

“Esquecer para lembrar”, seria outro difícil desafio, outra estratégia: é ter já superado a fase canibal, ter já feito o ajuste de contas com a esfinge, com o pai, ter tudo tão assimilado, e por tudo ter visto e tudo ter experimentado, a sabedoria se institui na sua originária originalidade. O sábio já não cita o outro. O sábio reinventa o saber.

Ai talvez caiba a imagem (também canibal) que Barthes usou ao falar do ensino (saber-sabor), quando dizia que há um momento em que o professor ensina o que sabe, mas chega outro momento em que ensina o que não sabe. Este, sim, é o momento do grande aprendizado.

No caso do artista, a mesma coisa: quando ele já “esqueceu” o Outro, quando deixou de ser o Mesmo do Outro, quando devorou e assimilou o Outro, então ele está pronto para seu discurso verdadeiramente inaugural.

Por essas e por outras é que recentemente publiquei dois livros com títulos que expressam minha estirpe canibal: “Desconstruir Duchamp” (Ed. Vieira & Lent) e “Que fazer de Ezra Pound” (Ed. Imago).

É preciso acabar de devorar o século XX e reinventar o século XXI. E no ritual de deglutição do passado, dou mais duas dentadas provocadoras:

Esquecer Duchamp.

Esquecer Erza Pound.

Esquecer para lembrar.

Lembrar para esquecer.



A FALTA QUE ELE FAZ A MINAS ALTIVA E REVERENCIADA*

FRANCISCO IGLÉSIAS

(1923 – 1999)

*Francelino Pereira***

A ALMA DE MINAS

Minas já produziu mártires e libertadores, pensadores e artistas, cientistas e homens públicos que marcaram com suas vidas a história do Brasil. Homens e mulheres que desbravaram novos caminhos e revigoraram com seu trabalho e sua ousadia a alma do País.

Por isso mesmo, os brasileiros de todas as regiões se acostumaram a olhar para Minas em busca de orientação e exemplo, nos momentos de crise ou de radicalização política. Nesses momentos, o Brasil sempre encontrou no povo das montanhas uma visão equilibrada, uma avaliação sensata. Uma forma de encarar os problemas que permite a superação de impasses e a abertura de novas veredas por onde se pode chegar ao entendimento.

Com essa vocação histórica e as responsabilidades que o papel de mediadores dos grandes conflitos nacionais impõe aos seus intérpretes, os autênticos mineiros aprenderam a cultivar o equilíbrio como uma das suas maiores virtudes.

Em Minas não é hábito reivindicar feitos alheios, vangloriar-se isoladamente de conquistas coletivas ou tropejar os próprios méritos para obter reconhecimento e glórias.

“Minas não reivindica, Minas se credencia”, dizem os políticos e pensadores mais afinados com o espírito das Gerais.

Mas essa serenidade, cultivada com tanto afincamento diante do aplauso e do merecido louvor, não pode ser confundida com a tibieza ou ausência de propósito. Ao contrário, os mineiros sempre tiveram plena consciência do seu papel e do seu valor.

Nas barrancas do São Francisco ou nas acolhedoras terras do Jequitinhonha, nas vastas planícies dos cerrados ou nas montanhas que viram surgir a civilização mineira, nos sertões imortalizados por Guimarães Rosa ou nos campos

* O texto, foi proferido no Senado, em 1999 e se destina à elaboração de um livro sintético, sobre o historiador mineiro Francisco Iglésias e as linhas gerais da vida política do Brasil.

** Ex-governador de Minas, ex-senador, vice-presidente da AML, ocupa a cadeira n° 25.

do Triângulo, nas lavras de pedras preciosas do Mucuri ou nos cafezais do Sul da Mata, homens e mulheres de Minas desenvolveram um jeito próprio de enfrentar as dificuldades da vida e as ameaças dos poderosos.

Com firmeza, sim, mas sem alarde. Com bravura, quando a situação exige, mas sempre buscando antes o caminho do entendimento, a saída negociada, a solução que atenda a todos.

Dos autênticos mineiros, dos homens e mulheres que, mesmo não tendo nascido nas Gerais, souberam incorporar os valores e o espírito da terra, jamais se esperam bravatas ou gestos imprevidentes. Desses homens e mulheres o que se espera é a capacidade de resistir ao arbítrio, a ousadia de enfrentar o desconhecido que se oculta atrás de cada montanha, a inventividade para encontrar soluções onde outros só enxergam problemas e dificuldades.

Como todos sabem, sou mineiro adotivo e adotado pelo generoso povo das Gerais. Eleito vereador da Capital e deputado federal por quatro sucessivos mandatos, servi aos mineiros como governador do Estado e Senador da República.

Mas não estou aqui para me vangloriar desses feitos.

Essas considerações que teço aqui, na tribuna do Senado Federal, têm como objetivo situar, entre tantas personalidades de expressão em Minas e no Brasil, o berço e o cenário que marcaram a formação de um dos mais importantes pensadores deste País.

ORIGENS E ESTUDOS DE FRANCISCO IGLÉSIAS

Nascido em Pirapora, o professor Francisco Iglésias, que recebeu na pia batismal o nome do grande rio mineiro e do santo que abençoou suas águas, deixou o nosso convívio recentemente.

Saiu da vida à moda mineira: discretamente, sem pompas ou cerimônias. E ocupa agora, de forma definitiva, o lugar de destaque que lhe cabe na história de Minas e do Brasil.

A mesma história que foi a grande paixão de sua vida.

Francisco Iglésias é amplamente reconhecido como um dos maiores e mais rigorosos historiadores que o Brasil já produziu. E fez do seu trabalho um testemunho público e uma tradução fiel do espírito mineiro.

Crítico, mas ameno, jamais procurava destruir aqueles que entravam em seu raio de ação. Antes, usava sua sinceridade, sua erudição e seu estilo refinado e objetivo para reorientá-los em suas ações de forma construtiva.

Homem contido, quase tímido, conhecia a fundo a história do Brasil e sabia tudo o que há para saber sobre Minas. E a esse conhecimento enciclopédico somava uma memória prodigiosa e uma pontaria quase infalível para montar cenários futuros.

O rigor científico de seus trabalhos era sempre temperado com suave ironia e acompanhado de profunda reflexão, para compor textos enxutos, exatos, nos quais os grandes movimentos da história revelam seus propósitos e seus desdobramentos.

Iglésias nunca se conformou com o lado perverso da globalização. Procurava transmitir àqueles que o procuravam a certeza de que em todo processo histórico há espaço para a criatividade, para a inclusão de políticas sociais compensatórias, para o exercício pleno da vontade nacional.

Mas, sempre à moda de Minas, apresentava suas análises precisas e suas esperanças humanísticas de forma quase casual, evitando vesti-las com a incontestável embalagem do reconhecimento nacional e internacional de que desfrutava, como um dos principais intelectuais brasileiros deste século.

Francisco Iglésias era o segundo filho de uma família de seis irmãos. Maria, Hélio, Hugo, Tereza e Marlene. Filho de espanhóis, saiu de Pirapora com pouco mais de um ano de vida, quando a família decidiu mudar-se para Belo Horizonte.

Sempre se considerou um belo-horizontino e, talvez pelo fato de ter crescido e se formado na cidade que sintetiza o espírito e a cultura do estado, abrigou em seu trabalho e em seu estilo todas as vertentes de Minas.

Iglésias cursou o primário no Grupo Escolar Sandoval de Azevedo e já nessa época demonstrava enorme apetite literário. Depois de passar pelos colégios Santo Agostinho e Tristão de Athayde, entrou no Ginásio Mineiro, atual Colégio Estadual. Aos treze anos, o menino esguio alternava os bancos da escola com o emprego de datilógrafo na Central do Brasil.

Da experiência acumulada nesse trabalho restou a dedicação à máquina de escrever, que resistiu ao apelo das facilidades oferecidas pelos computadores. Traduzindo pessoalmente no velho teclado os textos que rascunhava à mão numa caligrafia quase incompreensível para outras pessoas, ele sempre se considerou um excelente datilógrafo.

Terminado o ginásio, quando o estudo da história era facilitado pela memória prodigiosa, estava na hora de escolher um curso superior.

O direito, para ele, era uma disciplina destituída de sentido social. A medicina não poderia atrair uma pessoa que tinha horror a doenças. Na engenharia, via somente o martírio dos números e cálculos para os quais não sentia a menor vocação. Restava a Faculdade de Filosofia, criada há pouco tempo.

Iglésias ingressou no curso de geografia e história, integrando a primeira turma de formandos da instituição.

Aos vinte anos, já estava no lugar em que brilharia durante a vida inteira: a cátedra. A base da sua experiência profissional foi estruturada nos colégios Marconi e Anchieta, mas ele logo se entregaria ao ensino universitário, atividade que exerceu por mais de quarenta anos.

IGLÉSIAS E A HISTÓRIA, SUA VITORIOSA VOCAÇÃO

O Prof. Francisco Iglésias foi escolhido várias vezes o melhor de Minas, na área da Educação, conquistando uma posição intelectual que o projetou para além das fronteiras do estado, até chegar à Unesco, onde integrou o projeto de revisão da História Humana.

Este homem, que fez da interdisciplinaridade o caminho para exercer seu ofício, formou-se na Faculdade de Filosofia, mas alcançou seus grandes voos como professor na Faculdade de Ciências Econômicas. Tal mobilidade entre diferentes disciplinas, hoje tão em voga, parecia quase uma heresia naquele tempo. Mas o jovem professor, como se diz “tirava de letra” o estranhamento que provocava.

Mesmo no campo específico da história, no qual fez a sua vida e a sua carreira profissional, abriu picadas que o distinguiam da maioria dos seus pares. Enquanto estes dedicavam-se a revolver documentos antigos como se neles – e apenas neles – estivesse contida a história, ele lançava seu olhar através das brumas do tempo, sem nunca perder de vista os fatos e personagens do presente.

Para os alunos e para todos aqueles que o procuravam em busca de orientação, repetia a sua profissão de fé na necessidade de somar as várias vertentes do conhecimento humano como forma de compreender as motivações e consequências de cada período histórico.

O historiador – dizia Iglésias – precisa contar no seu trabalho com um instrumento de análise que reúna o auxílio da economia, da sociologia, da antropologia e da política. De outro modo, a história se transforma num mero conjunto de fatos, datas e personagens.

A participação de Francisco Iglésias na vida acadêmica de Minas Gerais e a marca que deixou na produção intelectual brasileira deste século estão emolduradas pela consciência do papel que a história desempenha na formação de um povo.

Sobre ele, escreveu outro grande intelectual mineiro, Affonso Ávila, em sua obra intitulada *Minor – Livro de Louvores*: “Como historiador, Iglésias integra a corrente mais avançada de nossos especialistas, tomando o objeto de sua pesquisa e análise não como simples dado isolado, entre as categorias do conhecimento, mas antes como componente da grande síntese iluminadora dos significados humanos que deve ser a ciência social”.

Francisco Iglésias, professor na Universidade Federal de Minas Gerais e intelectual respeitado no Brasil sempre resistiu aos apelos acadêmicos que levaram outros historiadores a se tornarem especialistas enfadonhos, desligados da realidade ao seu redor.

Era um apaixonado por poesia, amava a música popular brasileira, o teatro e o cinema. Talvez venha dessas paixões a intensidade que aplicava em tudo o que fazia.

Trabalhador incansável, estava sempre envolvido com vários projetos, enquanto escrevia crônicas, ensaios, prefácios para autores amigos e obras de maior fôlego.

Até a semana anterior à sua internação, devido a problemas renais e cardíacos, esteve trabalhando simultaneamente no prefácio de um livro sobre Pedro Nava e na segunda parte do seu livro *Trajatória política do Brasil*, que aborda a história do País até os anos recentes.

O pesquisador obstinado, o amante de todas as formas de arte, o proseador envolvente e graciosamente malicioso, o humanista consciente da sua responsabilidade pessoal, o escritor de estilo elegante e conciso conviveram de forma harmoniosa na mesma personalidade.

Democrata radical, Iglésias nunca escondeu o seu ódio às ditaduras e aos ditadores. Talvez resultado da herança familiar espanhola, sua postura revelava uma tendência quase anarquista, temperada pelo espírito ponderado dos mineiros, entre os quais foi criado.

No debate com seus pares, na sala de aula ou mesmo em seus escritos ele não buscava impor ideias. Ao contrário, procurava sugerir, discutir as contradições, orientar o pensamento, sempre defendendo de forma intransigente a liberdade de ação e de criação.

Para os leitores, alunos e amigos, essa talvez seja a sua lição maior.

A TRAVESSIA PARA A PLENA DEMOCRACIA

Não posso dizer que fui amigo do professor Francisco Iglésias. A vida e os caminhos que ela me levou a trilhar não me permitiram tal privilégio.

Mas, admirador de sua obra e de sua postura intelectual e política, recebi com grande emoção uma carta assinada por ele, quando deixava o Governo de Minas.

No mesmo estilo incisivo e elegante, rompia a barreira erguida pela maioria dos intelectuais brasileiros em torno dos governantes da época, para parabenizar-me pelo trabalho realizado inclusive a travessia para o retorno do Brasil a plena democracia.

Aquele foi, para mim, o sinal mais claro da independência de pensamento desse homem singular e da liberdade que ele se permitia para seguir os ditames de sua própria consciência.

A MEMÓRIA INFINITA DE FRANCISCO IGLÉSIAS

Assim, foi com enorme pesar que recebi a notícia de sua morte, justamente num momento em que mais precisamos da lucidez de suas análises e da coragem de suas interpretações.

Minas fica menor sem a presença ativa do professor Francisco Iglésias, mas não há de esquecer sua obra e seu exemplo.

Todos perdem um pouco com a falta que ele há de fazer na educação da nossa juventude e na compreensão da nossa história.

Daqui, desta tribuna do Senado Federal, envio à sua família o meu abraço de condolências e o sinal do meu pesar por esta perda irreparável.

Tudo o que agora se fala ou se escreve sobre o professor Francisco Iglésias é pouco. Sua grandeza, sua generosidade, sua erudição e seu exemplo não cabem em textos laudatórios, nem podem ser resumidos na exposição do nosso pesar.

Mas uma coisa precisa ser dita.

O filho de espanhóis que nasceu às margens do São Francisco, criou-se em Belo Horizonte e ganhou o mundo com a força de suas ideias, deve ser encarado como um espelho no qual podemos ver refletir a verdadeira imagem de Minas e dos mineiros.

Para honrar a memória de Francisco Iglésias e a importância da obra que ele construiu ao longo de uma vida de dedicação e trabalho, é preciso que Minas e todos os mineiros não se esqueçam dos valores que ajudaram a construir a nossa história e as nossas personalidades. Valores – repito – como o amor à liberdade, a luta contra a opressão, a busca do entendimento como forma civilizada de superar as crises e, sobretudo, a modéstia que nos permite dividir os louros das vitórias e nos torna simplesmente humanos em nossas ações e propósitos. Como disse Guimarães Rosa pela voz de Manuelzão, o inesquecível personagem de *Grande Sertão: Verdades*: “As pessoas não morrem ficam encantadas”. Francisco Iglésias nos dizia que a memória é o requisito básico da cultura, que sempre foi e será o apanágio de sua vida. Iglésias, em pessoa, *não morreu, ficou encantado, infinitamente.*



SUA HONRA, SEU NOME E SEU LOUVOR HÃO DE SEMPRE PERDURAR*

*Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho***

Justas as homenagens que se prestam ao insigne Arcebispo Dom Oscar de Oliveira ao ensejo do seu centenário de nascimento. Nascido no interior de Minas, em 9 de janeiro de 1912, ele foi sem sombra de dúvida, um dos vultos marcantes que balizaram o século XX, muito honrando a Igreja e a Pátria. Glorificou a Academia Mineira de Letras, sendo o terceiro sucessor na Cadeira número 27.

Doutor em Direito Canônico, teólogo consumado, filósofo profundo, historiador exímio, literato eminente, escritor primoroso, tribuno aplaudido, poeta de fina sensibilidade, Dom Oscar era um humanista no pleno sentido do termo.

Inúmeras regiões de Minas Gerais foram clarificadas com o brilho de sua palavra inflamada que irradiava fê e civismo numa luta contínua por uma sociedade mais humana e equitativa.

O bem comum, à luz de uma profícua evangelização, foi a seiva luminosa de sua alma.

Missionou, como bispo, as circunscrições eclesiais de Pouso Alegre e Mariana, tendo por ilustrado o Áureo Trono Episcopal Marianense de 1959 a 1988, deixando um imenso legado espiritual e cultural.

Protegeu, enriqueceu e expandiu o patrimônio religioso e artístico de Minas Gerais, inserindo-se deste modo no rol dos grandes benfeitores que merecem uma consagração por seus extraordinários cometimentos.

Tendo convivido sob o mesmo teto com este prelado durante seu episcopado em Mariana, quem delineaia estas linhas pode testemunhar que ele foi sempre um puritano do dever e um cuidadoso administrador, lendo continuamente, escrevendo, planejando, rezando. Viveu plenamente o lema horaciano *carpe diem quam minimum credula postero* – aproveita o presente sem contar com o dia de amanhã.

* Na oportunidade do centenário de nascimento do saudoso acadêmico Dom Oscar de Oliveira.

** Professor. Ocupa a cadeira nº 12 da Academia Mineira de Letras.

Enfrentou os mais complexos problemas e duras provações com uma paciência heroica, uma afabilidade imperturbável, confiando ininterruptamente no triunfo da verdade.

Seu bondoso feitio moral, o fascínio de sua simplicidade, a serena firmeza de suas atitudes que fizeram dele uma empolgante figura humana, fulgem, verdadeiramente, por entre as múltiplas ações individuais e sociais que marcaram uma existência toda devotada à glória de Deus e ao bem das almas.

NOTÁVEIS REALIZAÇÕES

Entre as notáveis realizações de D. Oscar de Oliveira cumpre ressaltar a construção da cripta da Catedral de Mariana, um verdadeiro panteão das Mitras. Os bispos marianenses mereciam, de fato, um digno jazigo perpétuo, pois segundo o costume, apenas três carneiros da Capela da Catedral lhes eram reservados.

Importantíssima a instalação do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra, não apenas pela preservação de um valioso acervo, mas também pelo que ele representa para os historiadores e para quantos visitam a Cidade de Mariana.

De enorme valor histórico foi, além disto, a criação do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, instalado no grande pavimento térreo da nova Cúria Metropolitana por ele construída. Para lá foram encaminhados todos os preciosos documentos que seu antecessor D. Helvécio Gomes de Oliveira havia recolhido. Outros que se achavam disseminados pelas várias Paróquias foram depois colocados por ele neste Arquivo.

Um de seus enormes merecimentos, o Museu da Música, instalado no dia 4 de agosto de 1972, em sala especial da Cúria de Mariana, salvou o acervo musical dos séculos XVIII e XIX de Mariana, numa notável contribuição para a musicologia brasileira. Durante o mês de julho de 1972 a musicóloga Maria da Conceição de Rezende Fonseca e a arquivista Maria Ercely Coutinho, auxiliadas pelo Professor Venício Mancini classificaram os manuscritos musicais que o Arcebispo fora recolhendo nas Visitas Pastorais. Deste modo, ele foi o pioneiro promovendo a instalação do primeiro arquivo de música setecentista no Brasil. No início de dezembro de 2011 este Museu da Música recebeu da UNESCO o título de Patrimônio da Humanidade pelo rico acervo composto por mais de duas mil partituras.

D. Oscar, coadjuvado e apoiado pela Fundação Cultural da Arquidiocese de Mariana, instalou, outrossim, em Mariana o Museu do Livro, que contém milhares de volumes compondo a Biblioteca dos Bispos de Mariana desde a instalação da Diocese em 1748, por D. Frei Manoel da Cruz. É um manancial de incalculável valor para os pesquisadores, fornecendo elementos para as mais variadas teses de doutorado.

A restauração do órgão da Catedral de Mariana, então em péssimas condições, foi sem dúvida, também um dos maiores benefícios prestados por D. Oscar à Sede arquidiocesana e ao progresso artístico de todo o país. Os trabalhos de restauração foram feitos em Hamburgo, na Alemanha. No dia 8 de dezembro de 1984 ocorreu a reinauguração do precioso instrumento, pronunciando D. Oscar memorável discurso, do qual destacamos este trecho: "Nesta hora de Aleluias, a triunfal reinauguração do valiosíssimo órgão, obra do organeiro, genial artista da Alemanha: Arp Shnirtger! Nesta hora, Irmãos caríssimos, cantemos com aquele entusiástico canto do salmista: "Louvai a Deus com a cítara e a harpa. Louvai-o com o toque da trombeta; Louvai-o com cordas e órgão".

Uma das preocupações de D. Oscar era deixar para o seu sucessor uma nova Residência Episcopal. Esta foi edificada à Praça Dr. Gomes Freire, no centro da cidade e inaugurada no dia 19 de fevereiro de 1987, presentes os membros do Conselho Presbiteral que ali fizeram sua primeira reunião anual.

Ressalte-se que o Tribunal Eclesiástico de Beatificação de D. Antônio Ferreira Viçoso, fora instituído por D. Silvério Gomes Pimenta, primeiro Arcebispo de Mariana, mas este processo, iniciado em 1916, se achava parado e coube a D. Oscar retomá-lo com grande entusiasmo e empenho, tomando todas as medidas necessárias no âmbito diocesano. Seus sucessores o prosseguiram com rara eficiência. Dia 22 de maio de 2010 o atual Arcebispo D. Geraldo Lyrio Rocha realizou a última sessão deste Processo após uma Concelebração eucarística na Catedral Basílica.

Dom Oscar instalou a Editora Dom Viçoso, fundou o jornal *Arquidiocesano* que circulou 36 anos, edificou um novo prédio para o Seminário e também um edifício para a Arquidiocese em Belo Horizonte.

Estas, apenas algumas das realizações que mostram que a figura de D. Oscar nenhum discurso pode conter, nenhum livro pode inteiramente retratar, nenhum quadro pode sintetizar, pois ela rompe toda e qualquer moldura, exigindo sempre novos espaços. As ensanchas de um texto como este não comportam a grandiosidade de seus feitos. Dele também se pode afirmar: "Para um grande nome, nenhum encômio adequado" – *Tanto nomini nullum par elogium*.

UM CULTOR DA LÍNGUA PÁTRIA

Dentre os inúmeros méritos do duodécimo Bispo de Mariana cumpre ressaltar o ter sido ele um primoroso cultor da Língua Pátria.

Em inesquecível sessão, a Academia Mineira de Letras empossou D. Oscar no dia 11 de maio de 1984, na cadeira 27, na vaga deixada pelo Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.

Saudado pelo Governador de Estado, Dr. Tancredo Neves, o diploma de acadêmico foi entregue por D^a Risoleta Neves, esposa do Governador.

Os discursos do Arcebispo e do Governador foram duas peças literárias do mais alto valor, referidas de patriotismo e religiosidade, nas quais a beleza da forma se uniram densos ensinamentos, sendo, além disto, dois depoimentos preciosíssimos para a História.

O Governador Tancredo Neves afirmou no seu discurso que “as eventuais funções de mandatário do povo mineiro, à frente do governo, ou de ocupante transitório do Palácio da Liberdade, por mais exigentes e absorventes, não o privariam jamais de dar as boas vindas a D. Oscar, que chegava àquela Casa aureolado por merecimentos incontestáveis que reluzem em todo o seu esplendor”.

ANÁLISE DE SUA OBRA LITERÁRIA

Uma análise da obra literária de D. Oscar o revela como escritor de correção austera, ostentando frases com ritmo fluente, e poeta inspirado que legou à posteridade obras que honram as letras pátrias.

Incansável na orientação espiritual de suas ovelhas, procurou lhes dar uma educação integral e, por isto, não descurava a formação humanística de quantos estavam sob sua direção.

Em artigo, dia 11 de outubro de 1981, sob a epígrafe “Honra ao Professor” lamentava: “Não só no Brasil como noutras terras verifica-se com tristeza, para quem ama a língua vernácula, o desprezo por ela. Tacham certos libertários a gramática “camisa de força”, isto em nome de uma liberdade espúria resvalada na pura licenciocidade. Falar bem a língua é um modo de servir a pátria. Os professores deveriam lecionar com esmerado falar, educando assim o ouvido dos discípulos. A TV quanto ajudaria a nossa juventude, se atendesse à gramática! Com efeito, é um descalabro a *loquela cassange* das novelas”.

Antes, a 21 de novembro de 1976, descia ele a um pormenor gramatical, importante para preservar a pureza da linguagem. Referia-se a certas traduções de textos bíblicos e observava: “Desejamos notar que o gênio de nossa língua portuguesa não admite o artigo o antes de nomes de vultos. Em francês, em italiano, sim: Le Christ, Il Dante. Em escorrito vernáculo não se pode dizer que a América foi descoberta pelo Cristóvão Colombo, ou o Brasil pelo Pedro Álvares Cabral, usamos simplesmente por. Também não se dirá que o Tiradentes é o protomártir de nossa Independência Nacional. É de desejar que se suprimam estes intrusos artigos: o Cristo, do Cristo, no Cristo, os quais expressam muita intimidade. É correto, porém, o artigo para Nosso Senhor, quando se quer bem individualizá-lo, como naquele esclarecimento de São João: “Eu não sou o Cristo”.

Em janeiro de 1975 condenava Dom Oscar certos despautérios no Suplemento Literário do MINAS GERAIS: “Infelizmente, o nosso MINAS GERAIS

em seu “Suplemento literário”, ao lado de boas produções poéticas, se lêem outras nada dignas do verdadeiro conceito de poesia e de arte. Alguns por respeito humano, ou com medo de desagradar ou de serem tachados de retrógrados, “acham muito belos” versos sem sentidos, de palavras superpostas, toantes ou consoantes, que mesmo um humilde tipógrafo seria capaz de compor. A palavra foi feita para manifestar e não para esconder a idéia. É realmente artístico, como no simbolismo literário, desvendar a finura do pensamento, encerrado numa palavra, numa linha do verso”.

“O correto manejo da língua e o patriotismo” foi a epígrafe do artigo que escreveu a 1º de agosto de 1971. Eis alguns tópicos expressivos: “Manejar corretamente a língua vernácula é também demonstração de patriotismo. É honroso escrever e falar com acerto. Aplaudimos o projeto do Governo de reduzir os acentos das palavras. Ouvida, desde a infância, uma língua estropiada pelo vulgo, tais eivas penetram inconscientemente o linguajar comum. Embora conhecendo suficientemente a língua e escrevendo-a com acerto, falando-a, certas pessoas não se preocupam com a correção. Mesmo em suas preleções, alguns professores têm tido pouco cuidado nisso. A linguagem de certos locutores de rádio e televisão, nem sempre, prima pela vernaculidade, o mesmo acontecendo com cantores famosos. O Governo tem direito de exigir que esses meios de comunicação se esmerem na linguagem, para boa formação do povo”.

Lembrava também que, “o respeito à palavra de Deus exige que seja ela apresentada com dignidade. De modo algum o povo admite trivialidades de expressões na pregação sagrada (menos ainda trivialidades de conteúdo)”.

Nada melhor para confirmar que este notável literato foi um exímio cultor da Língua Pátria do que os dizeres do grande sociólogo Dr. Edgard de Vasconcelos, também membro da Academia Mineira de Letras, que em artigo intitulado *Dom Oscar, homem de letras*, declarou que “como homem, como sacerdote, como intelectual de fino quilate D. Oscar é digno de todas as homenagens”.

INSIGNE LATINISTA

D. Oscar, de fato, escrevia sempre com primorosa correção porque era também um grande latinista.

Em expressivo artigo que escreveu sobre o latim, assim o concluiu: “Quem quiser aprimorar-se em nossa língua portuguesa – ‘Última flor do Lácio inculca e bela’, segundo o verso de Bilac, há de dar-se apaixonadamente ao estudo da língua mãe: o Latim”.

Latinista emérito, cultuava ele a língua de Cícero e quando lhe era possível lia as obras não só deste autor, mas ainda de Virgílio, Ovídio, Tito Lívio e Tácito.

Mesmo depois que o vernáculo foi permitido na Liturgia ele continuou a recitar o Ofício Divino em Latim, bem como celebrava as Missas em latim na sua Capela particular.

ESCRITOR PRIMOROSO

Foi sua linguagem fácil, pinturesca, vivamente colorida que fizeram aplaudidos os livros de D. Oscar, como *As mais belas histórias da Bíblia*, obra publicada no Rio de Janeiro, em agosto de 1962. Grande foi o entusiasmo da Distribuidora Record, pois “*mal saído do prelo, o livro começou a ser intensamente procurado nas livrarias, o que já se previa, aliás, tão belas são as páginas escritas pelo prelado, que é, sem dúvida, uma vocação de escritor, senhor de um estilo leve, agradável, acessível e elegante*”, declarou o citado editor.

Como extraordinário articulista Dom Oscar escreveu milhares de artigos, sendo 1496 publicados no jornal *O Arquidiocesano*. Muitos foram transcritos em inúmeros jornais como no *Estado de Minas* e em coletâneas, das quais, a mais importante foi editada na Itália. Especial júbilo causou aos leitores de *O Arquidiocesano*, quando “Magistero Episcopale” de Verona, na Itália, solicitou os jornais com os vinte artigos de D. Oscar sobre a Fé, publicados em 1967. Ao agradecer a remessa dos trabalhos sobre a Fé, solicitaram que lhes fosse sempre remetido *O Arquidiocesano* para que os trabalhos de D. Oscar fossem lá transcritos. Já antes, em 1965, havia sido publicado pelo “Magistero Episcopale” a Carta Pastoral de D. Oscar: *Comunismo, Religião e Pátria*. Na Ásia o Diário, de Macau, publicou dia 24 de julho de 1977 com grande destaque o artigo sob a epígrafe *Em louvor de Portugal*, anotando ser uma transcrição de *O Arquidiocesano*.

GRANDE POETA

Nem se poderia deixar de destacar que D. Oscar foi um admirável poeta, tendo publicado dois livros, *Moinho d'água e Estância de saudades*. São páginas na qual a poética atinge por vezes as raias do sublime, como nesta filosófica estrofe repleta de humanismo:

*Mais que as estrelas do céu
Bem mais que os ouros da terra,
O mais pobre ser humano
Celsas riquezas encerra*

Sobre os poetas, deixou estes versos que patenteiam o que lhe ia no espírito ao escrever suas poesias:

*Todo mundo é poeta, muito embora
Sentido o Belo, expô-lo um não consiga.
Pipilando, a Beleza nalma mora,
E a poetiza e a enflora a excelsa amiga.*

*Poesia é Beleza, e a alma a enamora.
O rocio da Beleza ao peito irriga
De bondade, ternura e paz de aurora.
É vínculo de amor que os homens liga.*

*Poetar é amar, e amar, doar-se,
E quem se doa, sempre se enriquece.
É de felicidade um alagar-se.*

*Poesia é de amor um fontanal.
Vates, levai Amor a quem padece,
Llevai à humanidade o alto Ideal.*

Dom Oscar foi, de fato, um poeta dotado de grande sensibilidade.

Moinho d'água e Estância de saudades encerram páginas nas quais ele exalta, entre outros aspectos, os mistérios encantadores da presença do Deus humanado neste mundo, as grandezas de Maria, a *beleza de lances* da existência de alguns heróis do cristianismo, a nobreza do civismo.

As imagens empregadas por D. Oscar patenteiam um espírito cuja força cria valores que produzem ressonâncias a prenderem e a cativarem o leitor com uma marca fenomenológica profunda, característica das almas superiores que conseguem ir além do que é comumente captado pelo comum dos mortais.

Suas poesias conduzem àquela região estética que se situa num mundo que ultrapassa a linguagem, fruto de uma criatividade inovadora.

Imagens que a vida não prepara, mas que o artista cria e que a poesia embeleza e comunica, enlevando porque elevando até às paragens do belo.

As imagens usadas pelo Arcebispo-poeta aparecem em toda sua fulgurância as quais superam os dados sensíveis e levam àquelas realidades mais puras e tocantes que Deus colocou no universo, nos céus e terra repletos de uma mensagem divina.

Bachelard tem razão em afirmar que a “*a arte é uma reduplicação da vida, uma espécie de emulação nas surpresas que excitam nossa consciência e a livram do torpor*”.

É o que, realmente, percebe quem lê as poesias de D. Oscar. Nos signos terrestres ressoa um ser do céu. Seus versos fazem ver o cosmos como a grande mansão existencial na qual, por exemplo, as flores estão a irradiar alegria, a comunicar a paz, a transmitir serenidade para todos. É ter olhos para ver o que está inscrito na natureza e ir às raízes cósmicas da realidade. Enriquecimento espiritual e cultural é o que resulta da leitura da obra poética de D. Oscar que locupletou as letras pátrias com sua pena inspirada.

O escritor Walter Siqueira, da Academia Campista de Letras em artigo no jornal *A Cidade* daquela progressista urbe fluminense assim se expressou sobre a poesia de D. Oscar: “*Nenhum defeito enfeia-lhe a obra poética. Do ponto de vista gramatical, é um purista da língua portuguesa. É versátil e feliz ao construir a frase poética, que enriquece com os mais brilhantes vocábulos*”.

O citado sociólogo e literato Dr. Edgard de Vasconcelos publicou um estupendo comentário sobre o livro *Estância de saudades* e assim se manifestou: “*São versos clássicos, bem medidos e bem rimados, que não deixam transparecer ao leitor qualquer espécie de tortura do artista ao dar “expressão poética” aos grandes motivos, que, em momentos diversos, ferem a sua sensibilidade*”.

Movido pelo dom da Ciência que leva a valorizar as maravilhas que Deus espalhou no universo, num instante de pulcra inspiração, no dia 29 de novembro de 1983, ele cantou a beleza das flores:

*Grandes, pequenas, de variadas cores,
Encorpadas e tenras ou singelas,
Quais sorrisos, de Deus, as nobres flores
Nos campos e jardins se entreabrem belas.*

*Além do colorido, há mais primores:
Mínúsculas que sejam, quantas delas,
Gentis, nos delicias com os olores,
Ou rescendem em templos e capelas!*

*Uma outra maravilha que fascina
É ter a flor a meta, sobretudo,
De bem cumprir esta missão divina:*

*As pétalas, com nimia providência,
Quais cortinas de seda ou de veludo,
Lhes resguardam as fontes da existência!*

Aliás, seja dito que um dos santos que mais primou no cultivo do dom da Ciência foi São Francisco de Assis. Pois bem, dia 4 de outubro de 1977 a Academia Cristã de Letras, de São Paulo, realizou no Auditório da Associação Paulista de Medicina na capital do grande estado uma sessão solene em honra de São Francisco e um dos pontos altos do programa foi a recitação de poesia de D. Oscar alusiva ao Seráfico Santo. Assim o escritor Manoel Vitor se expressou: “*O Arcebispo de Mariana projetou a sua alma de asceta e o seu coração de ouro sobre o frade heróico, doirando-lhe a figura com o estro admirável do seu poder poético*”.

DISCURSOS DE PARANINHO

D. Oscar paraninhou várias turmas de colégios da Arquidiocese e de outras regiões. Cada discurso dele foi sempre uma tese e é um manancial de uma doutrina sólida para a juventude e para os mestres num vernáculo encantador, que rivaliza com os melhores clássicos de nossa Língua. Pureza de linguagem, aliada à elevação dos conceitos caracterizam estas magníficas peças oratórias.

O Arquidiocesano publicou na íntegra estas jóias da literatura e da pedagogia.

Lapidar, por exemplo, uma de suas mensagens às professoras da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, de São João del Rei, ao ensejo da formatura em 1960, ressaltando a importância fundamental da educação dos primeiros anos: “*Ser mestra da infância é múnus mais delicado e transcendente que assentar numa cátedra universitária. O amor, à verdade e à virtude brota, no ânimo infantil, do empenho da mestra generosa, que, ama o seu ideal. O edifício mais alto, mais imponente, não pode prescindir desse sólido alicerce*”.

Não menos expressivo o que disse às normalistas da Fundação “Dom Silvério” em Congonhas no dia 30 de dezembro de 1972: “*Sim, cultura é fator preponderante de progresso. Mas não só. Há de ela harmonizar-se com a virtude, com o amor de Deus e do próximo e com o civismo, para integral promoção humana e omnimoda grandeza do Brasil*”.

Ao paraninfar a primeira turma da Faculdade de Filosofia de Mariana pronunciou estupendo discurso intitulado *Humanismo integral*, no qual fulgiu a veia filosófica, artística e pedagógica do culto Pastor. Proclamava ele: “*Não há verdadeiro humanismo se não for aberto ao Absoluto, no reconhecimento de uma vocação que oferece a verdadeira idéia da vida humana. Longe de ser a norma última dos valores, o homem não realiza a si mesmo, senão transcendendo-se, segundo a expressão tão feliz de Pascal: “O homem supera o homem”*”.

Mais adiante proclamava ao abordar o culto da beleza: “*Sim o homem tem sede de Beleza! A Beleza reporta-lhe alegria e paz. Ainda que muitos não saibam exprimir, sentem-na, contudo, nos refolhos d’alma. Nós cremos na missão sublime da Arte! Do coração de Dostoiévski brotou, um dia, esta canção de esperança: “A beleza salvará o mundo!”*”

MARCANTE CARTA PASTORAL

Dom Oscar dizia que suas cartas pastorais eram os artigos que publicava semanalmente no seu jornal. Entretanto, uma carta pastoral de grande valor literário e histórico foi publicada em opúsculo se intitulou *Comunismo, Religião e Pátria*.

Diante dos rumos que o Presidente da República João Goulart deu aos acontecimentos políticos em 1964, partiu de Mariana a palavra firme e resoluta

de D. Oscar contra a implantação do comunismo no Brasil, com a Pastoral *Comunismo, Religião e Pátria* que repercutiu em todo o país.

O então deputado federal Pedro Maciel Vidigal proferiu vibrante discurso, dia 16 de março, na Câmara dos Deputados, intitulado: *A Carta Pastoral de D. Oscar de Oliveira e a situação nacional*.

Comentou o ilustre parlamentar a Carta Pastoral do Arcebispo de Mariana e grande foi o impacto na opinião pública brasileira através da imprensa falada e escrita, desencadeando então uma corrente contra a instalação do Comunismo no Brasil.

Foi, realmente, decisivo o posicionamento de D. Oscar diante de uma "Revolução necessária", que depois se transformou em detestável ditadura militar.

O Arcebispo de Mariana nunca deixou, porém, de lutar pela abertura democrática e a favor da liberdade.

Aliás, seja dito que uma das mais belas palestras de D. Oscar, de cunho altamente filosófico, foi feita para os alunos da Faculdade de Filosofia, de Mariana sobre *Liberdade e Democracia*, ao ensejo do 13º ano da Revolução, dia 31 de março de 1977, a qual foi encerrada com esta sentença luminosa: "*Liberdade e democracia* bem vividas são uma bênção para o mundo inteiro, para todos os povos!"

MÉRITO EDUCATIVO

Dom Oscar fundou colégios, trouxe Cursos da Universidade Católica de Minas Gerais para Mariana, os quais depois foram incorporados à Universidade Federal de Ouro Preto, dando origem ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais que funcionam na Sede Episcopal. Organizou a Fundação Marianense de Educação e deu uma formação primorosa a suas ovelhas nas suas cinco grandes Visitas Pastorais em toda a Arquidiocese. Por tudo isto foi condecorado pelo Ministério da Educação com a medalha da *Ordem do Mérito Educativo*

No dia 3 de janeiro de 1974 D. Oscar foi surpreendido por um telegrama vindo de Brasília: "*Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo Metropolitano - Secretaria Particular 25/73 de 3.1.74. - Ao ilustre brasileiro comunico rejubilado sua admissão Ordem Nacional Mérito Educativo, grau comendador por decreto de 30 de dezembro de 1973 publicado ontem. Será privilégio contar sua presença cerimônia presidida eminente Presidente Médici dia dez, dezoito horas, salão nobre Itamaraty. Saudações Jarbas Passarinho, Ministro Educação e Cultura*".

Tivemos a honra de acompanhar D. Oscar à Capital Federal para esta solenidade e S. Ex^a se viu objeto da atenção de grandes personalidades da República como do próprio Presidente Emílio Garrastazu Médici, dos Ministros Mario Andreazza e Jarbas Passarinho.

Com sua proverbial humildade, D. Oscar afirmou às autoridades presentes que recebia aquela condecoração como uma homenagem à Igreja e exaltou o que

o governo estava realizando no campo educacional e no sentido de consolidar a economia brasileira, manifestando claramente sua esperança de que breve a democracia estaria de novo restabelecida em nossa pátria.

EPÍLOGO

Por tudo aqui relatado se pode concluir que D. Oscar de Oliveira foi, realmente, um grande prelado, acendrado na fidelidade ao dever e talhado pela obediência às ordens e diretrizes do Papa, sendo também inigualável literato.

Espírito dado a horizontes altos e largos, sempre disposto a arcar com dificuldades e a desfazer resistências, apóstolo adestrado e resoluto, afeito a contar os triunfos mais insignes pelos cometimentos mais audazes, D. Oscar se tornou realmente uma das glórias mais expressivas do Áureo Trono Marianense e da Academia Mineira de Letras.

Ele pertenceu à estirpe pura dos mais denodados missionários brasileiros de todos os tempos. Apostolado excelso, gigantesco, teólogo consumado, humanista profundo, homem de visão e de ação ele não poderia nunca deixar de ser sol a iluminar milhares de almas rumo à Verdade que liberta.

Trabalhar e combater foi uma marca de sua vida. Pulso e disciplina de um lidador pela causa de Deus num contexto histórico pontilhado de dificuldades, por entre as naturais divergências de um dos períodos chaves da História, ele ostentou o timbre dos homens providenciais, influenciando nos destinos da Pátria e da Igreja. Ele podia, perfeitamente, repetir os dizeres de São Paulo: "*Bem sabeis que exortamos a cada um de vós como um pai a seus filhos; nós vos exortávamos, vos encorajávamos e vos conjurávamos a viver de maneira digna de Deus, que vos chama ao seu reino e à sua glória*" (2 Tes 2, 12).

Viveu intensamente o dito paulino a Timóteo: "*Trabalha como bom soldado de Cristo Jesus*" (2 Tm 2,3). Identificou-se com os maiores operários do Evangelho, regando com seus suores e fertilizando com sua sabedoria a grei do Senhor.

Enfrentou procelas, mas onde muitos esmorecem e sucumbem, ele avançou com firmeza, porque agia sempre de acordo com suas convicções, enquanto seus fortuitos e oportunistas opositores ficaram à margem da História. Penosos e encrespados de sofrimentos foram, de fato, alguns momentos de contradição e que arrostou, mas todos repletos de celestes consolações da parte de Deus e de seus amigos. É que inúmeros são, de fato, os espinhos que se escondem sobre os aparentes fulgores da mitra, e aos encargos que representa o peso do báculo do governo se ajuntam, muitas vezes, as naturais incompreensões humanas.

Atraiu-lhe sempre duas metas prediletas, que foram outras tantas pérolas de sua ação aurifulgente: os atos de beneficência e o ensino. Daí a bem-aventurança que teve segundo o salmista: “*Feliz aquele que pensa no fraco e no indigente*” (Sl 41(40), 2) e o elogio do livro de Daniel: “*Os que ensinam a muitos a justiça hão de ser como as estrelas, por toda a eternidade*” (Dn 12,3). Ao amparo aos necessitados e à educação se entregou com toda a sua alma. É que pulsava nele, vibrantes e sonoras, as fibras de exímio arcebispo e cidadão prestante, que fizeram frondescer a piedade cristã em obras educacionais ou de caridade.

Se os homens valem pelo que realizam de benemerência para a humanidade, pelo que contribuem para a grandeza da civilização e pelo o que fazem pela Igreja e pela Pátria, não tem medidas o valor deste prelado marianense.

Ele soube aliançar a austera ortodoxia católica com as prerrogativas de um profeta de novos tempos, sendo também um pastor edificante, aberto à renovação de métodos de apostolado, e um patriota abalizado, vivendo intensamente os problemas nacionais. Administrador emérito, ele dotou a Arquidiocese de bens materiais extraordinários.

Sua vida refletiu constantemente o que asseverou São Bernardo: “Toda a honra para Deus, todo proveito para o próximo, todo o trabalho para mim” – *omnes honor Deo, omnes utilitas proximo, omnes labor mihi*.

Como almejava sempre servir a Deus e ao próximo, seu era o lema de Plauto: *Agere, si quid agis* – *faze depressa o que tens a fazer*.

No final de sua brilhante trajetória, D. Oscar poderia repetir com Santo Agostinho: “*Grato me foi ter sido útil a todos*”! Cada habitante da Arquidiocese teve nele, amigo sincero, leal, dedicado. Para todos manifestou iguais carinhos, continuamente regidos pelos princípios da retidão e da justiça, da bondade e da caridade.

Suas visitas pastorais foram fruto de um espírito que amava o sacrifício a bem das almas e dos párocos a quem sempre soube prestigiar, exaltando-lhes os méritos. Impávido mensageiro evangélico, nunca se omitiu onde sua presença se fazia necessária. As visitas pastorais foram um capítulo maravilhoso na história de sua existência, pois são como um pulcro canto de epopéia. Percorreu de ponta a ponta o vasto território que a Providência lhe confiou, permanecendo durante metade do mês junto dos fiéis, reservando a outra metade para suas consagradas aulas de Direito Canônico no Seminário, que era a menina dos olhos do desvelado Pastor.

Nessas visitas ele foi tudo: supervisor, urbanista, consolador dos aflitos, semeador de fúlgidas ideias, impulsionando o progresso de vilarejos e cidades. Suas sugestões abriram horizontes, melhoraram os serviços públicos, fizeram brilhar por toda parte esperanças de dias melhores.

Por entre pelejas admiráveis, e quase sobre-humanas, ele promoveu o progresso, dilatou o Evangelho, fez Deus mais conhecido e amado, tudo isto reve-

lando uma notável proteção divina e uma singularidade humana que fez dele um grande Apóstolo de Jesus Cristo.

A beleza de seus dizeres só foi igualada pela ternura dos sentimentos de um grande coração. Ele se mostrou sempre esquivo a ostentações e pompas, procurando unicamente nos merecimentos de uma vida íntegra os aplausos de sua consciência. Sacerdote por uma vocação ingênita, seu valor pessoal o exaltou como dignitário da Igreja. Teve as grandezas esculturais de um perfeito presbítero e aquela consumada prudência de um episcopo sábio.

Mais do que tudo isto, teve um dom encantador: D. Oscar foi sempre a bondade em pessoa. Acessível a todos, afável e sempre cativante, ele se inscreveu, sem sombra de dúvidas, entre os mais típicos evangelizadores apostólicos, exercendo desartificialmente, lizamente os seus deveres. O padre, o bispo, o cidadão, o mestre, o patriota, o amigo estão fielmente estampados neste varão sincero e raro, generoso e firme, austero e franco, justo e gentil, útil e bom.

Suas ações e suas palavras traduziram-lhe e transluziram-lhe o caráter sem jaça que possuía.

Foi um modelo do pastor dedicado, símbolo da caridade evangélica. Nele brilhou o espírito de fé e todas as manifestações engenhosas do amor cristão para com o próximo.

Sua influência, como se pode perceber no que aqui registrado, não ficou limitada aos lindes da Arquidiocese de Mariana, pois sua contribuição, através de inúmeras sugestões ao Concílio Ecumênico Vaticano II, foi de suma valia, bem como as propostas que apresentou nas reuniões da CNBB. Seus aludidos artigos, publicados também na Europa e na Ásia e inúmeros jornais e revistas do Brasil, orientaram milhares de cristãos. Com que júbilo recebeu eles cartas comentando tais escritos ou suas incansáveis pregações!

Este depoimento é uma pálida amostra do que foi uma vida tão luminosa como a do terceiro Arcebispo de Mariana. É ela uma manifestação amortecida no meio de tantos feitos admiráveis. Resta, porém, a esperança de que ele não tenha toldado, como nuvem espessa, uma existência deslumbrantíssima que aqui se tentou reviver, trajetória gloriosa própria os grandes heróis do cristianismo.

Sua existência foi superiorizada por altos talentos e dignificada por enormes serviços. Escritor e pregador incansável do Evangelho, a sua palavra foi fulgurante. Pastor desvelado, sua influência foi portentosa. Homem de fé, a exaltação que fez da Igreja a tornou ainda mais prestigiosa. Devoto exemplar da Mãe de Deus, tendo como lema de seu brasão episcopal *Ipsa duce* soube glorificá-la como poucos. Erudito, dominava com autoridade absoluta as mais vastas e mais formosas províncias do saber.

Pela transparência de sua vida e pelo quilate de suas ações, D. Oscar, ao deixar esta terra, se perenizou, pois, já dizia Cícero, que a glória segue o valor como a sua sombra – *gloria virtutem tamquam umbra sequitur*.

No Livro da Vida, a nós inacessível, muito mais foi registrado por Deus que no Céu já o recompensou por todos os seus árduos trabalhos, por tanta fadiga *propter Evangelium*, mesmo porque, como proclamou o mesmo Arcebispo dia 10 de fevereiro de 1980 em um de seus primorosos artigos “*Cada um colherá o que tiver semeado*”. Ele difundiu copiosamente o bem, a verdade, a paz por toda parte por palavras e por obras!

Os feitos deste antistite continuarão a ser cantados por inúmeros literatos e cientistas sociais e sua personalidade extraordinária haverá de ser analisada por competentes biógrafos.

A ele cabe uma sentença de Virgílio: *Semper honos, nomenque ejus, laudesque manebunt* – Sua honra, seu nome e seu louvor hão de sempre perdurar!

Fontes consultadas

Jornal

O ARQUIDIOCESANO, Mariana, Editora D. Viçoso, 1959-1993.

Livros

CARVALHO, Côn. José Geraldo Vidigal de. *D. Oscar de Oliveira: um Apóstolo admirável*, Viçosa, Editora Folha de Viçosa, 1999

OLIVEIRA, Dom Oscar de. *Moinho d'água*. Belo Horizonte. Edição do Autor, 1979

_____. *Estância de saudades*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1987.



LITERATURA E MÚSICA

Fábio Lucas*

A uma simples mirada, pode parecer óbvio o relacionamento entre a Literatura e a Música. Tanto na fala, quanto na leitura, os sons se apresentam decisivos no arranjo das palavras, mormente quando se busca estabelecer a comunicação com efeitos estéticos.

De um lado, se manifesta a intenção de despertar emoções ou atitudes reflexivas no destinatário da mensagem; de outro lado, o da recepção, se delineia a busca de se compartilhar do apelo informativo de que se carrega a emissão fonológica. Daí o deleite com as palavras dispostas numa série eufônica.

Mesmo os estudos semiológicos espantam-se com o signo musical, já apontado por alguns como significante desprovido de significado.

No entanto, a Linguística tem mostrado fatores acústicos na utilização de certos vocábulos, como a onomatopeia, a aliteração, todo o aparato da Fonética (hoje considerada como estudo geral da Fala ou Fonêmica, no dizer de Joaquim Mattoso Câmara Jr., o estudo do valor dos sons na linguagem) e da Fonologia (estudo dos sons da fala) está à disposição do interessado. No fundo, o leitor de obra literária concentra-se mais na *fonética linguística*, aquela que, questionando os sons articulados, elege os que sejam portadores de significado. E ainda: o leitor mais ajustado ao ato da leitura, portador da intenção de instruir-se e/ou deleitar-se, haverá de cultivar a *Fonética expressiva*, aquela que trata do efeito estilístico.

Convencionou-se, em determinada ocasião, reservar-se à Estilística o estudo da linguagem afetiva, enquanto a *linguagem intelectual* seria analisada pela Gramática.

Estudos antropológicos e literários cogitam da origem dos versos segundo fatores musicais condicionadores de festas e ritos comunicatórios em danças e cantos coletivos, de fundo religioso. No interior dessa nebulosa cultural é que as palavras se fizeram cantar, ou os cantos se fizeram ouvir, de acordo com a mescla de sons e palavras ritmadas, musicadas. O sentido de tudo apontava para a celebração dos deuses e dos antepassados, bem como estímulo para a guerra.

A História da Literatura recolhe a contribuição da Retórica, inicialmente afeita ao uso das palavras para fins oratórios. O principal objetivo da Retórica consistiria em persuadir e, conseqüentemente, influenciar os outros. Daí ser o es-

* Escritor, crítico literário. Na Academia Mineira de Letras ocupa a cadeira nº 22.

tudo do bom uso da argumentação. Certa corrente de autores neoclássicos condenou a Retórica por induzir ao excesso de ornamentos da Linguagem. O emblema da Arcádia Lusitana (1757) reza: *Inutilia truncat*.

Nos anos mais recentes, verificou-se o renascimento da Retórica, sob a epígrafe de Retórica Literária, graças ao trabalho de Ernest Robert Curtius, *Literatura Européia e Idade Média Laína* (Brasília: INL, 1957, trad. por Teodoro Cabral com a colaboração de Paulo Ronai) e de seu discípulo Heinrich Lausberg autor de *Elementos de Retórica Literária* (Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1967, trad. de R. M. Rosado Fernandes).

São incontáveis os estudos que associam a Retórica à Poética, relacionando a fala (a oratória, a eloquência, e a preceptística verbal, o decoro, o ornato, o tocante poético) e a escrita aos usos literários, como a arte de redigir e a busca do estilo (a Estilística). Apenas para exemplificar uma particularidade da confluência de som e sentido, mencionemos o ensaio de Rodrigo Sá Nogueira *Contribuição para o estudo das onomatopéias* (*Boletim de Filologia*, IX, 1948, pp. 1-53), no qual se ressalta o ponto de vista fonético mais do que o retórico.

A Linguística, ao cuidar da linha melódica obtida pela variação de tons das sílabas, no encadeamento da palavra ou da frase, refere-se à *entoação*. Extenso e variado capítulo cuida da *entoação normal*, da *entoação afetiva*, que exprime estudos emocionais, ironia, rancor, tristeza, e da *entoação intelectual*, que transmite aspectos como dúvida, desejo, etc. Ademais, a entoação determina inflexões diferentes, conforme a frase seja informativa, exclamativa, interrogativa ou mesmo reticente. Existe uma gama enorme de variações tonais a caracterizar estilos individuais ou mesmo particularidades de determinados idiomas.

No que diz respeito à Fonética, fala-se na Fonostilística. No estudo das palavras motivadas, aplica-se a Morfoestilística. No âmbito da Crítica Estilística, formou-se a Estilística Literária, que analisa obras ou conjuntos de obras que ofereçam coesão, de conformidade com as intenções do autor. Concentra-se nos meios de expressão empregados para fins estéticos, no conteúdo expressivo da linguagem. Importa que o traço estilístico aponte mais para a emoção, para o afeto, do que para a mera comunicação.

Saltemos para as correntes literárias. Antes, porém, é oportuno lembrar o cuidadoso estudo de Solange Ribeiro de Oliveira, *Literatura e Música* (S. Paulo: Perspectiva, 2002) que leva o sub-título "Modulações pós-coloniais". A obra se apresenta como introdução atualizada à melopoética, "buscando a mútua iluminação entre a musicologia e os estudos literários", como se diz na quarta capa.

É de tal riqueza e abrangência que a autora, logo no início, aponta o trabalho de Jon L. Green, que elabora a expressão *Ut musica poesis* (simétrica à de Horácio na *Ars Poetica: Ut pintura poesis*, ou seja "a poesia deve ser como um quadro"), procurando, no entanto, remontar o fenômeno interdisciplinar aos primórdios da reflexão estética. E lembra a Professora Solange Ribeiro de Oli-

veira que o romance *Doktor Fausto* de Thomas Mann haja inspirado mais de mil estudos (cf. ob. dt., p. 25).

Solange Ribeiro de Oliveira aborda o pantanoso tema da canção que amalgama poesia e música. Dá voz a Lawrence Kramer, que na obra *Music and Poetry: The Nineteenth Century and After* (Berkeley/Los Angeles, Um. Of California Press, 1984), sustenta a prevalência da Música, que absorve a Poesia, pensamento esse sustentado também por Susanne Langer.

Curiosamente, Wylie Sypher, na obra *Four Stages of Renaissance Style – Transformations in Art and Literature 1400-1700* (Garden City, New York: Doubleday & Company, Inc., Anchor Books Original, 1955) informa que, em cada época, determinada Arte se tornou hegemônica. Para ele, no século XIX a primazia técnica passou para a Música. Daí que o romantismo e o simbolismo aceitassem o princípio de que todas as artes tendem "a acercar-se da condição de música". Mesmo a Arquitetura teria sido pensada como melodia congelada (W. Sypher, ob. cit., p. 31).

O simbolismo, capitaneado pela obra de Baudelaire e por suas "correspondências", equilibrou-se na regra-mestra de Paul Verlaine: "*de la musique avant tout chose*". Frutificou intensamente no campo da Literatura. No Brasil, a impregnação sonora dos versos é patente num dos corifeus: o soneto de Alphonsus de Guimaraens (1870-1921): "Hão de chorar por ela os cinamomos". Alphonsus se popularizou com o poema "Ismália" e com o refrão desolador de um dos seus mais conhecidos poemas "A Catedral":

*E o sino canta em lugubres resposos
Pobre Alphonsus! Pobre Alphonsus!*

O efeito onomatopéico é evidente. No outro gigante do simbolismo brasileiro, Cruz e Sousa (1861-1898), fica o registro de suas imagens coloridas, como o "branco", no poema "Antífona", As aliterações lhe são múltiplas, como se vê na quadra seguinte, do poema "Violões que choram":

*"Vozes veladas, veludosas vozes,
Volúpias de violões, vozes veladas,
Vagam nos velhos vórtices, velozes
Dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas."*

A musicalidade dos poetas simbolistas é foco de incontáveis estudos. A começar do poema de Verlaine, "Chanson d'automne" de *Festes galantes*:

*Les sanglots longs
Les sanglots longs
Des violons
De l'automne
Blessent mon coeur
D'une langueur
Monotone.*

*Tout suffocant
Et blême, quand
Sonne l'heure,
Je me souviens
Des jours anciens
Et je pleure.*

*Et je m'en vais
Au vent mauvais
Qui m'emporte
Deçà, delà,
Pareil à la
Feuille morte.*

No simbolismo português, um dos poemas mais característicos, de inigualável poder de realização, é o que se encontra na obra *Clepsidra* de Camilo Pessanha:

*Chorai arcadas
Do violoncelo!
Convulsionadas,
Pontes aladas
De pesadelo...*

*De que esvoaçam,
Branços, os arcos ...
Por baixo passam,
Se despedaçam,
No rio, os barcos.*

*Fundas, soluçam
Caudais de chôro ...
Que ruínas (ouçam)!
Que se debruçam,
Que sorvedouro!...*

*Trêmulos astros...
Solidões lacustres ...
- Lemes e mastros...
E os alabastros
Dos balaustres!*

*Urnas quebradas!
Blocos de gelo ...
- Chorai arcadas,
Despedaçadas,
Do violoncelo.*

Também a poesia moderna não se fez ausente dos adornos musicais.

Que se atente para a poesia de coloração política de Nicolas Guillén, que recolhe os sons dançarinos da fala afro-cubana para elaborar suas queixas, protestos, seu canto elegíaco. Não é sem propósito que um dos seus mais festejados livros tenha o título *En son entero* (1947). Aliás, em 1930, N. Guillén já havia escrito *Motivos de son*. Mas o mais enérgico apelo vocopoético aloja-se no título *Sóngoro Cosongo* (1931).

Nos estudos de Estética, convencionou-se que a Literatura e a Música sevolvem no *tempo*, enquanto a Arquitetura, a Escultura e a Pintura se distribuem no *espaço*. Além dessas, existem artes que se realizam simultaneamente no *espaço* e no *tempo*, como a Dança, o Teatro, o drama wagneriano e o Cinema. A trilha sonora trouxe nova dimensão ao Cinema mais intensa, na esfera artística, a combinação dos sons ao sentido das música, de certo modo, integrou-se à ação dramática, intensificando os meios de expressão verbal e/ou visual.

No seu criterioso estudo, Solange Ribeiro de Oliveira sugere as seguintes etapas para a investigação da melopoética: a) estudos lítero-musicais, que utilizam os estudos literários para a análise musical; b) estudos músico-literários, que empregam conceitos da musicologia, como tema e variações, sonata, ponto e contra-ponto, rapsódia, ou gêneros musicais, como o choro e o calipso, para a análise literária; c) estudos de formas mistas, como a canção, a ópera e o *lied*, apoiados tanto na musicologia quanto nos estudos literários.

Cabe ainda pontuar, neste final de comentário, a importância da audição e da leitura na composição do sentido da obra, seja musical, seja literária. Quanto à Música, o "texto" se torna em grande parte dependente do executor ou intérprete. Além do mais, o receptor ou ouvinte haverá de contribuir para dar sentido à obra, na medida em que a absorve no vasto campo da memória auditiva, com suas emoções, afetividades e domínio crítico.

O mesmo se dirá da obra literária perante a leitura, quando o leitor, ao cabo de seu processo emocional e intelectual, passa a ser o intérprete e juiz do traba-

lho. A leitura traz consigo a presentificação do texto, seja este antigo ou novo, pois atravessa os depósitos cognitivos, emocionais e críticos acumulados na memória do leitor. É perante esse tribunal ou cenário afetivo que a obra se desnuda, transbordante de significados. Ao engenho da escrita, acrescente-se o poder da leitura, nem sempre simétrica às intenções do autor.

Na *Autobiografia intelectual* de Karl Popper (S. Paulo: Cultrix/Edusp, trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota, 1977) consta o depoimento do filósofo e cientista, que passou pelo Positivismo e pelo Círculo de Viena, acerca da influência que a Ciência levou aos estudos e aos compositores da Música. Em dado momento, Karl Popper, refutando a corrente platônica, afirma: “Minha afirmação básica é a de que, se tomarmos a teoria da inspiração, e arrebatamento e dela afastarmos a fonte divina, chegaremos, de imediato, à moderna teoria da arte como auto-expressão e comunicação de emoções. Em outras palavras, a teoria moderna é uma espécie de teologia sem Deus...” (ob. cit., p. 73).

Karl Popper é forte nas suas negativas. Considera que as teorias expressionistas ou emotivas da linguagem são banais, não-esclarecedoras e inúteis. Para ele “A originalidade é dom dos deuses; como a ingenuidade, não pode ser obtida por desejo ou alcançada por busca”. (ob. cit., p. 69). Previa que a Filosofia do Grupo de Viena se tornaria escolasticismo ou verbalismo. Mas não conteve o entusiasmo diante da polifonia. Diz: “~a polifonia, como a Ciência, é peculiar à civilização ocidental”. (ob. cit., p. 62). Acrescente-se que “Diversamente da Ciência, a polifonia não parece ter tido origem grega, surgindo entre os séculos IX e XV de nossa era. Se assim é, tratar-se-á, possivelmente, de uma realização com raízes anteriores, a mais original e, na verdade, a mais miraculosa da civilização ocidental, sem excluir a Ciência”. (ob. cit., p. 63).

Na esteira das relações da Literatura com a Música, sobra vasto campo de análises e controvérsias. Quando a História da Literatura Brasileira incorporou a figura de Domingos Caldas Barbosa, ficou assinalado que os versos da *Viola de Lereno* (1798) estavam desacompanhados das melodias, o que lhes subtraía parte da expressividade. José Ramos Tinhorão publicou estudo intitulado *Domingos Caldas Barbosa - Poeta da Viola, da Modinha e do Lundu* (1740 - 1800) (S. Paulo: Ed. 34, 2004), a fim de assinalar o cunho popular das composições do poeta-cantador, introdutor daqueles gêneros na Corte portuguesa. Consta que, em face de pesquisa levada a efeito na Universidade de Brasília, estuda-se a hipótese de se recompor as melodias, para as quais foram escritas as letras do autor.

Algumas polêmicas se levantam acerca da legitimidade literária dos poemas da música popular brasileira. O condicionamento musical seria relevante e, em grande parte, absorvente do significado das composições.

Estiveram em consideração os poemas de Chico Buarque de Holanda e Caetano Veloso. A prosa de ficção do primeiro, celebrizada em 2010 com o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro, teve contestação pública do responsável

pela Editora Record (Rio). Quanto ao segundo compositor, Caetano Veloso, levantou distinção de jurados do Prêmio Nacional Portugal Telecom (2008), consagrado como poeta de especial valor no país.

Na crítica militante, destaca-se o poeta e ensaísta Pedro Lira, que tem publicado coletâneas de “jornalismo literário”. Pedro Lira insiste na eficácia do aspecto sedutor da poesia no empenho ideológico de humanização das relações sociais. Para ele, o texto que se escreve para adaptar-se às exigências acústicas da canção popular perde sua autonomia. Traduz conteúdo episódico, afastado da essência verbal.



Inculto e bela, comò já a definiu o poeta, é terreno fértil e sempre desconhecido. Quanto mais a estudamos mais nos conscientizamos dos meandros linguísticos, das particularidades singulares, das diferenciações dos falares que permeiam as normas e a gramática, e que, às vezes, nos embaraçam. Assim, procura-se estudá-la e exercê-la com clareza e sobriedade.

A Beleza está na alma das coisas e das palavras.

A palavra, a sua colocação, o seu estudo, o seu manejar, é o nosso instrumental precioso. Por ela, a comunicação se torna realidade, as ideias se concretizam, os sentimentos fazem aflorar os dons do espírito e do coração.

Em razão disso, é sumamente importante que a eleição de um novo membro não se dê somente pela simpatia ou pela amizade que possa influir no resultado. O voto deve ser imparcial, voltado para a capacidade intelectual da postulante, tendo em vista que a sua vivência poética ou histórica possa trazer o enriquecimento da nossa Academia.

A mulher que lida com as palavras há de ser a construtora de uma consciente modernidade, dirigindo a sua produção literária para finalização condigna. Como construtora, imbuída pelo impulso do escrever, dirigido pela pesquisa, pelo estudo e pelo aprimoramento, sua função passa a ser dupla: colocar no verso ou na prosa a sementeira da Verdade, à espera de seara generosa pela recriação da palavra e pela recriação de si mesma, num processo ascensional.

Procuremos fazer a nossa Academia ativa e plena de acontecimentos, isenta de competições, propiciando clima de cooperação e reflexão.

A integração de nossa Academia se faz com a soma de suas componentes, unidas pelos mesmos ideais, em crescimento que se faz constante.

Foram estas as palavras de Afrânio Zuccolotto na Academia Paulista de Letras, alguns anos atrás: *A imortalidade atribuída às academias não é a ideal dos homens que a compõem mas da própria instituição acadêmica.*

A missão de uma Academia, além do zelo com a pureza do idioma e das características literárias de que se reveste, é propiciar uma visão global da vida e como último refúgio da cultura humanista, oferecer ao homem a consciência de sua situação no universo, a revelação de sua dignidade e liberdade.

Ao assumir a direção da Academia Feminina Mineira de Letras, estas escritoras, eleitas por seus méritos, Conceição Parreiras Abritta, Maria Inês Marreco, Ângela Togeiro, Maria da Glória Ramos, Helene Paulinyi, Maria Lúcia Soares, Maria Lúcia Magalhães, Maria de Lourdes Reis e Maria Amélia Bracks, continuarão a ação de trabalho e perseverança, buscando maiores subsídios para suas realizações, tornando sempre presente a memória da nossa entidade, que é a depositária de sua história, vida e cerne de uma instituição, de uma academia, de uma nação.

Assim continuarão a construção do edifício literário, iniciado a partir de suas predecessoras, na busca de um ideal e de uma consciente cidadania.

Neste mister proposto, invocamos as bênçãos do Espírito Santo e as luzes de Santa Clara, nossa Patrona, para que iluminem e sejam estrelas-guias nesta nova caminhada em continuação.

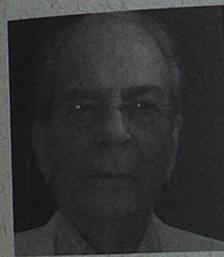
Que assumamos o nosso papel, o de ligação entre nós, Diretoria, Conselho Consultivo, Acadêmicas Eméritas, Efetivas, Beneméritas, Honorárias e Correspondentes, interadas com a Presidente, participando das decisões, dos trabalhos, da colaboração efetiva e pela união, respeitando os cânones da hierarquia, para que este chão seja mais sólido com as pisadas de um passo cuidadoso, participativo e amigo.



A PALAVRA COMO OFÍCIO

*Petrônio Souza Gonçalves**

Acadêmico Fábio Doyle



A história das instituições é formada pelos momentos. E são nesses momentos que elas se redimensionam, se engrandecem, se elevam. Assim aconteceu na centenária Casa de Alphonsus e Vivaldi, na posse do acadêmico Fábio Doyle.

Quis o destino dar ao ilustre jornalista a distinção de ser empossado na residência do presidente da Academia Mineira de Letras, na última sessão do período em que Vivaldi Wenceslau Moreira presidiu a instituição. Com idade avançada e saúde debilitada, ele não abriu mão de presidir a posse de seu amigo, realizando um encontro que ficou marcado na história da entidade pela sua profunda significação emotiva.

Era o anoitecer do dia 27 de outubro de 2000, uma sexta-feira, quando em seu discurso de acolhimento ao novo confrade, na casa cheia de histórias e amigos, o presidente Vivaldi Moreira começou seu discurso esclarecendo que “estamos aqui reunidos para um ato que só não é solene pela intimidade em que é realizado, mas guarda a mesma magnitude de sua celebração no Auditório de nossa Academia Mineira de Letras”.

O ilustre orador lembrou que “o jornalista, se não é o rei da sociedade é, pelo menos, seu reitor soberano. (...) Fábio Doyle é um dos reitores mais antigos e prestigiosos de nossos reitores. Há anos, sua pena reflete em Minas, em prol das boas causas, sobretudo das causas do povo, de que é o defensor incansável. Não poupa os grandes, nem teme os poderosos. É um democrata da antiga estirpe”.

O acadêmico Fábio Doyle nasceu em Belo Horizonte, filho de Ernani Doyle Silva, que participou da implantação dos serviços públicos de Estatística em Minas Gerais, e de Maria Hortência Proença Doyle, nascida na antiga Queluz.

* Jornalista e escritor.

atual Conselheiro Lafayette, neta do Conselheiro Washington Rodrigues Pereira, magistrado e vice-presidente da Província de Minas Gerais.

Com a precisão memorialística de todo bom jornalista, o ilustre acadêmico rememora que “o Vivaldi, para justificar o convite que me fazia, e que eu relutava aceitar, disse que pensara em meu nome baseado no conjunto das obras que produzi em tantos e tantos anos de jornal, lembrando que a cadeira vinha sendo ocupada por um também jornalista”.

O acervo

Sucessor do acadêmico João Etienne Filho, Fábio Doyle foi editor-chefe do antigo jornal *Diário da Tarde* tendo deixado um acervo jornalístico de mais de mil artigos, ensaios, editoriais, crônicas, sueltos, além das monografias *Justiça do Imposto Territorial Rural*, de 1947; *Do Misticismo Oriental à Filosofia Peripatética*, de 1951; *Aspectos do Regime Dotal*, de 1951; *Da Coação como Elemento de Direito*, de 1951 e *Cláusulas Ante-Nupciais* (na legislação nacional e estrangeira) de 1951, que escreveu nos cursos de Direito e no Curso de Doutorado, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

O nobre acadêmico recorda as palavras do saudoso presidente Vivaldi Moreira: “Foi considerando o “conjunto de sua obra”, – como Vivaldi disse, – que meu nome surgiu para ocupar a cadeira que era do meu amigo João Etienne, por quem sempre tive o maior respeito e admiração, por sua retidão moral e intelectual. Todos sabem que custei a aceitar, e a tomar posse, mas, afinal, ganhei coragem, e me orgulho da votação unânime que recebi dos acadêmicos”.

Sobre suas atividades-literárias, o acadêmico Fábio Doyle destacou, entre tantos outros, os artigos sobre os Estados Unidos da América, reunidos em um livro *USA 1967 – Retrato de um país em paz, embora em guerra*. Os artigos foram traduzidos para o inglês pelo Departamento de Estado norte-americano, com o título *Letters from USA*. O livro foi incorporado à Biblioteca do Congresso, em Washington.

Outra série importante de artigos foi sobre a União Soviética, que ele viu ainda nos tempos de Gorbachev e do regime comunista, pouco antes da queda daquele regime. E, ainda, os textos que registraram suas impressões sobre Taiwan, a pequena e brava ilha que busca manter sua independência da China.

Em 1977, Fábio Doyle ganhou um dos prêmios “Pena de Ouro”, em um curso literário promovido pela Aeronáutica, com apoio da Lufthansa, com o poema “Aeroporto”, em versos livres.

O início de tudo

Advogado por formação e jornalista por vocação, Fábio Doyle lembra o início de tudo, quando ainda menino lia, fascinado, as aventuras do ficcionista alemão Karl May: “Ganhei o primeiro volume, aos nove anos, e não parei de ler a obra toda, cerca de 40 volumes da coleção que tenho até hoje. Karl May descrevia diversas regiões e diferentes raças humanas, como os indígenas do Oeste dos Estados Unidos e os árabes do Saara. Criou personagens – continuou o acadêmico – inesquecíveis, como o cacique Winnetou, da tribo Apache das margens do rio Pecos, nas vizinhanças de Santa Fé, o árabe Hadschi Halef Omar, e Old Shatterhand, que seria ele próprio.

Hoje, parece que Karl May, pelo menos no Brasil, não é mais lido como na minha geração, o que é uma pena, pois além do lado cultural, seus livros ajudavam na formação moral dos jovens. Ele foi pioneiro na defesa dos direitos humanos, especialmente dos menos protegidos, das minorias étnicas, e da preservação do meio ambiente, numa época, fim do século 19, em que o tema não era abordado. Quem acompanha o debate sobre a construção da usina de Belo Monte sabe do que eu quero dizer. Confesso que aprendi muito com ele”.

O culto a Karl May levou Fábio Doyle a visitar o Museu Karl May, em Radebeul, uma pequena cidade na Saxônia, perto de Dresden, Alemanha.

Aliás, esclarece ele que o grande físico Albert Einstein, o criador da Teoria da Relatividade, partilhava de culto igual, confessando que sua adolescência foi influenciada pelas obras de May “e até hoje, nas horas mais difíceis, eu me inspiro em seus ensinamentos”.

O jornalista

A carreira jornalística do acadêmico Fábio Doyle começou na redação do *Estado de Minas*, na Rua Goiás. Recebido pelo então redator-secretário, Eduardo Campos do Amaral, “um modelo de retidão profissional”, conforme ele ressalta, foi destacado, por ser estudante de Direito, para implantar um novo setor de cobertura, o forense. Na época, o EM era o primeiro jornal a ter um repórter permanente no Judiciário.

Sua primeira matéria, entregue ao secretário da redação, sobre um processo que tramitava no Fórum, não foi publicada: “O Amaral leu, levantou os óculos, e disse, no estilo direto que era sua marca: “O texto está muito bom, mas não será publicado, pois o réu na ação é funcionário da Rádio Guarani, empresa do nosso grupo”.

Foi sua primeira experiência na profissão. Ficou alguns anos na cobertura forense, depois transferido para a parlamentar, na Assembleia, quando lhe foi ofertada uma coluna política diária no *Estado de Minas*, com o título “Notas de

um cronista parlamentar". Mais tarde, a convite do diretor Geraldo Teixeira da Costa, assumiu a chefia da redação do *Diário da Tarde* como editor-geral.

Sobre suas recordações como jornalista, Fábio Doyle lembra: "Ao assumir o *Diário da Tarde*, criei algumas colunas que fizeram sucesso, algumas mantidas até hoje, algumas com outro nome, como o "Jornal do Funcionário", o "Bitoque", "Doações & Trocas", a "Uma Coluna por Um" e outras. Naquela época nós não tínhamos na imprensa mineira um verdadeiro "crítico de arte". Convidei para as funções o então jovem Roberto Negrão, filho de Jair Negrão de Lima, sobrinho do ex-prefeito Octacílio Negrão de Lima e do embaixador e ex-governador Francisco Negrão de Lima. Talentoso e culto, o colunista revolucionou o setor, com críticas ferozes e ferinas a todos que ele julgava medíocres. Ficou entre nós algum tempo, depois voltou a morar no Rio.

Com justa razão, o ilustre acadêmico se orgulha de ter descoberto ou incentivado grandes chargistas, cartunistas e ilustradores, como Henfil, Aroeira, Chico Marinho, Son Salvador, Melado, Jésus Rocha, Quinho, o mais recente. Por outro lado, levou para as páginas do DT colunistas famosos, como Paulo Francis, com seu "Diário da Corte", Danuza Leão, Sebastião Nery, a equipe de articulistas de SP que produzia o "Confira o seu dinheiro", além de escritores mineiros.

Vale lembrar, ainda, que o *Diário da Tarde* foi o campeão absoluto de vendas em bancas, superando todos os demais jornais somados.

O jornal, que deixou saudades registra na sua história de 72 anos, um recorde muito especial, quando numa segunda-feira vendeu mais de 100 mil exemplares, com a notícia da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek".

Outro fato relevante na trajetória do acadêmico, então jornalista "foi o convite que recebi da direção dos Diários Associados, feita pelo saudoso Camilo Teixeira da Costa, para dirigir *O Jornal do Rio*, matutino chamado com razão, pelo prestígio que chegou a ter, de "órgão líder dos Associados". O jornal vivia grave crise. Aceitei, em princípio, participei das primeiras reuniões, com Camilo, Pedro Aguinaldo Fulgêncio, Theódulo Pereira e José de Oliveira Vaz. Mas resolvi desistir da difícil empreitada de reerguer o velho jornal, quando recebi o projeto gráfico de sua reforma, feito pelo meu amigo e talentoso artista Amílcar de Castro. Dei a minha justificativa: com a mudança radical que se pretendia, com um *design* totalmente novo, até o logotipo foi mudado, temia a perda dos assinantes tradicionais, sem a certeza de conquistar novos leitores, em face da concorrência de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*. Para meu lugar foi outro, indicado pelo José Vaz. Como eu previa, a reforma, bem intencionada e feita com talento por Amílcar, mas inconveniente diante da conjuntura enfrentada pelo velho jornal carioca, ajudou a matar, em pouco tempo, o nosso respeitado órgão líder, que perdeu os leitores tradicionais e não angariou outros".

Além dos jornais Associados, o acadêmico Fábio Doyle foi redator político do *Correio da Tarde*, dirigido por Wilson Figueiredo e redator da Sucursal de *O Globo*, dirigida pelo jornalista José Mendonça.

Na área jurídica

Paralelamente à carreira jornalística – sua paixão maior – Fábio Doyle, logo depois de formado em Direito, ainda cursando o Doutorado, fez dois cursos, um para o Ministério Público outro para a Procuradoria da Prefeitura de Belo Horizonte.

Aprovado em ambos, entre os primeiros classificados, foi nomeado Promotor de Justiça de Porteirinha, mas não aceitou o cargo. No segundo concurso, foi convocado a assumir sua função na Procuradoria, tendo sido advogado do município, assessor e consultor jurídico de secretários e de prefeitos, até se aposentar.

Na área do Direito, foi professor de Teoria Geral do Estado e Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH, a convite do Reitor prof. Ney Soares.

Honroso currículo

Na Academia Mineira de Letras, foi recebido pelo acadêmico e jornalista Olavo Drummond, que, em seu discurso, recordou a boa convivência que sempre os dois mantiveram na vida universitária e na redação do *Estado de Minas*.

"Reencontramo-nos, agora – observou o orador – na convivência da terceira casa, a "Casa de Alphonsus", para onde os méritos o transportaram e onde estou a recebê-lo em nome da mais alta confraria espiritual de Minas".

Ao discorrer sobre sua presença na Academia Mineira de Letras, Fábio Doyle enfatiza a cordial convivência com todos os confrades, mas acentua que, particularmente, mantém viva na memória as respeitáveis personalidades amigas dos presidentes Vivaldi Moreira e Murilo Bádaro.

Observa, a propósito, que ambos se identificaram no esforço e dedicação na direção da Casa, o primeiro tudo fazendo para a aquisição da sede e construção do seu auditório e o segundo culminando sua hábil e proveitosa administração com o empenho posto na programação das vitoriosas comemorações do centenário de fundação da Academia Mineira de Letras.

Fábio Doyle foi conselheiro e presidente do Conselho Fiscal da Usiminas por 25 anos, conselheiro do Banco do Estado de Minas Gerais e faz parte do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Foi ainda presidente da Associação Mineira de Imprensa, tendo construído, em sua gestão, a sede da entidade na Rua da Bahia, criando o Coral da AMI, com o maestro Luiz Aguiar, o teatro e a Galeria de Arte, com Fernando Paz. Foi também presidente da Sociedade Cultural Teuto-Brasileira, conselheiro e diretor do ICBEU e da Aliança Francesa.

Entre muitos títulos, o orgulhoso pai do economista Fábio Márcio Doyle, da talentosa jornalista Tânia Doyle, radicada no Rio de Janeiro, e de Marília Doyle, esposa do paisagista Pedro Henrique Nehring César, recebeu nos EUA, o título de Cidadão Honorário de El Paso, no Novo México. Juntamente com o professor Oliveiros Ferreira, de São Paulo, foi convidado pelos organizadores do conclave para representar o Brasil no "International Committee, for a Community of Democracies", realizado em novembro de 1986, em San José da Costa Rica, quando teve duas das propostas que apresentou aprovadas e publicadas nos anais da Conferência.

Avô de cinco netos, e de uma bisneta, o acadêmico mora há mais de 50 anos no mesmo endereço, na Rua Ouro Preto, onde aprendeu a conviver com a saudade eterna da esposa e namorada Rachel. Hoje, se divide nos finais de semana entre a casa prazerosa no Morro do Chapéu e a residência no Santo Agostinho, onde recebe os bons e velhos amigos de sempre, para agradáveis prosas esquecidas tarde adentro...

Títulos e Distinções

O acadêmico Fábio Doyle recebeu, entre outras honrosas condecorações o Diploma e Medalha "João Pinheiro", como melhor aluno de sua turma do 5º ano da Faculdade de Direito da UFMG, prêmio instituído pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em comemoração do aniversário de nascimento do Presidente João Pinheiro, fundador do Instituto e um dos fundadores da tradicional escola.

Foi também distinguido com a "Medalha de Minas Gerais", entregue em Mariana; "Medalhas da Inconfidência", em todos os seus graus, "Medalha do Mérito Legislativo", da Assembleia Legislativa do Estado, título de "Honra ao Mérito", da Câmara Municipal de Belo Horizonte, "Medalha de Santos Dumont", grau Ouro, "Medalha da Ordem do Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha", "Medalha do Mérito Educacional" do Centro Universitário de Belo Horizonte, "Medalha da Cidade de Tóquio", do governo da capital japonesa; título de "Personalidade Artística de 1969", do Conselho de Extensão da UFMG.



A FLUÊNCIA DO ORADOR EMOLDUROU SEU TRIUNFO PROFISSIONAL

João Amílcar Salgado*

Em meu pequeno livro *Os gloriosos 44 de 55*, de 2010, comemorativo dos 50 anos da turma de 1960, pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), há o perfil de Hilton Ribeiro Rocha, como nosso homenageado. Um ano após, foi a vez de comemorarmos os 100 anos da Faculdade de Hilton Rocha, ambos nascidos em 1911.

Este sul-mineiro de Cambuquira cintila forte na constelação de ilustres Ribeiros dessa privilegiada região de nosso Estado. O Estado de Minas Gerais, aliás, ocupa posição única no Brasil, pois tem no caeteense Hilário de Gouveia o fundador da oftalmologia brasileira, em João Penido Burnier, originário de notável família juiz-forana, o criador de celebrado Instituto Oftalmológico em Campinas e em Hilton Rocha o maior oftalmologista brasileiro de seu tempo. Não bastante isso, o herdeiro do título de maior oftalmologista do país é também mineiro: Roberto Abdala Moura, diplomado na turma precedente à minha.

Na sessão em que a Associação Médica, a Academia de Medicina, a Faculdade, o Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais e a família do homenageado brindaram o centenário de Hilton Rocha, seu filho Ricardo Rocha causou forte emoção, relembrando aspectos da juventude e do cotidiano do pai ilustre. Tendo bastante semelhança física com o pai, inclusive a voz, e similar facilidade verbal, o filho me surpreendeu quando não se esquivou de tocar na atuação política do pai, a que também me refiro no sobredito livreto.

Hilton Ribeiro Rocha estudou em colégio do Rio de Janeiro. Uma ideia de como era o ensino ali pode ser auferida do livro *Vida de menino antigo* (1986) do também médico e também sul-mineiro Carlos Caiafa Filho. Hilton diplomou-se em 1933 e Caiafa em 34.

Outro que se formou um ano após o Hilton foi Javert Barros, coincidentemente o radiologista que ganhou do oftalmologista a votação para paraninfo de nossa turma. Vencera Rocha a disputa, fora eu a saudá-lo, como orador da turma. Na eleição, os favoritos eram Liberato DDio, Rocha e Javert e o cabo eleitoral

* Professor de Clínica Médica, diretor do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais.

de Hilton era o doutorando capixaba Emir Soares, futuro senhor das lentes de contato.

Bem antes de chegarmos às aulas de Hilton Rocha na cadeira de Oftalmologia, tivemos a oportunidade de, já segundanistas, vê-lo como orador. O Diretório Acadêmico organizou um debate sobre aborto, entre o oftalmologista Hilton Rocha, o jurista Pedro Aleixo e o ginecologista Clovis Salgado, mas este não pôde comparecer. No final comentávamos que Pedro Aleixo expunha com facilidade seus argumentos jurídicos, mas que Hilton Rocha apresentava suas razões éticas com arrebatada retórica. Só que a liderança estudantil, sobressaindo nela o Eli Bonini, concluiu aos gritos que não houve debate nenhum, pois ambos os expositores defendiam o mesmo ponto de vista.

Isso retrata a época: exceto os líderes, a maioria dos estudantes não queria saber quem tinha razão, mas quem discursava melhor. Os estudantes de medicina não perdiam um júri e ali, ao lado dos estudantes de direito e de engenharia, agiam como torcedores e se dividiam, por exemplo, entre fãs do citado Aleixo e de João Pimenta da Veiga (pai). Os comentários se prolongavam nas respectivas faculdades, em torno dos oradores Carlos Lacerda, João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha, Afonso Arinos de Melo Franco, Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio Cardoso, Francisco Negrão de Lima, Helder Câmara, Tristão de Ataíde, Tancredo Neves, Lopes Rodrigues, Paulo Pinheiro Chagas, José Feldman e Hilton Rocha, sendo médicos os quatro últimos. Em qualquer discussão o parâmetro era Carlos Pinheiro Chagas, ao mesmo tempo professor de patologia em nossa Faculdade de Medicina e o imortalizado orador no funeral de João Pessoa, deflagrador da Revolução de 1930.

Tenho viva na memória as conversas na farmácia de meu pai, a sede de fato da UDN de Nepomuceno. Ali vi o udenista Alberto Correa Lima escrevendo a lista dos mais ricos cafeicultores locais para intimá-los a depositantes do novo Banco Nacional. E repetia que entre os escolhidos da Capital estava gente não só rica, mas famosa, como Hilton Rocha. Daí que meu pai foi companheiro de Hilton Rocha nesse empreendimento, surgido tão auspicioso e extinto em condições tristes e deploráveis.

O opulento sul de Minas foi fator estratégico da correspondente empreitada política que resultou na eleição de Milton Campos. Estavam juntos, por exemplo, o grupo de Boa Esperança – onde Milton fora promotor – comandado por Geraldo Freire, o de Três Pontas, tendo à frente Aureliano Chaves e o de Campanha, cujo condutor era o notável médico Zoroastro de Oliveira, pai do excepcional cirurgião Sérgio Almeida de Oliveira, que mais tarde cuidaria das coronárias de Hilton Rocha. Coordenava tal arregimentação o estrategista Oscar Dias Correa.

Além de Hilton Rocha, dois outros luminares simbolizavam o udenismo médico, então esmagadora maioria na classe. Eram eles Baeta Viana e Roberto Ribeiro de Oliveira Resende. Aquele atraía gerações de ex-alunos e este, discipu-

lo dileto de Baeta, arrastava atrás de si a numerosa grei dos Resendes e dos Ribeiros espalhada pelo Centro, Sul e Mata. O fenômeno começou com fato único: um candidato presidencial, o Brigadeiro Eduardo Gomes, foi homenagem especial da formatura de médicos de 1946, da atual UFMG.

Um dos ativistas sulmineiros era Bilac Pinto, que teria sugerido o posicionamento hostil da Associação Médica, liderada por Hilton, contra o médico Juscelino Kubitschek, governador pessedista do Estado. A manobra se destinava a inviabilizar a candidatura presidencial do diamantinense. Tais adversários não tinham sequer noção da determinação deste, que, hoje sabemos, ultrapassou todos os obstáculos contra ele colocados, até alcançar a culminância final de sua posse. Alípio Correa Neto, mineiro de Cataguases e presidente inaugural da Associação Médica Brasileira, desejou que o primeiro congresso da entidade médica fosse apoiado com toda a pompa pelo primeiro presidente médico do país. Os mineiros da equipe de Alípio temeram de Kubitschek atitude negativa, denotadora da mágoa que lhe haviam infligido. Ao contrário, o recém-empossado, ao receber a proposta, não só externou atitude inversa, como localizou e buscou, entre eles, Hilton Rocha, para caloroso abraço.

Mais tarde Hilton Rocha foi influenciado por alguns docentes da Faculdade, partidários e colaboradores da ditadura militar, no sentido de usar de seu prestígio para inviabilizar o Internato Rural, que implantávamos como novidade rumorosa do ensino médico. Isso ele teria conseguido facilmente, caso não tomasse a surpreendente e firme discordância de dois de seus mais caros correligionários udenistas: Aureliano Chaves e Dario Tavares. Ambos não só apoiaram o Internato como alocaram para sua implantação recursos antes destinados pelos EUA ao controle da natalidade.

Três de meus amigos tornaram-se admiradores incondicionais de Hilton Rocha: Ciro Gomide, Caio Manso e Osvaldo Costa. O primeiro era dublê de dentista e historiador, com admirável biografia de Tiradentes – e foi zeloso auxiliar de Rocha em aspectos odontológicos da oftalmologia. Caio (mais um sulmineiro) era catedrático na Veterinária da UFMG, sendo recrutado por Hilton, como pioneiro em fundoscopia canina, para pontificar no biotério do Hospital São Geraldo – só que resolveu estudar medicina humana e conquistou invejável clientela como oculista. Osvaldo Costa, foi ao lado do próprio Hilton, a grande atração nas aulas do doutorado deste.

Muito me orgulha ter sido professor de pedagogia médica desse doutorado, vanguarda no país. Ao ser inaugurada a Sala Osvaldo Costa no Centro de Memória, vivi momento único, quando fui orador ao lado de Rocha, de Costa e do convidado especial Camilo Teixeira da Costa.

Ao longo dos anos, seja como paciente, seja na colaboração em atendimentos, ensino e pesquisa, passei a admirar, desde cedo e ao lado de outros mais recentes, vários dos integrantes da escola Hilton Rocha: Amélio Bonfiglioli, Ênio

Coscarelli, Nassim Calixto, Henderson Almeida, Geraldo Queiroga, Marcelo Lopes da Costa, Emilio Castelar, Lúcio Almeida, Raul Soares, Joel Boteon, Ricardo Guimarães, Sérgio Donato Valle e Valênio França.

Pouco conhecida, até entre oftalmologistas, é a nova entidade mórbida descrita por Hilton Rocha. Osvaldo Costa ofereceu a ele sua experiência em descobrir doenças e ambos publicaram a descoberta no *Bulletins et Memoires de la Societé Francaise d'Ophthalmologie*, intitulada "Síndrome Polidiplástica Oculo-Cutânea." Inicialmente ambos esperavam ver o nome elegantemente simplificado para "Syndrome de Costa et Rocha", o mestre, entretanto, pediu a Costa acrescentar um terceiro autor, Paulo Galvão, que se esforçara no apoio aos dois descobridores.

Similarmente a Baeta Viana, não foi grande a bibliografia do saudoso Hilton Rocha: *Páginas esparsas* (quatro volumes), de 1971 a 1990. No lado científico, encontramos sua tese de docência *Sobre a pressão da artéria central da retina*, 1938, sua tese de cátedra *O ângulo da câmara anterior*, 1952, e, em colaboração com João Orlando Gonçalves e Felício Silva, o manual *Patologia da órbita*, 1984. Merece especial realce o primoroso capítulo "O olho vermelho", que escreveu para não-especialistas no tratado em 8 volumes; *Cirurgia geral e especializada*, de 1973, do mestre João Resende Alves.

Em 1971, seus discípulos publicaram o *Livro jubilar do Professor Hilton Rocha* e, em 1987, o consagrado oftalmologista publicou importante texto educativo *Ensaio sobre a problemática da cegueira*, sendo também co-autor do *Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos*.

Registre-se, a propósito, que Hilton Rocha foi o único médico dessa comissão de 50 membros, (presidida por outro mineiro, Afonso Arinos de Melo Franco), designada, em 1985, para subsidiar a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Também de conhecimento restrito é seu livro *Acertos e Desacertos da Reforma Universitária* de 1979. Tal reforma, que a ditadura militar impôs ao Brasil, foi resultado do *Acordo Mec-Usaid* e preparada por estrategistas dos EUA para neutralizar propostas educacionais taxadas de subversivas, defendidas por pedagogos brasileiros de prestígio internacional, como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

Aparentemente a reforma foi precipitada pela agitação estudantil, ligada ao movimento *hippie*, ocorrida em 1968, em vários países, notadamente na França, nos EUA, no México e no Brasil, aqui culminando na Faculdade de Medicina da UFMG, invadida pelos estudantes no mesmo dia 3 de maio em que foi invadida a Sorbonne.

Esperava-se que Hilton Rocha aplaudisse a reforma de inspiração estadunidense, mas ela veio contrariar a já citada pós-graduação pioneira em oftalmologia, que ele vinha edificando desde 1959. Além de substituir a cátedra pela orga-

nização departamental, a mudança criou o mestrado na área médica, inadmissível para Hilton Rocha. As críticas demolidoras que nosso oftalmologista fez ao coronel Newton Sucupira, redator da reforma, o teriam levado à prisão, não cuidasse ele dos problemas oculares do poderoso general Golbery Couto e Silva. Consta que no título do livro apareceria apenas a palavra "Desacertos" e o acréscimo de "Acertos" foi em atenção a apelo do general.

Mérito inegável de Hilton Rocha foi atrair ao Hospital São Geraldo da UFMG vultos mundiais da oftalmologia, cuja presença testemunha o prestígio do grande especialista brasileiro no exterior. Segundo Nassim Calixto, estiveram aqui o suíço Hans Goldmann, o maior oftalmologista do mundo, o espanhol Hermenegildo Arruga, o maior cirurgião ocular internacional, o belga Jules François, o flamengo-americano Charles Schepens, o britânico Alan Bird, os franceses Jean Nordmann e Jean Sahel, o alemão Wolfgang Leydhecker, o indo-americano Sohan Hayreh, e Hans Remky.

Duas iniciativas de medicina social e que não podem ser abandonadas, surgiram das preocupações comunitárias de Hilton Rocha: 1) a imprensa braile (a terceira do Brasil), projeto principal, ao lado do banco de olhos, da Fundação Hilton Rocha, em 1981, e 2) o projeto urbe, de cuidado ocular a comunidades carentes. Este é a versão para as condições brasileiras do projeto orbis internacional, criado, na década de 70, nos EUA, pelo oftalmologista David Paton.

Certa vez, tive a honra de receber a visita de Hilton Rocha e Ciro Gomide, acertando na oportunidade, algumas providências para a aula que seria proferida pelo primeiro, sob o título *Os grandes cegos da humanidade*. Foi a única vez em que tive uma conversa amena com o *scholar*. Pareceu sentir-se em casa quando eu disse ser seu companheiro na admiração a Gregório Marañón. E mais, revele-lhe saber que ele e Pedro Vidigal eram os únicos possuidores das obras completas do enciclopédico espanhol.

Na aula, ele mostrou que seu talento de orador não se modificara, desde quando, na festa que nos ofereceu na formatura, ele, parafraseando Da Vinci, fez o elogio dos olhos, como "Janela da Alma, Vitrine do Corpo."



NO LANÇAMENTO DE *PLENITUDE POÉTICA*, DE YEDA PRATES BERNIS

Carmen Schneider Guimarães*

De autoria do intelectual Valdivino Pereira Ferreira, o livro *Plenitude poética*, garimpado no lirismo das lavras bernisianas, como nomeia o autor, representou justa e significativa homenagem a Yeda Prates Bernis, escritora, poeta, acadêmica, musicista, cantora, filha de Carlos Philinto Prates e Yolanda Queiroga Prates. Nada mais relevante do que a configuração em livro de um roteiro familiar, no qual os dotes maiores de formação intelectual e alta erudição da poeta sobressaem, ao lado de um talento artístico fartamente comprovado.

Lançado pela Câmara Brasileira de Jovens Escritores, no Rio de Janeiro, *Plenitude poética* traduz a visão analítica do autor e complementa áreas faltosas da historiografia artística da poeta belo-horizontina.

Nomes de relevo pontuam em análises consistentes do trabalho de Yeda Prates Bernis. A começar pela palavra do editor, Max Portes, que diz da arte de Yeda: "Vem acalantar-nos o espírito, em cada livro, em cada doação de si a nós". Elizabeth Rennó abre-nos as páginas do *Plenitude poética* em primorosa análise crítica, e nos fala do silêncio da autora. José Afrânio Moreira Duarte instiga-nos a atenção para "A poesia transcendental de Yeda". Ângela Togero se refere à poeta como "um ser humano tão excepcional quanto sua poesia". O Prefácio de Janeuce Cordeiro Maciel faz um ajuste histórico do universo por onde Yeda se postava para dar início à sua jornada poética.

Aquele era tempo de ditadura militar no Brasil; lindamente escreve a poeta: "Tenho a palavra ferida / e a mente amordaçada/ o pé plantado em raiz/ e o olho posto na treva".

Plenitude poética deve ser lido ao lado da releitura dos belos livros de Yeda Prates Bernis.

Nascer é um ato natural da vida. Nascer poeta é dom que se evidencia somente em algumas pessoas. A assertiva está a provar que o poeta já nasce com as características que determinam suas especiais qualidades. Escrever versos não é só alinhar ou alinhar no papel algumas palavras com rimas; hoje, até mesmo a rima é dispensável. Mas descobrir o veio poético na mente criadora torna-se labor de poucos.

* Escritora, presidente Emérita da Academia Feminina Mineira de Letras.

Não é que se tenha simplesmente “a inspiração”. A poeta maior, Henriqueta Lisboa, afirmou que a inspiração não era o principal na arte de escrever poesia; o que contava, dizia ela, sobretudo, e se fazia indispensável, era a emoção. Sobre a ideia inicial, sobre a palavra que deveria expressar a poesia, acrescentava que o poeta já nascia com certa intuição.

Para os desavisados, leitores corridos de poemas cuidados e valiosos de mestres ilustres, as palavras significam pouco, e eles são capazes de dizer irrefletidamente por desconhecimento da arte, que também escreveriam versos daquele modo. É que a poesia pode ser encontrada ao alcance da mão. O difícil é saber colhê-la, e Yeda o faz com mestria e grande beleza. Sua poesia é sublime e se contém na preciosidade dos versos.

Yeda conhece o valor da concisão, além da clareza de seus sentimentos; por esse motivo, aos poucos, foi-se aperfeiçoando na arte da consistência, e dessa brevidade da ideia, descobriu o valor poético dos haicais. Beleza que avalia e condiciona o germe poético, tal como se pode ver em *Grão de arroz*.

A respeito desta obra de primeira linha, Antônio Cândido de Mello e Souza começou uma apreciação, articulando um soberbo elogio ao trabalho de Yeda Prates: “Tenho lido e relido *Grão de arroz* com o maior encantamento. É dos tais livros que deixamos à mão para poder abri-los quando vem o desejo de uma experiência poética que redima o correr do dia”.

Yeda Prates Bernis acordou em certa ocasião, e disse: “Minha cabeça está repleta de ideias e eu sou capaz de colocar palavras no papel e com elas formar um poema”. Na verdade, aquela intenção não era nova, pois desde menina, seu olhar sobre as coisas da natureza, das pessoas, dos fatos de um modo geral denunciava a ótica de um poeta. A música, irmã gêmea da poesia, cativou-a paralelamente. Também para a música ela havia nascido: dedilhar o piano- que cursou durante seis anos – e entoar seu suave canto clássico emparelhava-a com as composições de versos de sua lavra inspirada. Sentia-se feliz e inclinada ao estudo de técnica vocal e interpretação, o que fez, frequentando o Conservatório Mineiro de Música, e depois, a Scola Cantorum do Palácio das Artes. Foi uma das fundadoras e integrava o Coral Madrigal Renascentista de Minas Gerais.

Yeda tornava-se uma artista completa. As criações poéticas acumulavam-se em suas gavetas. Já não estava mais nos primeiros anos de sua mocidade. O casamento com o advogado e jornalista Ney Octavianni Bernis enriqueceu-lhe os atributos artísticos, pois aquele parceiro amoroso sempre a incentivara para o caminho das artes, embora o nascimento de cinco filhos fizesse identificarem-se na jovem senhora qualidades de vivo sentimento maternal.

Tudo começou compassadamente. Yeda Prates Bernis possuía o raro dom da percepção. Não só olhava o belo, o natural magnífico, o mundo de um comum a todos; via também o que poderia representar aqueles tons suaves ou carregados, na folhagem esmeraldina que a cercava, no escorregar anilado de uma correnteza

cristalina. O olhar da poeta era maduro e profundo. Esquadrinhava o palpável, em busca do oculto sentido de cada coisa, majestoso em volume, ou minúsculo na espécie. Mas em Yeda, o que muito chama a atenção é o nomear inteligente de seus livros. No primeiro deles, que surgiu depois de suas tentativas de versos clássicos, com os laborados sonetos, em 1967, os olhos da artista procuraram equilibrar a imagem primitiva do nascimento do dia com a expressão pujante de um tempo presente de vida: *Entre o rosa e o azul*. Estava ali declarada sua maior intenção. As tenras nuances do rosicler anunciando a chegada do astro luminoso, que viria declarar-se nos azuis variados do firmamento. E desde então, tudo se ordenava e a saga poética de Yeda dera feliz partida.

Em 1993 a artista já se cobria de medalhas e premiações pela atividade literária que desenvolvia. E o prêmio *Olavo Bilac*, da Academia Brasileira de Letras, exaltava a publicação magnífica de *O rosto do silêncio*. A União Brasileira de Escritores, com premiação Hors Concours, enalteceu seu livro *À beira do outono*. Coroando dezenas de outros trabalhos, em 1997, como parte das comemorações do centenário de Belo Horizonte, Yeda Prates Bernis foi escolhida Personalidade Ilustre, pela Saudação Cultural dos Professores do Estado de Minas Gerais. Desdobra-se ainda Yeda em produção poderosa, depois da preciosidade de *Cantata*, com a beleza severa do Prefácio de Bartolomeu Campos de Queiroz, quando atesta: “Do seu ofício de velar as emoções, sem se perder em palavras dispensáveis, surge um invento admirável capaz de acariciar a dor, desafiar o segredo, abrandar o desassossego, revelar o encanto”.

A poeta faz vibrar a ideia com a harmonia da palavra, ainda em *Cantata*; é pureza e precisão emotiva, quando nos oferta em versos curtos a “Alquimia” de seu pensamento: “Enterrei meu canarinho/ junto à roseira./Agora, a primeira rosa/ vai amanhecer/ cantando”.

Pedro Nava fala da “pedra preciosa, da flor que se expande e do amor que pouco, muito enganoso ou de entrega total (...) também vale a pena...(...) gostei dessa sua poesia cheia de dignidade...”, diz o escritor.

Palavra ferida é dos títulos mais felizes da poeta, que procurou sintetizar as perdas e as dores do mundo, atingindo em cheio a designação de sua lírica pela flecha da metáfora.

Yeda fecha o círculo de um tempo com *Viandante*, escrito ao perder o companheiro de uma vida, em seu grito de amor e saudade, quando diz:

“Levaste para o território da luz/ minhas todas auroras.



MARIAZINHA*

Murilo Rubião*

Josefino Maria Albuquerque Pereira Silva!

A voz veio declamada, lenta e lúgube. As palavras fizeram curvas no ar e chegavam-me ao ouvido como gotas de óleo. Penetravam com lentidão, deixando o Silva de fora. O último nome não cabia nele. E o óleo pesava.

Desgovernou-se o seu cérebro: a voz ficara no ar e os nomes balançavam vagarosos, comprimindo-se, buscando um lugar para o Silva que permanecia ainda no vestibulo.

Levantei a cabeça e lancei os olhos estremunhados para frente, para os lados. A paisagem dançou, mudou de plano e, afinal, consegui lobrigar a fisionomia do padre Delfim que, sentado na beirada da cama, tinha o olhar fixo na minha testa. Movi os lábios repetidas vezes, implorando-lhe que se fosse, me deixasse em paz. Os movimentos se perderam no vácuo e não ouvi o meu apêlo.

Vieram as frases latinas.

Também o meu irmão estava no quarto: pesaroso, escondia nas mãos o perfil de Mariazinha. (O cigarro me fizera mal, o alcóol me extenuara, mas não ouvira o estampido. Empunhara resoluto e calmo o revólver; vi-sei um ponto preto que saía dos meus olhos e que, no ar, acompanhava o movimento das pupilas. Tangeram os sinos).

Devia ser a bala que não deixava entrar o Silva.

O badalo do sino enorme tangia os outros; uns de bronze, outros de lata e zinco. A música se fez ríspida, mortificante, chorou os mortos e os quase mortos.

Padre Delfim sumiu no espaço e foi nomeado bispo; agora os sinos tinham que ficar alegres, esquecer os defuntos. O sofrimento, porém, persistia, a tristeza sufocava, mudava os sons. Demitiram o sineiro.

D. Delfim era calmo e tinha a fisionomia monótona. Mandou buscar as lâminas de aço, os instrumentos de metal e proibiu a melancolia.

Mariazinha se casaria, o seu sedutor seria enforcado na torre da Igreja.

* Conto publicado na revista *Nenhum* (Belo Horizonte), em 1947, novamento divulgado, com ligeiras modificações, no livro *Os dragões e outros contos* (1965).

** Jornalista, contista, homem público, dirigiu o *Suplemento Literário* em sua primeira fase.

Os sinos concordaram, bimbalhavam alegremente e D. Delfim ficou escarlate, perdeu a monotonia; deu ordens que se expulsassem as lâminas de aço, os instrumentos de metal.

Zaragota é que não concordou:

– Enforcado é que não! Estava certo de que o matassem antes, quando seduzira a noiva. Agora não. Vinte anos haviam passado – não era mais noivo, nem pertencia à diocese do eminente bispo.

Dom Delfim coçou o queixo, satisfeito com o adjetivo eminente e com o perfume que vinha do lencinho branco cheio de rendas.

A festa comemorativa de sua elevação a bispo estava se complicando muito e já temia que o casamento roubasse a pompa das homenagens que deveria receber.

Era preciso mais um pouco de alegria e de um enforcado. Sobre tudo de um enforcado.

Foi inflexível. Ser eminente era um direito que ninguém lhe podia negar. Levantou a cabeça, altivo, enérgico, ordenou:

– Josefino Maria Albuquerque Pereira da Silva: enforque o homem!

Depois, dando ao olhar uma expressão terna e bondosa, pediu-me com humildade (eclesiástica): toque os sinos e case com Mariazinha.

Maio (mês terrível: conheci Mariazinha e ouvi a sua melancólica história), deu pinotes, esticou-se indefinidamente. Dentro dele couberam os anos passados; voltaram-se os cabelos antigos e Mariazinha recuperou a virgindade perdida.

1923

A história recomeçou para a humilde vila de Manacá.

– Houve alguns protestos – logo abafados pelas ameaças de D. Delfim. Muitos não se conformaram em perder os filhos, recolhidos de novo ao ventre materno, ou com as ruas da cidade que ficaram sem calçamento. Mas o excesso de poeira acumulado nas vias públicas não conseguiu sopitar a alegria de outros que, por uma repentina mudança em seu estado civil, voltaram a ser solteiros. (Juraram que nunca mais se casariam).

Como se fosse de outra natureza o meu juramento, enforcou-se o canalha do Zaragota e deu-se início aos preparativos do casamento.

Pensou-se primeiro no vestido de noiva. Que não podia ser comprido, de cauda, fomos todos acordes, sem que ninguém ousasse mencionar a razão: D. Delfim não tinha costume ameaçar duas vezes. (Omitiu-se, portanto, qualquer referência à poeira das ruas).

Mariazinha, saltitante e extasiada com seus novos dezessete anos, não puxou objeção em nada. De acordo, sempre. Agarrava-me pela mão e obrigava-me a acompanhá-la em longos passeios. Deixávamos a vila para trás e corríamos

pelos estrados, enfiávamo-nos pelas matas, galgávamos montes. Ia, pelo caminho, enchendo-me de flores e beijos.

Impaciente, às vezes, eu desejava regressar, queixando-me de um canção que me vinha mais da alma que do corpo. Ela não consentia. Fazia-me sentar sob alguma árvore e, pousando a minha cabeça no seu colo, alisava-me a testa, beijava-me os olhos.

Enquanto isso, Manacá se enfeitava toda. Colocavam nas ruas arcos de triunfo, bandeirinhas de papel de seda, repicavam os sinos. D. Delfim, a calva protegida por um enorme chapéu de boiadeiro, passava apressado em uma caleça, fiscalizando tudo.

No dia marcado para as núpcias, a cidade amanheceu indignada. (Zaragota balançava no tampo da torre da Igreja, sem ouvir os sinos).

O povo formara, logo às primeiras horas do dia, uma massa compacta no largo da matriz. Osório Tico-Tico comandava a população. Há mais de uma hora derramava inflamada oratória sobre os manaquenses. Já analisara a situação do país, a crise da lavoura (culpa da politicagem desenfreada dos homens que detinham o poder nas mãos) sem se esquecer de falar mal do farmacêutico, seu inimigo particular.

A não ser o orador, que conclamara toda a população para ouvir uma terrível notícia, ninguém sabia o móvel da reunião. Duas horas após o início do discurso, em que chegara a anunciar até o fim do mundo e a ditadura do diabo sobre a terra, Osório, com o mais trágico dos gestos, fez uma tremenda revelação: Mariazinha novamente fôra seduzida e o seu sedutor fugira. Esbravejou, jogou saliva nos ouvintes mais próximos e mostrou a necessidade de se desafrontar a espezinhada honra da família manaquense, enforcando-me em praça pública.

Um urro formidável acolheu as palavras do orador. Foram unânimes os protestos contra a poeira das ruas. E aos gritos de “Enforque-se o bandido”, saíram no meu encalço.

Quando me encontraram os meus perseguidores, era relativamente tarde para que se pensasse em me enforcar. Eu já atirara no ponto preto, que no ar, acompanhava o movimento das minhas pupilas e jazia de bruços no solo.

Na véspera, ao contrário do que enfaticamente anunciara Osório Tico-Tico, eu fôra seduzido por Mariazinha, no mesmo lugar onde me encontraram caído.

Ao regressarmos a Vila, ainda presos à excitação de nossos sentidos, me convenci de que Mariazinha era um monstro. Zaragota nenhuma culpa tivera.

À noite, não consegui adormecer: os meus pensamentos sofriam o peso de um torturante remorso. Não devia ter-me comovido com a história de minha noiva. Ela trazia dentro de si uma dolorosa predestinação. Tantas vezes quantas voltasse ao mundo, se entregaria ao primeiro que a quizesse aceitar.

Sai de casa como um autômato. Fui bebendo pelos botequins que encontrava no caminho. Bebendo e fumando. Desejava sufocar-me no álcool e no fumo.

Mais tarde, retomei a caminhada que fizera ao entardecer daquele dia. Detive-me no mesmo lugar em que fui enganado por Mariazinha. As estrelas se afundavam nos meus olhos e o ponto negro se destacou nítido no escuro da noite. Puxei o gatilho da arma suavemente, enquanto o perfil de Mariazinha avançava sobre meu corpo, disposto a tomá-lo.

De novo se puseram tristes os sinos de Manacá. D. Delfim se viu privado das honras episcopais.

1943

– Josefino Maria Albuquerque Pereira da Silva!

A voz ainda era declamada, lenta e lúgubre.

Padre Delfim chamava-me em vão. As ruas da cidade ostentavam o seu primitivo calçamento; os filhos – sem que fosse necessária a intervenção das parteiras – se desprenderam dos ventres maternos; a vila de Manacá tornara a ser elevada a comarca e não era eu o sedutor de Mariazinha. (Os homens que juraram nunca mais casar, juraram inutilmente).

Ao meu enterro, Zaragota, bom e fiel amigo, compareceria ainda convalescente do enforcamento que sofrera.

Não compareceu. Padre Delfim julgou-o culpado de sua demissão, da não realização das festas comemorativas e ordenou, para consolo próprio, que o enforcassem no mesmo local da outra vez.

Tangeram os sinos, tristes e rachados. (O sineiro fôra readmitido).

O luar inundou, por várias noites, as ruas sem poeira da ex-vila de Manacá e o mês de maio caminhou lentamente para o seu termo.

DADOS BIOGRÁFICOS

Murilo Eugênio Rubião nasceu em Carmo de Minas (MG), em 1916, filho do Prof. Eugênio Álvares Rubião e de d. Maria Julieta Ferreira Rubião. Fez o antigo curso secundário no colégio Arnaldo (Belo Horizonte) e formou-se em Direito na turma de 1942.

Em 1938, fundou, juntamente com um grupo de escritores e estudantes, a revista *Tentativa*.

Foi redator da *Folha de Minas* durante 10 anos e da *Revista Belo Horizonte*.

Funcionário público, foi diretor da Rádio Inconfidência, oficial de gabinete do Interventor do Estado (1946) e diretor da *Folha de Minas*, da Imprensa Oficial, assessor técnico administrativo do Estado (1955) e chefe do escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Madri.

Em 1961, reassume sua função no Estado (MG) e em 1966 é encarregado de organizar o *Suplemento Literário do Minas Gerais*, sendo seu primeiro diretor.

Além de outras honrosas funções, exerceu também a de presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto.

Uma das mais destacadas figuras do chamado “realismo fantástico”, revelou sempre cuidadosa preocupação com os próprios textos, que ele revia minuciosamente. Talvez por isso, não tenha sido vasta, embora de extraordinário brilho, a sua produção literária: *O ex-mágico* (1947); *A estrela vermelha* (1953); *Os dragões e outros contos* (1965); *O pirotécnico Zacarias* (1974); *O convidado* (1974); *A casa do girassol vermelho* (1978); *O homem do boné cinzento & outras histórias* (1990); *Mário e o pirotécnico aprendiz – Cartas de Mário de Andrade e Murilo Rubião* (1995); *Contos reunidos* (1998).

Faleceu no dia 16 de setembro de 1991, em Belo Horizonte.



A ESPANTOSA EVOLUÇÃO DE UM VALE*

Marco Antônio Tavares Coelho**

Algumas razões levaram-me a dedicar a este livro quatro anos de pesquisa, viagens e consultas a diversas pessoas em Belo Horizonte e no interior de Minas. Após haver estudado a situação do Rio das Velhas e a divergência em torno da chamada transposição do Velho Chico, fiquei surpreso com o pouco conhecimento, em Minas Gerais e no país, a respeito da realidade do Vale e do Rio Doce.

Particularmente, fiquei abismado com a marginalização desses “sertões do leste”, parecendo injustificável o fato de os colonizadores portugueses não o devassarem durante três séculos, enquanto as lonjuras da província e do oeste brasileiro eram vencidas pelos exploradores, que chegaram até a orla do Pacífico e aos grandes rios da Amazônia.

Outras vastidões das Minas Gerais, como as alterosas e os cerrados, desde o século XVI, estiveram debaixo da mira de bandeirantes, autoridades e historiadores. O mesmo sucedeu com a região central das minas, onde estavam as jazidas de minérios, no aluvião dos córregos ou nos barrancos dos rios, minerações que fixaram na área central da província a maior população das Américas no século XVIII, onde houve o vertiginoso processo da busca de ouro, principalmente em Vila Rica, Mariana, Caeté, Sabará, Santa Bárbara, Serro Frio, e da frenética cata de pedras preciosas em Diamantina.

Durante décadas os que penetravam nas terras de Santa Cruz voltavam seus olhos para a imensidão das veredas no vale do São Francisco, mesmo porque foi impositivo o uso do grande rio para efetivar a ligação com a Bahia e o Nordeste brasileiro. Da mesma forma, mas numa fase posterior, começou ocupação da Zona da Mata, onde a cafeicultura implantou-se nos morros com enorme êxito, impondo a necessidade da montagem da extensa rede da Leopoldina Railway.

Também houve inegável dinamismo no sul do estado onde, além da produção de café, obteve sucesso a fabricação de queijo para abastecer São Paulo e Rio de Janeiro, a capital da colônia. O Triângulo e o oeste de Minas jamais foram esquecidos, pois eram os caminhos para Mato Grosso e Goiás e porque em suas pastagens foi implantada a pecuária, fundada no empenho dos fazendeiros em aclimatar no Brasil o gado zebuino.

* Excerto da Apresentação do livro *Rio Doce - A espantosa evolução de um Vale*.

** Jornalista e escritor mineiro. Reside em São Paulo e tem outros livros publicados.

A única região de Minas que ficou esquecida foi exatamente a encravada entre a Zona da Mata e o maciço do Espinhaço. Assim, aguçou minha curiosidade saber as razões do atraso secular na devassa do vale do Rio Doce.

Logo sobressaiu a relevância das ordens expressas da Coroa portuguesa proibindo a abertura de vias ligando a região das minas ao litoral do Espírito Santo, inclusive a navegação pelo Doce. Todavia, esse óbice legal não impediria o surgimento de descaminhos se não fosse respaldado por outros fatores, entre os quais as características negativas do rio que procedia da região das minas. Porque suas águas, embora caudalosas, são repletas de cachoeiras e corredeiras, tornando impossível sua utilização como via navegável, ao contrário do sucedido nas bacias dos rios da Prata e da Amazônia.

Outros dados colaboraram para ser respeitada a decisão de Lisboa de impedir o trânsito por esse vale. A Mata Atlântica era um obstáculo formidável numa época em que eram precários os instrumentos para derrubar uma floresta cerrada e inóspita. Acrescente-se ainda que pestes imperavam nas regiões ribeirinhas pantanosas do Doce. E os intrusos não sabiam o que fazer para não serem dizimados.

Outro fator afastava os que desejavam ir de Vitória até as minas: as histórias fantasiosas sobre os índios, classificados como "botocudos". Eram tidos como terríveis antropófagos, inclusive por serem adversários de tribos sediadas na orla marítima, que amistosamente receberam os europeus no século XVI.

Somente quando o maior contingente demográfico no Brasil daquela época entendeu que a mineração se esgotara é que teve início a corrente migratória para a Zona da Mata e, posteriormente, para a bacia do Doce, fluxo que ganhou velocidade no declínio do século XVIII, mudando o perfil econômico e político da província. O processo foi consolidado quando, no fim do século XIX, houve a transferência da capital de Minas, com a construção de Belo Horizonte.

Comecei a tomar conhecimento dessa evolução de Minas Gerais com o que sucedia com um ramo da minha família. De longa data meus antepassados provinham da região do Alto Rio Doce e do Serro Frio. Dezenas de parentes (inclusive alguns tios-avós) se transferiram de Guanhães e Virgíniópolis para a antiga Figueira do Rio Doce, hoje Governador Valadares.

A opção por esta cidade não decorreu de um acaso. Derivou de contar com duas inestimáveis vantagens – a ferrovia Vitória-Minas, que ali chegara em 1910, e a abertura de uma rodovia federal – Rio-Bahia – com a construção naquela cidade da ponte sobre o Doce.

Meu interesse por esse tema se aguçou também por um dado extremamente relevante. A partir da segunda metade do século passado, o vale do Doce tornou-se o centro da vida econômica de Minas Gerais, devido ao papel desempenhado nessa região por empresas mundialmente poderosas – a Vale, a Usiminas e a usina da Belgo-Mineira (hoje de propriedade da Arcelor Mittal). Esses grupos econômicos arrastaram para a região inúmeras empresas importantes.

Ademais, desde o início da década de 1920 teve início a vertiginosa corrida para derrubar a Mata Atlântica. Na região foram instaladas inúmeras serrarias, e Vitória firmou-se como o maior porto mundial de exportação de madeira. (Um fator hoje desempenhado por Belém do Pará e Manaus.)

Igualmente fortaleceu o meu empenho em descortinar a situação mais detidamente do quadro do vale deste rio uma recente análise do professor Paulo R. Haddad. Mostrou como Minas Gerais é uma realidade assimétrica, diferente daquela propalada até décadas atrás, quando, *grosso modo*, dividia-se o Estado em duas partes – os municípios localizados no norte – acima do paralelo 19 – especialmente nos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Francisco, que eram a parcela atrasada ou estagnada, em contraste com o progresso e o desenvolvimento do restante do território mineiro.

Para Haddad, a "*nova geografia econômica de Minas Gerais mostra esses municípios economicamente deprimidos se espraiando também para quatro microrregiões do vale do Rio Doce e para algumas subáreas da zona da mata*" (*O Estado de S. Paulo*, 5/8/10). Para ele, temos cerca de 200 municípios, situados agora à direita da BR-040 na direção Rio-Brasília, que têm como características socioeconômicas: baixas taxas de crescimento econômico; insuficiência de absorção de mão de obra; elevados índices de pobreza e de carências sociais; fortes desequilíbrios socioeconômicos e intrarregionais; infraestrutura econômica e social em precárias condições de uso; e elevado grau de dependência de transferências do governo federal, tanto para os residentes quanto para as prefeituras.

Formulando uma comparação, Haddad afirma que uma pessoa, viajando do Rio de Janeiro para Brasília, olhando para sua direita, veria um estado com o retrato socioeconômico do Nordeste brasileiro e, para a sua esquerda, uma Minas com o retrato da próspera economia do interior de São Paulo. E conclui, observando uma diagonal, saindo da Zona da Mata, dividindo o mapa do estado numa dualidade espacial básica, que encontraria não mais uma questão Norte-Sul. Apenas se constataria a assimetria de Minas Gerais.

Mas o que acentua ainda mais o estado montanhês é a evolução extraordinária do vale do Rio Doce, a região que ficou abandonada durante três séculos e que nos últimos decênios assumiu a posição de absoluta liderança do progresso das alterosas.

Ao lado disso, para mim foi uma descoberta conhecer fatos históricos fundamentais sobre esses "sertões", situados na parte leste da província, território durante muito tempo qualificado como "área proibida" de Minas. E era prazerosa a oportunidade de retransmitir essas velhas histórias a pessoas que nunca tiveram mais informações sobre o notável trabalho de certas personalidades relacionadas com a ocupação do vale.

Entre elas, destaca-se a trajetória de um francês, Guido Thomaz Marlière, um ex-militar dedicado à missão de sustar o massacre de índios e estabelecer com eles laços de cooperação.

Na medida em que comecei a estudar os dados sobre o que sucedera nos “sertões do leste” de Minas Gerais, foi se desvendando para mim uma falácia incrivelmente repetida na historiografia mineira – a campanha contra os chamados “botocudos”. Tal acusação foi impulsionada pelos colonizadores a fim de se apossarem de uma imensa parcela do território, ocupada por uma densa floresta, na qual certamente seriam encontradas imensas riquezas minerais.

Para tanto, os nativos que ali viviam foram apresentados pelas autoridades coloniais como terríveis antropófagos que precisavam ser liminarmente exterminados. Essa calúnia foi propagada por aqueles que desejavam derrubar a Mata Atlântica, a fim de exportar madeira e com isso abrirem caminho para implantar pastagens e lavouras de café, milho e outros produtos.

No entanto, a acusação foi refutada por ilustres visitantes estrangeiros que estiveram na região no século XIX, entre os quais Saint-Hilaire e o sábio príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, conforme registraram em seus livros, além de Guido T. Marlière. E este deu uma palavra decisiva sobre tal aleivosia, afirmando que a belicosidade dos chamados “botocudos” era uma resposta às hordas de invasores que pretendiam exterminá-los. Por isso, entendi como um dever refutar no meu livro a versão falsa, insistentemente apresentada na historiografia mineira.



A PESTE BRANCA CHEGA A MINAS

*Manoel Hygino dos Santos**

Numa série de livros que iniciei para a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, um deles focaliza a tuberculose, que foi uma tragédia para inúmeras famílias brasileiras, em tempo não remoto. Na coleção, além de focar o trabalho desenvolvido pela filantrópica instituição belo-horizontina ao longo de mais de cem anos, descrevo, tanto quanto possível, a história das doenças e o surgimento das especialidades clínicas respectivas.

Num dos volumes “A peste branca”, trato especificamente da tuberculose, desde os mais antigos registros, até nossos dias, passando pela fase mais aguda da moléstia em nosso meio. Belo Horizonte sabe muito e muito viveu com a enfermidade. Mas a sua fama, má fama, adentra o passado.

Ser leproso era horrível no relato bíblico. Mas também o estigma que recai sobre os portadores de tuberculose se perde na noite do pretérito. Apesar do propalado bom clima do Egito para essa patologia, há registros importantes de lesões ósseas da tísica por volta de 2.000 a.C, como informa o médico José Silvio Resende. Também a tísica das vísceras grassou por lá. Armand Ruffer encontrou um pulmão em canopo, que tinha no interior uma grande caverna tipicamente tuberculosa.

O clima quente e seco não foi suficiente para manter saudáveis os egípcios. Mesmo assim, os europeus se deslocavam para o norte da África, ou países do Oriente Médio, ou para as ilhas mediterrâneas. No Egito, numerosas substâncias eram usadas no tratamento desta e de outras doenças. Os papiros o testemunham.

Cícero, o grande tribuno romano, que viveu de 106 a.C a 43 a.C, acérrimo opositor de Catilina, gravemente doente de tuberculose, foi tratar-se no Egito, onde permaneceu dois anos. De volta, proclamava a cura e transmitia sua experiência.

Paganini sofreu tuberculose, quis ir para Nápoles mas foi obstado pela população da cidade e pela polícia. René Chateaubriand, expoente das letras românticas na França, procurou abrigar-se em locais mais indicados ao tratamento, não o conseguiu, e permaneceu em Paris, vigiado.

O poeta português Antônio Nobre, no final do Século XIX, viajou por vários países, expulso por hotéis que não admitiam clientela tuberculosa. Muitos obstáculos enfrentaram Chopin e sua companheira, a romancista George Sand, sofrendo represálias e humilhações, inclusive na ilha espanhola de Maiorca, no

* Jornalista, escritor. Ocupa a cadeira nº 23 da Academia Mineira de Letras.

Mediterrâneo, a que foram buscar sossego e clima ideal. Entre os artistas franceses da fase romântica, o láudano e o absinto, tão em moda, contribuíram para atrasar o tratamento e a recuperação.

No Brasil, não foi muito diferente a situação. Manuel Bandeira (1886-1968), nascido em Recife (PE), descobriu-se com tuberculose aos 18 anos. Abandonou os estudos em São Paulo e andou por aí a tratar-se. Passou por Campanha, em Minas, Teresópolis, no Rio de Janeiro, Quixeramobim, Uruquê e Maranguape, no Ceará. Desembarcou na Suíça. O próprio poeta, que morou anos na Lapa, Rio de Janeiro, conta suas perambulações. Aos 28, relatou em *Itinerário de Pasárgada*: "Fui vivendo, morre-não-morre, e em 1914, o doutor Bodner, médico - chefe do Sanatório de Clavadel, tendo-lhe eu perguntado quantos anos me restariam de vida, me respondeu assim: "o Senhor tem lesões teoricamente incompatíveis com a vida: no entanto, está sem bacilos, come bem, dorme bem, não apresenta em suma sintoma alarmante. Pode viver cinco, dez, quinze anos... quem poderá dizer? Continuei esperando a morte para qualquer momento, vivendo sempre como que provisoriamente".

Já foi observado sobre "*Itinerário de Pasárgada*" que "o convívio com a ideia de morte é repouante, e fez dela a sua companheira, imbuindo a poesia de profundo sentimento de solidão. Este sentimento possivelmente derivava da sua convivência com a tuberculose, que o condenava a privar-se de tudo o que caracterizava a vida de um jovem e o fim de muitos sonhos. Alguns supõem ser a doença o motivo que o tenha feito permanecer solteiro até a morte".

O "*Itinerário de Pasárgada*", publicado em 1954, pode ser interpretado como uma autobiografia. Pasárgada é o local imaginário eleito por Bandeira para realização de um sonho. O autor convida-se a ir embora para Pasárgada e tornar-se "amigo do rei", um lugar ideal, utópico. É lá onde existe, como se fosse uma dimensão paralela à real, "a vida inteira que podia ter sido e que não foi". Talvez expressasse seu sonho e o desejo de experimentar uma vida diferente daquela sua, vivida ao lado da tuberculose.

A despeito de seus problema de saúde, permaneceu bem-humorado. Alcançou os 82 anos, encerrando a carreira e a existência junto ao ambiente mais boêmio do Rio de Janeiro, na Lapa, falecendo por úlcera de duodeno. Legou um poema sob o título de "Pneumotórax: Febre, hemoptise, dispneia e suores noturnos."

A vida inteira que podia ter sido e que não foi.

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.

- Trinta e três... trinta e três.

- Respire.

- O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão infiltrado.

- Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?

- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino".

Mas a tuberculose era muito antiga entre nós. Américo Vespúcio escreveu, em 1502 ou 1503, carta dirigida a Pedro Lourenço de Médici relatando que os habitantes do Novo Mundo "eram de grande perfeição física e nunca adoeciam, e viviam em média 150 anos".

Com a chegada dos brancos, muitos inescrupulosos e aventureiros trouxeram consigo a tuberculose. Mas também desembarcaram sacerdotes que procuravam na Terra de Santa Cruz lenitivo para suas dores e a cura da doença. O clima saudável e quente podia restabelecer-lhes a saúde abalada.

O padre Manuel da Nóbrega para cá se deslocou com Tomé de Souza, primeiro governador geral, em 1549. Tísico, com expectoração e frequentes hemoptises, o sacerdote disseminou o bacilo entre os índios, do que foi alertado por Araribóia. Não poucos silvícolas perderam a vida. O próprio Nóbrega morreu lançando sague corrupto pela boca, em 18 de outubro de 1570, com 53 anos. José de Anchieta veio rapazinho para tratar de tísica óssea, o Mal de Pott, ou seja, de uma cifose resultante de osteíte tuberculosa da coluna vertebral. Padres e índios morriam. Estes, durante a vida, transformavam-se em transmissores da doença, a que vieram somar-se os negros, também analérgicos, isto é, sem imunidade natural.

A tuberculose pulmonar ganhava espaço. De 1858 a 1898, morreram 79.083 tuberculosos no Rio de Janeiro, a capital do País. A ideia de construção ou destinação de lugares exclusivamente para acolhimento dos acometidos da doença só começou a tomar vulto de fato na segunda década do século XX.

Cuidava-se, em 1891, de cumprir a nova Constituição de Minas Gerais, que determinara a transferência da sede do Governo, de Ouro Preto para outro local, a despeito das resistências dos moradores da antiga Vila Rica. No dia 11 de agosto de 1829, houve um sermão no templo que serviu de berço à nova Capital e que entrou para a história. O padre Francisco de Paula Arantes declarou incisivamente:

"A Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral del-Rei está situada em campos amenos na extensa planície de serra, de onde emanam imensas fontes de cristalinas e saborosas águas; a atmosfera é salutifera; o clima da região é temperado; está circulada de pedras e mais materiais de que se pode fazer soberbos edifícios; a natureza criou este lugar para uma famosa e linda cidade, se algum dia for auxiliada esta lembrança". E foi.

Obedecidos os conceitos de ilustres médicos, o lugar da nova capital era sobremodo indicado para recuperação da saúde abalada pela tuberculose. Para cá vinham pessoas de todo o interior, mas também das maiores cidades. Entre eles, médicos que se revelaram de notável prestígio na profissão, como Hugo Werneck. Ou inveterados boêmios, que para aqui se deslocavam para resgatar as energias esbanjadas.

Entre os últimos, Noel Rosa, carioca da gema, com algumas raízes mineiras. Muito mais do que o sangue, o compositor de Vila Isabel herdara da gente montanhosa o talento, segundo Carlos Didier. Em 1935, Noel estava entre nós, já diagnosticada a enfermidade. Quatro meses passou com os tios Carmem e Mário, na rua São Manoel, na Floresta, mesmo bairro em que residira anos antes Pedro Nava. Segundo Fábio Martins, professor de Comunicação da UFMG, Noel participou de programas na antiga Rádio Mineira, na Rua da Bahia com Avenida Augusto de Lima, mas mantinha os costumes boêmios. O compositor Gervásio Horta acrescenta: "Noel não se tratava coisa nenhuma. Ficava bebendo, na boêmia". Com Roberto Ceschiatti, diretor artístico da emissora, fazia suas noitadas, como conta a filha, Andréa Ceschiatti: "Eles gostavam de tocar violão até tarde da noite no viaduto Santa Tereza". Noel homenageou Belo Horizonte, parodiando a letra de *Looking over a four leaf*. Dizia: "Belo Horizonte/deixa que eu conte/bom mesmo é estar aqui". Mas se foi para o Rio de volta, sem melhorar o quadro clínico. A capital mineira podia ajudar a cura de tuberculose, mas não fazia milagre.

A cidade cujo crescimento se assegurou pela condição de capital despertara o interesse dos profissionais liberais. No caso de Belo Horizonte, como registra Pedro Salles, havia mais: a razão do clima, já famoso desde a construção e que o ufanismo local considerava ideal para tratamento da tuberculose.

Ezequiel Caetano Dias e Eduardo Borges da Costa, médicos, vieram para exercer a profissão, mas também para cuidar da saúde. O mesmo aconteceu com o poeta Rafael de Paula e Souza, carioca, que seguiu o exemplo e se formou na turma de Juscelino Kubitschek em 1927.

Achilles Vivacqua, também poeta, procedente de Cachoeiro de Itapemirim, transferiu-se com os pais do Espírito Santo, para que, ao lado dos irmãos (eram nove mulheres e seis homens), zelasse pela saúde. Foi uma época áurea da vida intelectual, artística e cultural de Belo Horizonte. O casarão da família, na Rua Gonçalves Dias com Sergipe, foi se transformando em núcleo de jovens talentos e batizado de "Salão Vivacqua". Uma das jovens, Eunice, escreveu muitos anos depois:

"A mudança ocorreu por expressa recomendação do eminente dr. Miguel Couto por motivo de saúde de meu irmão Achilles, acometido do "mal do peito" - a temida tuberculose.

Belo Horizonte, entre suas muitas dádivas, era então considerada cidade sanatório, de clima ideal para recuperação dos enfermos. Respirar o verde, as-sentando-se debaixo das mangueiras dos grandes quintais, respirar terebentina da sua seiva e chupar mangas douradas era sinal de cura, de vida. Achilles, então com vinte anos..."

Mas o jovem e inspirado poeta capixaba não resistiu à enfermidade. Repousa no cemitério do Bonfim.

Glorinha Mameluque, que foi enfermeira em Belo Horizonte, hoje advogada, psicóloga e escritora, registra: "O clima de Belo Horizonte, o grande número de sanatórios e de pensões que acolhiam os portadores de doenças pulmonares eram referência não só no Estado, mas ainda em outras regiões do país. E foi nesse clima que convivi, enquanto estudante de Enfermagem: fazia plantões nos sanatórios e devo lembrar que eram os plantões preferidos por nós, estudantes, pois o tratamento naquela época baseava-se numa tríade: clima, repouso e alimentação. Como tomávamos nossas refeições junto aos doentes nos refeitórios, tínhamos também uma superalimentação, o que muito nos agradava".

Verdadeiramente, nem sempre as bondades de Belo Horizonte salvavam o enfermo. Um caso que poderia ser lembrado é o de Ettore Gazinelli, único médico de Araçuaí, formado pela Universidade do Rio de Janeiro na década de 1920. Em 1938, descobriu-se com tuberculose pulmonar e teve de vir para a capital mineira, relata seu filho, o cientista Giovanni Gazzinelli. Internou-se em sanatório particular, consumiu em 3 ou 4 anos toda a economia amealhada com sacrifício. Alugou uma pequena casa para residir e dispersou a família, distribuindo os filhos pelas casas de parentes. O filho Giovanni foi atraído à pesquisa científica, sendo presentemente um dos mais conceituados do Brasil, prêmio Grã-Cruz de Ordem Nacional do Mérito Científico da Presidência da República, dentre outros.

Ettore Gazzinelli faleceu tísico, aos 49 anos. Naquele tempo, não havia antibiótico. Tuberculose era doença muito grave. O óbito passou à estatística, silenciosamente.





GRUPOS TEATRAIS

*Jota Dangelo**

A História das Artes Cênicas, particularmente do Teatro, em Minas, mas também no Brasil, está baseada, em boa parte dela, na existência de grupos teatrais, ainda que tenham tido duração variável, alguns até mesmo com existência efêmera. Nos primórdios do teatro nacional, até a década de 50 do século passado, as Companhias de Teatro eram apenas ajuntamentos em torno de um nome de projeção, quase sempre o dono do empreendimento e seu ator, ou atriz, principal. Exemplos típicos destes “ajuntamentos”, sem que a palavra tenha qualquer tom pejorativo, foram as Companhias de Procópio Ferreira, de Jaime Costa ou de Dulcina e Odilon. E muito antes destas companhias, as de João Caetano e de Leopoldo Fróes.

Ainda que surgissem tentativas esparsas de se criar grupos teatrais permanentes, com objetivos específicos, voltados para a pesquisa de novas linguagens cênicas, como o Teatro de Brinquedo, de Álvaro Moreyra, de 1927, foi só a partir de 1940 que o teatro de grupo começa, verdadeiramente, a ganhar consistência, mesmo no amadorismo, com a definição precisa dos seus objetivos e a competência dos que se puseram à frente das iniciativas. Refiro-me, especificamente, a Alfredo Mesquita, em São Paulo, fundador do Grupo Teatro Experimental (GTE) e da Escola de Arte Dramática, hoje incorporada à Universidade de São Paulo, e de Paschoal Carlos Magno, no Rio, criador do Teatro do Estudante do Brasil (TEB). Estes dois homens de teatro foram fundamentais nos primeiros passos da modernização do Teatro Brasileiro. De acordo com o crítico teatral Décio de Almeida Prado, “pode-se dizer que Alfredo Mesquita restringiu deliberadamente o seu campo de ação, para explorá-lo em profundidade, empenhando-se em aparelhar moral e tecnicamente o nosso incipiente teatro profissional, ao passo que Paschoal Carlos Magno, agindo antes em extensão, inclusive geográfica, alargou o seu raio de atividades até abarcar praticamente o Brasil inteiro”.

Mas não foi com o Teatro Experimental de Alfredo Mesquita, nem com o Teatro do Estudante do Brasil que se edificou o marco da modernidade do teatro

* Diretor e ator teatral, escritor, professor universitário aposentado.

brasileiro. O grande sucesso de Paschoal só viria em 1948, com a aplaudida encenação de *Hamlet*, de Shakespeare, pelo TEB, que revelou o talento de Sérgio Cardoso. Por sua vez, o GTE ainda estava engatinhando quando, em 1943, um grupo amador carioca, "Os Comediantes", criado por Brutus Pedreira, Tomás Santa Rosa e Luiza Barreto Leite, encenou a obra-prima de Nelson Rodrigues, *Vestido de noiva*, dirigida pelo diretor polonês recém-chegado ao Brasil, exilado pela guerra, Zbigniew Ziembinski. O espetáculo é considerado unanimemente como o verdadeiro marco do moderno teatro brasileiro. Segundo o mesmo Décio de Almeida Prado, "tal milagre explicava-se pelo encontro entre um drama irrepresentável se não em termos modernos e o único homem porventura existente no Brasil em condições de encená-lo adequadamente".

O final da década de 40 (1948) viu a criação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), fruto do idealismo de um engenheiro industrial, Franco Zampari (1898-1966), exemplo de profissionalismo, não apenas estético, mas também de administração e gerenciamento, não fosse Zampari um experiente homem de negócios. Ali, tínhamos pela primeira vez no país uma companhia teatral que, na verdade, era um grupo teatral, com elenco e diretores permanentes. E tantos, que podiam revezar-se no repertório eminentemente europeu, com clássicos da dramaturgia.

O país se internacionalizava, travando conhecimento com autores tão diversos quanto Sófocles e William Saroyan, Oscar Wilde e Schiller, Gorki e Noel Coward, Arthur Miller e Pirandello, Goldoni e Strindberg, Ben Johnson e Anouilh.

Na época e particularmente depois, o TBC foi duramente agredido por facções mais ideológicas do que estéticas, que o consideraram apenas como o templo dos autores estrangeiros, abrindo pouco espaço para dramaturgos e mesmo para diretores brasileiros. As críticas não procedem se analisadas estritamente sobre o momento da evolução do teatro nacional naquela época. A par das encenações de uma dramaturgia universal de qualidade, o TBC estava também educando tecnicamente atores, graças à qualidade dos diretores estrangeiros que contratou, e, com certeza, mesmo que visualmente, aguçando a curiosidade e os conhecimentos daqueles que se dispunham a dirigir grupos teatrais no futuro.

No correr da década de 50, foi do TBC que muitos atores e atrizes saíram para formar seus próprios grupos teatrais, com elenco e diretor permanente. Estava definitivamente superada a fase da Companhia Teatral com um astro cercado de eventuais coadjuvantes cuja função era apenas de dar mais brilho ao dono, ou dona, ou donos da companhia. Foi assim que nasceram a Companhia Tonia-Celi-Autran, a Companhia Nidia Lice-Sérgio Cardoso, o Teatro dos Sete, a Companhia de Maria Della Costa e o Teatro Cacilda Becker. Com elenco e diretor fixos, estas companhias, verdadeiros grupos teatrais, foram responsáveis pelo avanço e reconhecimento do profissionalismo e competência do novo teatro brasileiro.

Ao mesmo tempo, na mesma década de 50, dois novos grupos teatrais surgem no panorama cênico de São Paulo: o Teatro de Arena, criado por José Renato em 1953, existiu até 1973 e foi um dos grupos de teatro mais importantes da história das artes cênicas no país, com o seu viés social de fundo marxista. No grupo pontificaram atores, diretores e dramaturgos da melhor cepa, como Sérgio Brito, Oduvaldo Viana Filho, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Milton Gonçalves, Lima Duarte, Riva Nimitz, Flávio Migliaccio, Lélia Abramo, Paulo José, Juca de Oliveira e Myriam Muniz, entre muitos outros.

Já o Oficina existe até hoje, embora com características bem diferentes de suas primeiras fases, quando contava em seu elenco com Renato Borghi, Fauzi Arap, Etty Frazer e Fernando Peixoto. O Teatro Oficina, criado em 1958 por Amir Haddad, José Celso Martinez Correa e Carlos Queiroz Teles, mostrou-se mais identificado com inovações estéticas na busca permanente de novas linguagens cênicas, particularmente depois da primeira década de existência.

Do mesmo modo, em Belo Horizonte, é justamente no final da década de 50 que começam a surgir os grupos teatrais, inspirados nos Teatros de Estudante de Paschoal Carlos Magno, nas Companhias oriundas do TBC e, principalmente, nos exemplos do Teatro de Arena e do Teatro Oficina de São Paulo. O primeiro deles é o Teatro de Comédia, de 1953, criado por Carlos Xavier, Marcio Veloso, Rogério Falabella e outros. Em 1959, o Teatro Experimental ganha personalidade jurídica, fundado por Carlos Kroeber, João Marschner, Carlos Denis, Mamélia Dornelles, Neuza Rocha, Ezequiel Neves, Silvio Castanheira, Júlio Varella, Rodrigo Santiago e por mim.

A década de 60 veria a criação de outros grupos teatrais, com a mesma preocupação, isto é, a de manter um elenco permanente, mais ou menos fechado, com objetivos definidos, profissional na metodologia da encenação, embora amadorístico sob o ponto de vista salarial. Ou seja, os atores não recebiam salário ou cachê, todos eram obrigados a múltiplas funções, não havia estrelismos, buscava-se a inovação e o experimentalismo.

Do Teatro Universitário, criado oficialmente em 1956, tal como aconteceu no TBC, alunos que lá se formaram partiram para criar, no decorrer de 60, os novos grupos teatrais da cidade: O Teatro Arlequim, de Paulo César Bicalho e Matilde Biadi, depois denominado Teatro de Comédia; o Grupo Geração, de José Antônio de Souza e Eid Ribeiro. Estes grupos vieram somar-se ao Teatro em Família, de João Etienne Filho, ao Teatro da AMI, de Walmir José, ao Grupo de Teatro da Cruz Vermelha, de Priscila Freire, ao Teatro Infante-Juvenil Popular (TIP), de André Carvalho, Raul Belém Machado, Helvécio Ferreira e Pedro Paulo Cava, ao Grupo de Teatro de Ronaldo Boschi, entre todos, um dos mais férteis de produção.

Foram os grupos teatrais que começaram a escrever a história significativa do teatro em Minas, a princípio como amadores e logo depois, a partir de 67, como profissionais, na acepção plena do vocábulo. Neste período, de 59 ao fim dos anos 70, os grupos teatrais foram mais que simples entidades que encenavam espetáculos. Na verdade, era o local de permanente aprimoramento técnico, de troca de ideias, de ampliação de conhecimentos estéticos.

Pouco a pouco, à medida que o teatro passou a ser também uma possível atividade remunerada capaz de acrescentar algo significativo à renda proveniente de outras fontes, o grupo teatral, enquanto grupo, foi perdendo suas características originais. Ainda que se mantivesse o nome da entidade, como O Grupo, o Teatro de Pesquisa, em essência tratava-se apenas de uma sigla, com poucos elementos à frente dela e que a cada nova produção formavam um novo elenco, exclusivamente para aquele espetáculo. Apareceram até mesmo entidades que pertenciam a firmas individuais, ou por cotas, ou seja, a figura do produtor cultural ganhou corpo no ambiente cênico da cidade.

E, no entanto, foi justamente neste momento, no início da década de 80, precisamente em 82, que alguns atores decidiram pela criação de um verdadeiro grupo teatral, no modelo daqueles da década de 60, o Galpão. Seus fundadores haviam participado, no Festival de Inverno da UFMG do ano anterior, de um curso ministrado por professores alemães, com foco no teatro de rua, um tipo de atividade cênica, naquela época, senão desconhecida em Minas, pelo menos sem adeptos ou verdadeiros militantes. O Galpão está completando, neste 2012, 30 anos de atividade ininterrupta e não é mais só um grupo de Teatro de Rua, embora, volta e meia, deixe o palco para encenações em praças públicas. Suas conquistas foram muitas, a partir da produção de um "Romeu e Julieta", de Shakespeare, com direção inventiva e competente de Gabriel Vilela, mesclada com mineiridades e mineirices, em locais públicos, que deu ao grupo uma visibilidade nacional e internacional. O Galpão, desde sua fundação, dedicou-se com afinco ao desenvolvimento de um teatro de pesquisa, convidando diretores diversos para reger, sempre com lances inovadores na sua linguagem cênica. Assim aconteceu com Fernando Linhares, Paulinho Polika, Gabriel Vilela, Cacá Carvalho, Eid Ribeiro, Paulo José, Ulisses Cruz, Paulo Moraes e tantos outros.

Referência obrigatória do teatro brasileiro, o Galpão é sem dúvida o grupo teatral que mais circula pelo país e pelo mundo. Com sede própria em Belo Horizonte, o Galpão Cine Horto, o grupo, com o patrocínio generoso da Petrobrás, abriu outras frentes de trabalho, inclusive estreitando relações com as comunidades que o cercam no bairro do Horto. O Galpão Cine Horto é o Centro Cultural do grupo, fundado em março de 1998, espaço onde realiza suas atividades artísticas, mas também onde ministra cursos de formação e estímulo à criação teatral, e o *Oficínio*, oficina gratuita voltada para a reciclagem de atores profissionais.

Um dos seus projetos mais significativos consiste na organização de um Banco de Dados sobre a atividade teatral em Minas, particularmente a de Belo Horizonte, verdadeiro museu de imagens do teatro que aqui se fez e se faz.

Não seria equivocada a hipótese de se defender a tese de que foi o exemplo do Galpão que estimulou a criação, em 1991, por alguns abnegados das artes cênicas, do chamado Movimento Teatro de Grupo (MTG-MG), entidade que congrega grupos teatrais com algumas características daqueles antigos grupos fundados nas décadas de 50 e 60 do século passado. Embora haja alguma rotatividade no processo, com grupos que se afastam da entidade para um trajeto solo, o Movimento Teatro de Grupo, em pouco tempo, ocupou espaço relevante no cenário da produção artística. O MTG propõe-se, basicamente, a atuar em três direções: artística, política cultural e produção. Hoje, já agregou entre seus filiados grupos do interior de Minas, como os de Ipatinga, Montes Claros, Uberlândia e Nova Lima, entre outros. Quando volto os olhos para o passado, recorro à batalha daqueles grupos das décadas de 50 e 60 para que o poder público multiplicasse os espaços culturais, mais teatros, na cidade, já que, a rigor, só se podia contar com o Teatro Francisco Nunes. Hoje, constato, com satisfação, que muitos dos filiados ao Movimento Teatro de Grupo, e até outros grupos não filiados a ele, possuem seu próprio espaço cênico em bairros da cidade. Espaços físicos não são mais o problema dos militantes do teatro. O que não quer dizer que não haja problemas, e não poucos, ainda sem solução.





A ARTE DE FÁBIO CARVALHO

Paulo Augusto Gomes*

Já há algum tempo, o cinema é classificado em duas principais categorias, no que diz respeito ao estilo. Ao que parece, Pier Paolo Pasolini foi o primeiro a definir claramente cada uma delas. De modo geral, o cinema de prosa é visto como aquele que se ampara em uma forma tradicional de narrativa e, em termos amplos, conta uma história, respeitando a ordem pré-estabelecida de começo, meio e fim. Assim definido, tornou-se o tipo de expressão preferido pela indústria cinematográfica (leia-se cinema americano) e por aqueles principalmente interessados em ganhar dinheiro. Não que isso seja, de início, um problema ou defeito; pode-se ser extremamente criativo e original dentro da narrativa tradicional que fascina todo artesão.

Em sentido contrário, existe o cinema de poesia, que não se interessa pela narração de uma história, preferindo se estruturar em termos de imagens poéticas (não necessariamente belas, mas sempre inquisidoras), que propõem variados níveis de relacionamento com a realidade. É o que, por exemplo, fez Luis Buñuel no seu *Un Chien Andalou*, filme-base do movimento surrealista, no qual seqüências inspiradas em sonhos pouco têm a ver com a descrição de algum acontecimento. O poema talvez seja mesmo a melhor forma de conceituar esse tipo de cinema, em geral de tamanho menor que o de prosa. É território mais afeito aos criadores europeus, para os quais o raciocínio muitas vezes ocupa lugar superior ou, no mínimo, equivalente ao da emoção.

Os diretores que se interessam pelo cinema de poesia são em número muito menor aos que se dedicam ao cinema de prosa. Isso tem explicação. Em primeiro lugar, esse tipo de narrativa pressupõe um cineasta que conheça mais a fundo as conquistas cinematográficas ao longo de sua história e o poder das imagens em geral; não é de fácil manejo por quem não conheça, com um mínimo de profundidade, as veredas em que se imbricou o cinema, à medida que os anos foram passando. Em segundo, uma natural preguiça estética faz com que diretores procurem sempre a maneira mais fácil e menos cansativa de exprimir suas ideias.

* Cineasta, membro do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro.

Assim, quando surge na Belo Horizonte de hoje um cineasta que faz do cinema poético sua maneira de expressão, é causa de grande surpresa. De modo geral, os cineastas gostam de usar o cinema poético como pretexto para tentativas de invenção formal, que quase sempre não passam disso: tentativas. E, em seguida, esquecem suas ambições autorais, para cair na narrativa mais trivial e sem criatividade.

É, portanto, estimulante ver que um autor como Fábio Carvalho desenvolve uma trajetória contínua e poderosa no cinema de poesia, afirmando-se como alguém que, através de sua pesquisa e persistência, vem se impondo como um dos principais nomes surgidos em Minas Gerais, em um território desbravado por poucos.

Desde o início, Fábio Carvalho desprezou o uso convencional dos recursos cinematográficos. Seus trabalhos sempre foram marcados pela tentativa de propor ao espectador novas formas de ver a vida e de expressá-la. O curioso é que ele não fez disso um propósito consciente, nem mesmo buscou amparo prévio suficiente para manter sua decisão acesa. Jovem, o tempo transformou-se para ele em um aliado de suas pesquisas visuais, cada vez mais intensas e radicais. As imagens que, na maior parte das vezes, ele mesmo fotografa para seus trabalhos, são marcadas pela novidade e a maneira original de filmá-las. Além disso Fábio Carvalho também estabelece relações inéditas entre elas pela montagem e isso permite novas visões, típicas de um cinema de poesia original.

Seu filme *Isto é meu e morrerá comigo* (2007) por exemplo é um documentário sobre o poeta e intelectual mineiro João Etienne Arreguy; o título do filme é também o de um belíssimo poema do biografado. Mas o jovem diretor não quer fazer um inventário banal de uma vida tão rica quanto a de Etienne; ao contrário, procura imagens em que ele se revele quase a contragosto, quando é “capturado” nos planos sem prévio acerto. Nessa busca, tudo vale: imagens em que ele, Etienne, é visto na claustrofobia de seu apartamento do centro de Belo Horizonte, rememorando passagens de sua rica trajetória; outras, em que diz algumas de suas obras, o poema-título entre elas; outras, ainda, em que o diretor estabelece ligações entre objetos os mais diversos e a grandeza da obra de Etienne, pedindo também auxílio a uma brilhante interpretação de Ronaldo Brandão de um texto de Etienne sobre Lúcio Cardoso – e surge um painel rico, de associações inesperadas, oferecendo ao espectador novos parâmetros sobre os quais cada um pode fixar suas relações pessoais com a riqueza do personagem e sua obra.

Fábio Carvalho usa o cinema de poesia como ponto de partida e passa ao espectador uma visão provocativa e inédita do tema que enfoca.

Tudo serve de pretexto para sua obra: a vinda a Belo Horizonte do cineasta David Lynch para lançar um livro pode resultar em um novo curta-metragem, assim como a morte de um amigo ou o encontro de dois outros, um pintor e um cineasta, que também serve de motivo para reflexões personalíssimas sobre o ato da criação.

Como foi dito antes, Fábio Carvalho produz em geral obras curtas; as exceções são exatamente seus dois filmes longos, “*O General*”, que possui uma

sequência extraordinária em que Paulo César Saraceni e Ingra Liberato dançam na noite de Belo Horizonte, em plena avenida Brasil, próximo à praça Tiradentes, e o ainda inédito “*Cinema nunca mais*”, em fase de acabamento.

Cinema de poesia parece muito fácil e passa a muitos a ideia de que é possível fazer uma nova experiência a cada momento. Isso acontece porque não há nada de mais enganador do que um falso cinema de poesia, no qual autores que pouco ou nada têm a dizer se põem a criar imagens que parecem poéticas, mas que não passam de frutos da mais completã improvisação, sem que uma unidade orgânica as comande. Aos poucos, a falsa poesia nascida de um experimento sem qualidade se esboroa como um castelo de areia. Em “*Guará, ladrão de estrelas*” (2006), filmado durante o enterro do autor e ator Guaracy Rodrigues, mineiro que teve seu nome ligado ao movimento de cinema conhecido como “*Udigrudi*”, as imagens que mostram seus amigos mineiros e cariocas em torno do caixão, com alguns bebendo e outros tecendo loas ao que partiu, cativam pelo inusitado e pela montagem conferida a esses planos estranhos e fascinantes. É poesia verdadeira.

Curioso é ver que o processo criativo de Fábio Carvalho pouco ou nada tem a ver com a racionalidade. O tema, quase sempre, surge de algo trivial ou inesperado: é um amigo que recebe uma homenagem, um outro que se vai, um terceiro que se revela no ato da sua criação. Quase nunca existe a vontade consciente do autor de se exhibir enquanto criador. Só após escolhido o tema, começa o processo de pensar aquele amigo ou autor poeticamente. Aí, as imagens vão de modo natural, apresentando identificações, nem sempre antevistas; ao contrário, a luz ilumina as proximidades evidentes e revela outras, inesperadas.

Existe uma tendência, no moderno cinema brasileiro, claramente perceptível no documentário, de estender as imagens capturadas, de modo a que, acostumando seu olhar a elas, o espectador perceba ligações com as quais não havia atinado. A insistência do diretor em determinadas imagens como que obriga quem assiste à obra a repensá-las em um contexto específico, que até então não fazia parte delas. É a partir daí que se estabelece o cinema de Fábio Carvalho.

“*Porta do palco*” (2009), homenagem ao produtor cultural Júlio Varella, por ocasião do lançamento de seu livro biográfico, trabalha imagens antigas de Ouro Preto e Tiradentes, cidades nas quais Júlio viveu, com sua atuação em defesa da cultura mineira e suas expressões. Amigos como Jota Dângelo também se unem para destacar a grande importância desse amigo das artes, que sempre viveu modestamente nas coxias, deixando a luz do palco para terceiros. E, mais uma vez, temos aí um poema em que a grandeza de Júlio Varella é destacada.

Ou, em *Neville de Bracher* (2009), tudo nasce de um encontro entre três criadores – o pintor Carlos Bracher, o cineasta Neville d’Almeida e o também cineasta Fábio Carvalho, que documenta a criação de um retrato de Neville por Bracher, no seu ateliê de Ouro Preto. Enquanto o pintor performa o ato criativo (a obra vai nascendo à nossa frente, na tela), Fábio faz sua câmera passear pelo espaço circundante

e sai inclusive à rua, para integrar o barroco ao que está sendo criado. Textos, declamações e performances vão se somando ao tema geral da obra e, afinal, temos uma rica reflexão sobre o ato da criação, visto sob a perspectiva de três autores originais.

Ninguém escolhe ser o que é livremente. A escolha de Fábio Carvalho pelo cinema poético não nasceu do acaso: ele percebeu que essa era a melhor maneira de expressar seu mundo – e se lançou a essa tarefa dura, mas prazerosa. Só depois de ver aonde sua atração pela poesia o estava levando é que o diretor mineiro conheceu os autores que admira e que estavam por detrás de alguns de seus achados: Buñuel, o supremo, ao lado de Godard, Rivette, Dreyer, Hitchcock, Fellini, Visconti, Bergman e outros grandes. Só após criar seus primeiros filmes é que ele veio a conhecer de perto os trabalhos desses mestres. Só então, ele percebeu com clareza que fazia parte desse time.

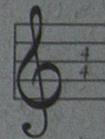
Aí, Fábio Carvalho passou a reconhecer, no cinema brasileiro, aqueles com os quais possui afinidades maiores. São, em geral, cineastas tidos como marginais: Luiz Rosemberg Filho, Ricardo Miranda, Geraldo Veloso, Andrea Tonacci, Carlos Reichenbach, José Sette e Paulo César Saraceni*, para ficar apenas entre os vivos. A esses, poderiam ser acrescentados Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, David Neves e Rogério Sganzerla, entre outros, que influenciaram e influenciaram na sua maneira de ser, ver e fazer.

Para Fábio Carvalho, o cinema se inscreve em uma corrente maior que não se limita à sua criação, mas faz com que ele se interesse e participe dos trabalhos dos amigos. Ele está presente nos curtas-metragens dirigidos por sua mulher Isabel Lacerda e, sob esse aspecto, posso dar um depoimento pessoal de sua generosidade. Ao saber que eu possuía um rolo de um filme inacabado, iniciado em 1984, insistiu em conhecer as imagens. Gostou do que viu, transpôs o material para o digital e me ajudou a concluir o filme, “*O doce segredo de Bárbara*” (2011), em que ele fotografou a parte moderna das imagens e Isabel fez a montagem – ambos trabalhos da melhor qualidade.

Fábio Carvalho é fruto de um cinema democrático, praticado por todos aqueles a quem o circuito comercial esnoba. Filma o que quer, como quer – e não deve favor a ninguém. Continua inflexível em relação à força do cinema poético e, dentro dessa perspectiva, é renegado pelos produtores convencionais. Tão bela quanto a força do cinema que pratica é a aposta que faz nesse tipo de expressão pessoal, mantendo-se fiel às suas crenças estéticas.

O leitor há de observar que não consegui chegar a uma definição concisa e exata do que seja cinema de poesia. Busco uma explicação: pode-se fazer poesia com imagens através de mil caminhos diferentes. Não há receita de bolo. Existe, sim, uma vocação inata daqueles que seguiram essa vereda e que procuram chegar a lugares que eles mesmos não sabem onde ficam. Está aí uma tentativa de definição: no cinema de poesia, mais que o porto de chegada, interessa o caminho percorrido.

* Falecido recentemente



A SINFONIA “*FAUSTO*” E O POEMA SINFÔNICO “*OS IDEAIS*”.

Paulo Sérgio Malheiros dos Santos*

Integrando as comemorações mineiras do centenário de nascimento do compositor Franz Liszt (Raiding, Hungria, 1811 – Bayreuth, Alemanha, 1886), a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais apresentou, em Belo Horizonte, duas importantes e pouco executadas obras do grande músico húngaro: a Sinfonia *Fausto* e o poema sinfônico *Os ideais*. As duas peças foram compostas por Liszt como homenagem aos poetas Goethe e Schiller, respectivamente, e estreadas em Weimar, no ano de 1857.

A personalidade multifacetada e cosmopolita de Liszt exerceu um fascínio irresistível sobre seus contemporâneos. Possivelmente o maior pianista concertista de todos os tempos, improvisador de habilidade vertiginosa, idolatrado pelo público, viajante incansável, o compositor transitou internacionalmente nos meios literários, artísticos, filosóficos, políticos, liderando de maneira abrangente e profunda o Movimento Romântico.

Liszt foi, sobretudo, um inovador. Ampliou miraculosamente as possibilidades sonoras do piano, explorando com originalidade e eficiência os aperfeiçoamentos mecânicos recém incorporados ao instrumento pelo fabricante Érard. Criou o moderno recital pianístico, com o solista tocando de memória e posicionado de perfil para a platéia. Antes dele, os concertos sempre envolviam mais de um músico e os pianistas apresentavam-se de costas para o auditório, lendo a partitura. Liszt angariou fama ímpar e cosmopolita com exibições circenses de incomparável virtuosidade.

Entretanto, músico consciente, não buscou apenas a satisfação de seu ego susceptível – soube também utilizar o domínio que exercia sobre as platéias para apresentar ao grande público os mestres do passado e, por outro lado, adicionou permanentemente ao repertório as importantes novidades revolucionárias de sua

* Professor de História da Música e Piano na UEMG; doutor em Literatura pela PUC-MINAS; roteirista e apresentador do programa radiofônico Recitais Brasileiros da Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

época. Liszt sabia de cor todo *O cravo bem temperado* de Bach e divulgou a obra de contemporâneos como Schumann e Chopin. Suas incontáveis transcrições de obras sinfônicas, camerísticas e vocais de compositores como Beethoven, Schubert, Berlioz, Wagner, Verdi e Tchaikowsky, entre outros tantos, exploram o piano com recursos interpretativos nunca imaginados até então e foram funcionais para a divulgação desse repertório, em uma época anterior à reprodução eletrônica.

Verdadeiro romântico, Liszt viveu intensamente suas contradições: o artista brilhante e extrovertido, de gestos e atitudes teatrais, era também o músico sério, estudioso, sensível e aberto para inovações. E sua fama de namorado e conquistador irresistível convivía com o temperamento místico do homem profunda e sinceramente contemplativo e religioso.

Com o passar dos anos, Liszt diminuiu suas atividades de concertista para dedicar-se mais à composição. Como grande pianista, suas primeiras obras destinaram-se exclusivamente ao instrumento que lhes assegurava a difusão imediata. O fato de compor a primeira peça orquestral significativa após os 35 anos caracterizou uma investida tardia nesse campo. Seus primeiros poemas sinfônicos datam do final da década de 1840 e sinalizam sua maturidade criativa.

Em 1848, Liszt interrompeu sua triunfal carreira de concertista para fixar-se em Weimar, onde desenvolveu um trabalho extremamente fecundo como compositor e responsável absoluto pela vida musical da cidade. Tornou-se um professor respeitado e, provavelmente, foi o criador do que hoje conhecemos como *master-classes* – aulas de alto nível, para uma turma de alunos avançados. Liszt exigia que os participantes fossem bem desenvolvidos tecnicamente, concentrando-se em elevadas questões de estilo e interpretação. Além de vários pianistas e devotados discípulos (Tausig, Bülow, Rosenthal, Siloti, Friedheim), freqüentaram as aulas compositores como Borodin, Grieg, Albéniz, Saint-Saëns.

Organizando festivais, concertos e óperas, Liszt consolidou a figura moderna do diretor de orquestra, entendido como intérprete pessoal de um repertório escolhido sob sua responsabilidade. Como outrora em seus recitais pianísticos, os programas sinfônicos de Weimar incluíam obras do passado próximo (Mozart, Schubert, Beethoven); os compositores mais significativos do presente (às vezes sem levar em conta suas simpatias pessoais); e jovens músicos (alguns descobertos com um critério quase profético). Liszt tornou-se, assim, propagandista e defensor de músicos ainda não bastante reconhecidos.

Com atividade incansável, fez da pequena cidade um dos centros musicais mais influentes da Europa, opondo-se a outros focos conservadores, como o dos mendelssohnianos de Leipzig. Em Weimar, Liszt iniciou a enorme tarefa de promoção da “música do futuro”, representada, sobretudo, pelo trabalho de três compositores contemporâneos – Berlioz, o próprio Liszt e Wagner. De comum acordo, o trio vanguardista via nas últimas obras de Beethoven os pilares de sustentação e a origem da renovação na música, tanto no campo técnico como no

expressivo. Liszt reafirmou-se como o maior intérprete do músico de Bonn, cujas *Sonatas, Sinfonias e Concertos* divulgava com zelo missionário (no que se refere às nove sinfonias, o estudo que delas fez ficou definitivamente demonstrado em suas transcrições pianísticas). Para Liszt, tais gêneros (intimamente ligados à forma sonata) haviam se elevado aos limites da perfeição no conjunto da obra dos clássicos vienenses – Haydn, Mozart, Beethoven – e seria, portanto, impossível ir musicalmente à frente sem procurar outros caminhos. Por isso mesmo, em toda sua produção (e não apenas na orquestral), encontramos a recusa sistemática da forma sonata, que o gênio de Beethoven tanto impulsionara.

O contato com a *Sinfonia fantástica* de Berlioz revelou a Liszt a possibilidade de compor para orquestra sem se limitar a seguir o quase inevitável modelo beethoveniano. Em Weimar, o músico húngaro organizaria três festivais Berlioz, em 1852, 1855 e 1856. Os dois inovadores, Liszt e Berlioz, para substituir os sistemas pré-estabelecidos da tradicional organização formal, cultivaram a idéia do *poematismo* – o princípio gerador da música programática – ou seja, a ordenação do discurso sonoro pela lógica motriz de ideias, fatos ou caracteres extramusicais. A transformação constante do material temático criaria a sensação de uma improvisação ao sabor do momento, alheia à tensão tonal e à simetria clássicas. A unidade integral do poema se estabelece pela utilização, através de toda a música, de mínimos e penetrantes núcleos temáticos. Cada obra exigia assim uma nova forma, diferente, específica, conforme seu conteúdo. No caso de *Os ideais*, por exemplo, o núcleo temático é o intervalo de terça. Os versos de Schiller, recolhidos dos *Poemas filosóficos*, foram copiados por Liszt na partitura e contemplam os ideais de amor, verdade, amizade; as aspirações, lutas, vitórias e realizações da vida de um homem comum.

O poema sinfônico foi instituído por Liszt como gênero musical em uma série de doze peças orquestrais, compostas em Weimar, entre 1848 e 1858 além de um último, *Do berço ao túmulo*. Baseiam-se em autores queridos do compositor, como os escritores Victor Hugo, Goethe, Lamartine, Schiller, Shakespeare e os pintores Wilhelm Kaulbach e Michael Zicky. O intercâmbio entre as artes foi um ideal caro ao Romantismo e já se manifestara na música pianística de Liszt em títulos alusivos a obras literárias (*Sonetos de Petrarca, Após uma leitura de Dante*), pinturas e esculturas (*Sposalizio*, de Rafael e *Il penseroso*, de Michelangelo), personagens históricos (*Guillaume Tell*), paisagens italianas e suíças... Na música orquestral, os antecedentes mais determinantes para o compositor húngaro foram os quadros da *Sinfonia pastoral* de Beethoven e o roteiro da *Sinfonia fantástica* de Berlioz.

Segundo o próprio Liszt, sua intenção ao compor os *poemas sinfônicos* não seria retratar musicalmente os enredos poéticos escolhidos, mas sim externar os sentimentos que tais assuntos lhe suscitavam. Sob esse aspecto, seguiu a orientação de Beethoven para a *Sinfonia pastoral*: “mais sentimento do que pintura”.

Sintomaticamente, os famosos prefácios afixados como programa literário aos *Poemas sinfônicos* não foram escritos por Liszt, mas por sua companheira, a princesa Carolyne von Sayn-Wittgenstein e pelo maestro von Bülow, genro do compositor.

Além dos *Poemas sinfônicos*, datam dos anos de Weimar algumas das maiores composições do catálogo de Liszt, como a *Sonata* e muitas outras importantes partituras pianísticas, a *Missa de Gran*, os dois *Concertos* e as duas *Sinfonias*, baseadas em Dante e Goethe.

Foi com Berlioz e suas *Huit scènes de Faust* (1830) que Liszt conheceu o *Fausto* de Goethe (alguns anos depois, em 1846, o compositor francês ainda lhe dedicaria *La damnation de Faust*). O caráter sinistro da lenda impressionou profundamente o grande pianista, que tinha na religiosidade um dos traços marcantes de sua personalidade. E, cabe aqui lembrar, o fascínio de seu excepcional virtuosismo (como o de Paganini) freqüentemente se associava pelo público a um pacto diabólico — Liszt já fora descrito como um “Mefistófeles em vestes de abade”. A princípio, o compositor cogitou escrever uma ópera, com libreto de Alexandre Dumas ou Gérard de Nerval. Finalmente, em 1854, escreveu a *Sinfonia Fausto*, no incrível prazo de dois meses, após reflexões lentamente amadurecidas. A obra somente estreou três anos depois (Weimar, 5 de setembro de 1857) e para a ocasião, Liszt acrescentou, como *Coda*, com o texto retirado do final da segunda parte do drama de Goethe, o *Chorus mysticus*. Em sua versão completa, a sinfonia foi então dedicada a Berlioz.

Conforme o título original, *Uma sinfonia sobre Fausto em três retratos psicológicos*, trata-se de um tríptico de poemas sinfônicos. Cada uma das partes evoca os protagonistas centrais da obra de Goethe — Fausto, Margarida e Mefistófeles — retratando-os individualmente. Ao mesmo tempo, uma relação musical profunda de trocas e lembranças temáticas se estabelece entre os movimentos e esse caráter cíclico confere sólida unidade à Sinfonia, ampliando o significado expressivo das relações afetivas dos personagens.

Fausto é retratado musicalmente por temas alusivos aos seus múltiplos traços humanos, suas contradições e interrogações metafísicas: o primeiro tema (*Lento assai*) distingue-se pelo cromatismo exacerbado e enigmáticas incertezas tonais. O segundo (*Allegro agitado*) transmite, de modo agressivo, a impaciência do personagem. O tema seguinte, ao contrário, traz alguma paz, evocando a força do amor com um desenho descendente nos oboés e clarinetes. O quarto tema, espécie de marcha triunfal nos metais, possui acentos heróicos. A aparente desordem temática é, na verdade, sabiamente controlada; e o desenvolvimento, muito livre, faz com que todos esses desenhos melódicos se interpenetrem.

A segunda parte (*Andante soave*) corresponde à heroína Gretchen (Margarida). O traço musical que lhe define a ternura, a simplicidade e a inocência é uma bela melodia confiada ao oboé, em sugestivo duo com os arpejos da viola.

Há momentos mais puramente descritivos, como quando a música evoca, leve e graciosa, a sequência da retirada das pétalas de uma margarida, uma a uma, pela jovem apaixonada. Mais sutis, outros efeitos fazem referência ao material temático da primeira parte para sugerir a lembrança de Fausto nos pensamentos de Gretchen. Na conclusão, repete-se o tema melódico da heroína, de forma concisa e confiada ao quarteto de cordas.

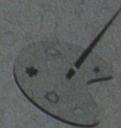
Mefistófeles é o espírito da negação que, por natureza, nada cria. Liszt não lhe atribuiu, portanto, nenhum tema. De forma genial, o compositor contentou-se em emprestar ao Negador os motivos de Fausto (distorcidos, caricaturados, ridicularizados) para serem enfrentados e vencidos pelo inefável tema de Margarida (trompa e violoncelo). O último movimento culmina com um coro masculino, espiritualmente contemplativo — o tenor solo retoma o motivo principal de Margarida, para cantar a vitória do Eterno Ideal Feminino sobre os conflitos terrestres e humanos, redimindo-os em apoteose mística:

*Alles Vergängliche ist nur ein Gleichnis;
das Unzulängliche, hier wird's Ereignis.
das Unbeschreibliche, hier ist es getan;
das Ewigweibliche zieht uns hinan.*

*O perecível é apenas simile;
O imperecível perfaz-se enfim.
O não dizível culmina aqui;
O Eterno-Feminino acena, céu-acima.*

(Tradução de Haroldo de Campos).





Ternuras bidimensionais

*Carlos Perktold**

Merecem especial consideração e estudo duas obras quase idênticas de Alberto da Veiga Guignard (1896-1962) que ilustram este texto: uma aquarela e um óleo com paisagens imaginárias de Ouro Preto, contendo igrejas, Serra de Nova Friburgo e balões, belas composições de leves traços que a fazem flutuar sobre o suporte de papel. São verdadeiros poemas pictóricos que emocionam o espectador sensível e fazem suspirar o admirador apaixonado pelo velho mestre. Não é possível ficar alheio a tanta beleza.

Uma delas foi executada, por certo, no início da década de 1960, quando o alcoolismo e a diabetes corroíam o artista internamente, pois se é um conjunto poético, é também a indicação do seu novo jeito de ver qualquer montanha, como se elas fossem formadas por erupções vulcânicas.

Em ambas, ele acrescenta os balões, que são a condensação de suas recordações infantis, retratadas quando seu fim estava próximo e ele fixava, na tela, parte do seu remoto passado. As montanhas fluminenses ou mineiras sempre foram pintadas com leveza e sugeridas em desenhos de traços leves, garantindo o equilíbrio da composição. As montanhas têm as mesmas características técnicas, a mesma leveza, mas há algo de misterioso, como uma composição parcialmente surrealista.

A cor branca está para a pintura assim como a pausa está para a música e Guignard mostra que seus quadros são como uma composição de afinados silêncios, nos quais as igrejas sempre brancas são uma pausa no olhar do espectador. O mestre pinta os balões das festas de São João, memórias de quando seu pai o acordava para que ele visse o colorido céu noturno fluminense. São cenas que vieram a ser recortes e citações em telas do Rio de Janeiro e, mais tarde, na adotada Vila Rica, com as suas igrejas e suas serranias, criando as "Paisagens imaginárias".

As serras de Nova Friburgo foram presença na sua obra a partir de 1929, quando ele regressa definitivamente para o Brasil e volta a frequentar a cidade onde passou parte de sua infância. Já os balões estiveram presentes nos seus quadros a partir de 1930, assinalando sua maturidade artística e pessoal.

* Crítico de arte e integrante da Associação Brasileira e da Associação Internacional dos Críticos de Arte (ABCA- AICA).

Ouro Preto foi sua paixão desde 1944, quando JK o traz para Minas. Nota-se que a aquarela foi pintada com conteúdo constituído dessas memórias afetivas, líricas e ternas, como se fosse uma inconsciente biografia projetada sobre o suporte. Por isso, é possível que essas obras contêm mais de sua vida psíquica dos seus últimos meses de vida, que seus derradeiros autorretratos.

Suas composições, entretanto não se construíram somente de recordações de infância e foram menos ainda difusas e inconscientes. Pelo contrário. Jarbas Juarez, seu aluno quando jovem, menciona a lição aprendida com o mestre de que se deve agregar elementos de cenas diferentes para criar outra definitiva na tela. A cena imaginária ficará enriquecida com detalhes poéticos de uma gaiola vista na varanda de uma casa vizinha ou o registro de um jardim memorizado no trajeto entre dois lugares ou ainda um terceiro elemento a dar equilíbrio à composição. O importante era o rico resultado pictórico imaginário e nunca a cena como se ela fosse uma fotografia.

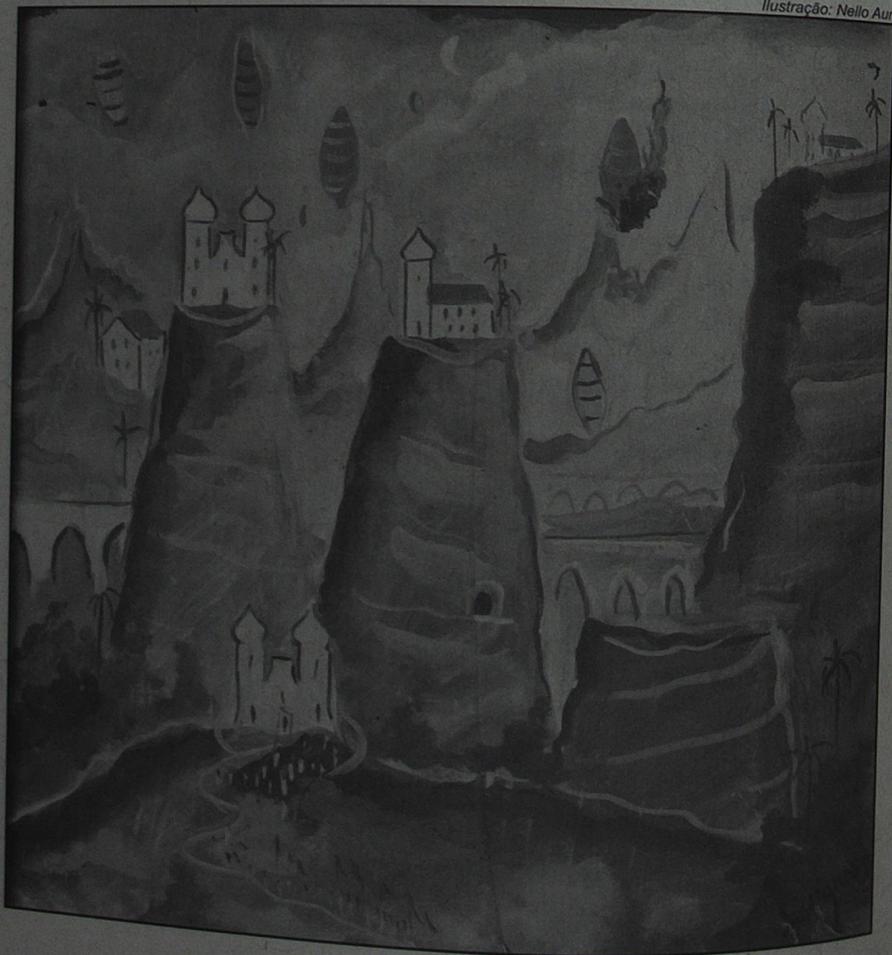


Ilustração: Nello Aun

Muito depois de ver a aquarela, surpreendeu-me descobrir, na segunda ilustração a mesma composição, mas agora em óleo sobre madeira. A primeira não tem aparência de estudo, daí a surpresa de encontrar a segunda. Ambas transmitem a emoção de que o seu autor foi alguém que, apesar dos percalços da vida e das rasteiras que ela lhe deu, percorreu os quilômetros da muralha da arte e se transformou no arquiteto da transparência, da leveza pictórica e da camada de tinta a óleo tão fina que mais parece fios de seda tecida com milhares de casulos.

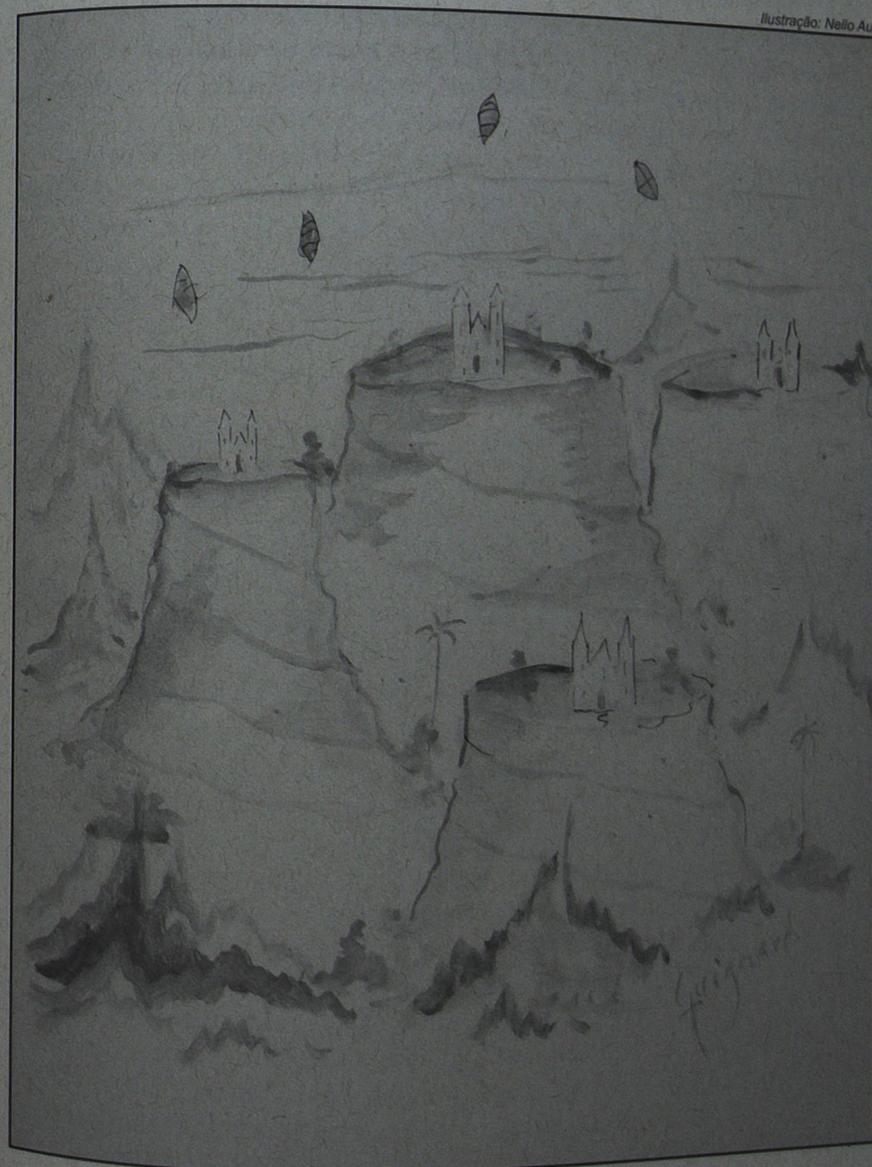


Ilustração: Nello Aun

É possível que em ambas ilustrações não tenha sido executado um estudo a lápis, no qual o artista se baseasse posteriormente, como se fosse um texto que o revisor sugerisse a alteração da ordem de algumas frases ou até a colocação invertida de um ou mais parágrafos. São obras de alguém que se coloca à frente do suporte e "escreve" com a rapidez e a beleza daqueles bardos que estão no ofício há anos e, por isso, fazem algo em 40 minutos aquilo que se leva 40 anos para aprender. Mas, como um poeta que substitui ou acrescenta na última hora da publicação uma palavra, Guignard, no óleo, adiciona os Arcos da Lapa, registrando para o futuro espectador o seu amor pelo Rio de Janeiro.

Não é sem motivo que, texto, música e pintura são chamadas de composições. Aquelas de Guignard são poemas pictóricos de artistas, que transmitem, com pincéis finos, o que vêem pelas retinas e transcendem na alma. Ao mirar essas duas obras pode-se imaginá-las como se fossem um concerto musical, no qual um violinista e um flautista dialogam com longas frases subordinadas, algo desaconselhável em literatura, mas fundamental em música. As duas peças são uma biografia de um enviado dos deuses, que deixa registrado suas belas lembranças dos paraísos nos quais acreditava ter vivido e não demonstra qualquer cicatriz, marca ou ressentimento pela dificuldade congênita e todas as vicissitudes sofridas ao longo da vida. É produto de alguém que, sem cobrança, retribui à vida o que ela lhe deu de bom.

Escrevo sempre e quando vejo a lauda em branco, imagino que qualquer pintor tenha o mesmo sentimento que eu, quando vê o suporte preparado com alvaiade. Ambos olham algo vazio que precisa ser preenchido com palavras, linhas e cores que formam frases, parágrafos e estes precisam se entrelaçar de tal forma que transmitam ao leitor, com sintaxe, concisão, clareza e emoção, o que se pretende relatar. Pintores, escritores e desenhistas precisam ser craques nas linhas porque, assim como criticar uma página cheia é fácil, também é fácil criticar o quadro depois de pronto. Difícil é preenchê-lo, saber onde colocar cada elemento que causará equilíbrio no todo da composição, o que pintar no centro do quadro, de forma imperceptível ao espectador, dividi-lo em geometria secreta, também imperceptível mesmo ao "leitor" experiente, preenchendo o suporte de tal forma que todo o quadro deve ser bom. Da mesma forma, cada frase deve obedecer à sintaxe e expressar pensamentos que façam o leitor compreender e sentir o que o autor quis transmitir em texto que flui, com ritmo, concisão e elegância.

É esse difícil conjunto de atributos que faz qualquer compositor ter estilo, e que se imagina fácil de construir. O "texto" pictórico deve ser da mesma forma: os elementos são ritmados, formam um conjunto que contam uma estória e cada um deles tem seu lugar, formando equilíbrio que deixa o espectador com a impressão de que ali imperou a execução sem esforço. É a simplicidade enganosa do virtuoso que vemos em músicos que tocam um instrumento ou um concerto com a mesma naturalidade com que perguntamos que dia é hoje ou a do cantor de

linda voz, que sabe usar o diafragma como poucos, deixando a plateia arrepiada. É esta sensibilidade do espectador, que mede a beleza, a força, a grandeza, o talento e a nobreza dos artistas no que fazem.

Guignard é destes mágicos do pincel fino, privilégio de quem é hábil desenhista e íntimo dos matizes nas paisagens da Serra da Itatiaia, Passeio Público ou Jardim Botânico do Rio, Lagoa Santa, Sabará, Serra do Curral ou de retratos que fizeram seus modelos portadores de sua imortalidade, ou de Ouro Preto, cidade que era paixão mútua de amorosos que lamentavam um único dia longe um do outro. Quando se reencontravam, ele não a despia como fazem os amantes, mas a vestia com cromatismo, cores, luzes, transparência e perspectiva, transformando-a na mais sedutora das criaturas. As paisagens de Vila Rica no suporte refletem a intimidade entre dois seres que viveram juntos por anos e sabem o prazer de se sentirem descansados nos braços de quem se ama. Guignard sempre viu Ouro Preto como a amada da qual ela jamais se afastaria, por isso está, há 50 anos, sepultado nela, ao lado da igreja São Francisco, a mais bonita da cidade, desenhada pelo colega Aleijadinho, que a embelezou 250 anos antes, certo de que elas, a igreja e a cidade, sempre seriam vistas, pintadas e retratadas por artistas como se fossem jovens adolescentes.

Guignard faleceu há 50 anos, aos 66 anos de idade, mas pelas fotos da época parecia ser mais velho. Morrendo cedo, imortalizou-se como fizeram Modigliani, Pollock, Van Gogh, Portinari, Ismael Nery, Bandeira e tantos outros. Com este azar, teve a sorte de não ter obras consideradas ruins por colecionadores ou museus, algo que ocorre nos casos de pintores de longevidade maior que sua habilidade manual é capaz de suportar e, no final de vida, criam peças que depõem contra aquelas da juventude e maturidade. Por isso, qualquer quadro, dos desenhos de pequeno tamanho, os raros painéis, passando por tampas de caixas de charuto, telas e madeiras com tamanhos escolhidos por ele e sempre fora do padrão comercial, às aquarelas e óleos, tudo é emocionalmente lindo.



A METALINGUAGEM NOS SONETOS DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Isabella Lígia Moraes*

1. INTRODUÇÃO

O poeta setecentista Cláudio Manuel da Costa expressa em seus sonetos as contradições vivenciadas pelo homem letrado em sua época e região, pois, ao retornar às inóspitas Minas após seus estudos em Coimbra, percebe que não mais se identifica com a pátria. Isso porque, de acordo com as convenções árcades, a poesia deveria ser uma representação pastoril que remetesse à mítica Arcádia, região grega em que figurariam suaves montes cobertos por faias e salgueiros e onde habitariam ninfas e pastores em pleno ócio, paisagem esta que se mostrava impossível de ser identificada com a capitania das Minas Gerais.

Instala-se aí um conflito que podemos identificar em seus sonetos, entre cantar a paisagem europeia, mais passível de associação à arcádica, ou a paisagem mineira, pois embora com ela o poeta não se identifique, é definida por ele no Soneto VCVIII como “o berço em que nasci” (COSTA, 2002, p.95). Considerando a tendência da poesia setecentista, “essa situação angustiosa, por si só (...) viola a primeira condição da poesia bucólica” (ALCIDES, 2003, p.13), já que transgredir o *topos* do *locus amoenus* característico do Arcadismo.

Nesse sentido, Cláudio Manuel nos revela em suas *Obras*, publicadas pela primeira vez em 1768, a procura de sua própria poesia, que, em virtude da não identificação do poeta com sua região natal, busca, através da palavra, invocar musas, ninfas e pastores para habitarem ali. Essa transplantação da mitologia de origem greco-latina para a região das Minas e a oscilação do poeta entre cantar o Mondego e o pátrio ribeirão representam, nos sonetos de Cláudio, a laboriosa busca pela poesia, expressa através do uso recorrente do recurso metalinguístico.

A distinção entre dois níveis de linguagem foi apontada por Jakobson (2001) segundo o qual teríamos “a ‘linguagem-objeto’, que fala de objetos, e a ‘metalinguagem’, que fala da linguagem” (JAKOBSON, 2001, p. 127). Considerando que o Arcadismo retoma ideais clássicos da obra de arte, e que nestes “o que é representado é um fenômeno completo, auto-suficiente (*sic*), cujos ele-

* Mestranda em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas / CNPq), com a dissertação intitulada *Mito e alegoria em Cláudio Manuel da Costa: “Fábula do Ribeirão do Carmo” e Vila Rica*.

mentos estão todos interligados e interdependentes; nada parece ser supérfluo ou faltar nesse todo coerente” (HAUSER, 1995, p. 446), os sonetos de Cláudio, contrariamente, nos revelam a construção e os alicerces dessa obra, escrevendo sobre sua própria poesia. Se atentarmos para a recorrência com que o poeta usa o recurso da metalinguagem, percebemos a importância de se observar mais atentamente esse aspecto de sua poética.

Identificamos nos cem sonetos que constam das *Obras* a presença da metalinguagem em versos dirigidos à amada, ao interlocutor/leitor ou mesmo às musas, mas sua recorrência é visivelmente maior nos sonetos dirigidos à natureza. Como ressaltamos, fica claro na escrita de Cláudio o conflito entre as paisagens naturais europeia e pátria como topos para a construção de sua poesia. Verificaremos, portanto, o motivo dessa recorrência nos sonetos em que a natureza é o interlocutor.

2. DIFERENTES MARGENS: UMA CLARA, OUTRA TURVA

Para dar início ao nosso estudo sobre a metalinguagem nos sonetos de Cláudio Manuel da Costa, que constam das *Obras* (1768), consideramos importante destacar algumas características do contexto em que o autor se insere. Tendo o poeta se transferido para Coimbra no ano de 1749, onde estudou Cânones, seus primeiros poemas dos quais temos conhecimento, o *Culto métrico* (1749), o *Munícipulo métrico* (1751) e o *Epicédio* (1753), nos revelam uma adesão à arte seiscentista. A estética barroca, predominante nas Minas Gerais, certamente teve forte efeito sobre suas primeiras produções poéticas, como vemos nesses poemas escritos no início da sua vida em Coimbra, mas ali o poeta passou a ter contato com o Neoclassicismo que eclodia na Europa. Ao retornar às Minas, publicou as *Obras*, nas quais já percebemos a primazia de uma orientação estética diversa. Como bem aponta Aguiar, “se resíduos seiscentistas aí permanecem, inegáveis, em rebuscadas metáforas e retorcidos de linguagem, a ambiência pastoril, com a simplicidade do sentimento e a ingenuidade dos hábitos campestres, garante, entre outras coisas, a almejada ‘modernidade’ da época” (AGUIAR, 2002, p. 31).

Se considerarmos a Arcádia Lusitana, fundada em 1756 por Antônio Diniz da Cruz e Silva e Manuel Nicolau Estêves Negrão, percebemos que essa negação da estética seiscentista está bem expressa em trecho do discurso do árcade Correia Garção: “Magnífica idéia (*sic*) de banir da poesia portuguesa o inútil adorno das palavras empoladas, conceitos estudados, frequentes antíteses, metáforas exorbitantes e hipérboles sem modo, introduzindo em nossos versos o delicioso e apetecido ar de simplicidade” (GARÇÃO apud TAVARES, 1991, p.62). Nesse sentido, Cláudio Manuel, que se define nas *Obras* como “árcade ultramarino”, pretende inserir nas inóspitas Minas os ideais de simplicidade, polidez e civilização que prevaleciam na Europa.

A transplantação desses valores para a pátria, todavia, foi a primeira dificuldade imposta ao poeta, pois, ao retornar às Minas após seus estudos em Coim-

bra, percebe uma impossibilidade de identificação dos valores absorvidos na Europa com a pátria, conforme foi anteriormente acentuado. O ideal de simplicidade almejado era, muito diverso da rusticidade aqui encontrada.

O conflito que se instala faz com que o poeta se sinta “na própria terra peregrino”. Seus sonetos, que buscam seguir convenções árcades e, por isso, deveriam se adequar ao ideal da obra de arte clássica (completa, autossuficiente), nos mostram, entretanto, sua própria construção, através do uso do recurso metalinguístico. Assim, seria justamente pela metalinguagem que o poeta revela seu conflito experimentado na escrita de seus poemas.

Neste sentido, entre os sonetos de Cláudio Manuel da Costa podemos verificar que há vários deles dirigidos à natureza, seja a europeia, representada pelo Mondego, ou a pátria, na figura do Ribeirão do Carmo. Analisando essa recorrência, verificamos que, entretanto, há uma diferença na forma de abordar essas naturezas diversas.

O Soneto LXXVI é dirigido ao “suavíssimo Mondego”, em que o poeta lamenta ter que deixá-lo, embora garanta que suas correntes serão eterno emprego de sua lira, pois a memória do rio o acompanharia para sempre. Atentemos à primeira estrofe, na qual vemos a descrição do rio como sendo “doce”, “claro” e “suavíssimo”:

*Enfim te hei de deixar, doce corrente
Do claro, do suavíssimo Mondego,
Hei de deixar-te enfim, e um novo pego
Formará de meu pranto a cópia ardente.*

*De ti me apartarei; mas bem que ausente,
Desta lira serás eterno emprego,
E quanto influxo hoje a dever-te chego,
Pagará de meu peito a voz cadente.*

*Das ninfas, que na fresca, amena estância
Das tuas margens úmidas ouvia,
Eu terei sempre n'alma a consonância;*

*Desde o prazo funesto deste dia,
Serão fiscais eternos da minha ânsia
As memórias da tua companhia.*

Na segunda estrofe, vemos que, embora ausente, o rio seria eternamente lembrado e cantado pelo poeta que, por dever muitas inspirações à sua corrente, retribuirá com poemas a ele dirigidos. Após falar da inspiração, no primeiro terceto o poeta define as margens do Mondego como sendo “úmidas”, “amenas”, “frescas” e povoadas por ninfas. O poema é fechado com a declaração de que o rio ficaria para sempre na memória, alimentando a ânsia do poeta e inspirando-o. Vemos assim, uma paisagem perfeitamente correspondente ao *locus amoenus*.

O Soneto II, ao contrário, é dirigido ao pátrio rio, funcionando como abertura para toda a obra. O pátrio rio, esquecido, é celebrado pelo poeta para que a posteridade o conheça. Assim, o poeta considera eterna sua obra, através da qual seria possível eternizar a memória do rio:

*Leia a posteridade, ó pátrio rio,
Em meus versos teu nome celebrado,
Porque vejas uma hora despertado
O sono vil do esquecimento frio:*

*Não vês nas tuas margens o sombrio,
Fresco assento de um álamo copado;
Não vês ninfa cantar, pastar o gado,
Na tarde clara do calmoso estio.*

*Turvo, banhando as pálidas areias,
Nas porções do riquíssimo tesouro
O vasto campo da ambição recreias.*

*Que de seus raios o Planeta louro,
Enriquecendo o influxo em tuas veias
Quanto em chamas fecunda, brota em ouro.*

(COSTA, 2002, p. 51-52)

Na segunda estrofe, como é importante salientar, o rio pátrio é descrito pela negação, por o que nele falta em relação aos rios europeus idealizados: não há “álamo”, “ninfa” ou “gado”. No primeiro terceto, o rio mostra-se turvo, contrastando com as pálidas areias que banha com suas águas, mas recreia a ambição daqueles que buscam as riquezas escondidas em seu leito. Vemos, pois, tanto na descrição do rio como no labor dos ambiciosos, a transgressão do *locus amoenus*, que seria caracterizado pela beleza, calma e ociosidade. A impossibilidade de adequar a pátria aos valores arcades é sentida de tal forma pelo poeta que, nesse soneto dirigido à paisagem pátria, ele utiliza um recurso da estética seiscentista:

os raios do sol fazem brilhar o ouro do rio, e o brilho do ouro aumenta o do sol. Essa influência recíproca é um resíduo barroco que, nesse sentido, não aparece em tal soneto por acaso. Assim, devendo ser lugar de contemplação, a paisagem pátria passa a ser lugar de reflexão.

3. O CANTO QUE ENTERNECE OS ROCHEDOS

Os sonetos metalinguísticos de Cláudio Manuel dirigidos à natureza pátria nos revelam uma importante questão: a razão porque o poeta a ela se dirige tratando-a como seres animados de sentimento, procurando comover os elementos naturais.

O trecho a seguir, do Soneto I, exemplifica essa premissa. O instrumento para cantar sobre o amor, seja a flauta ou a lira, é retirado dos montes. Assim, a inspiração vem da própria terra montanhosa, e o canto é justamente dirigido à mesma. Dessa maneira, o poeta pede aos montes que ouçam seu fúnebre lamento, e considera a possibilidade de tais montes serem animados de sentimento e, assim, enternecerem-se com seu canto:

*Para cantar de Amor tenros cuidados,
Tomo entre vós, ó montes, o instrumento,
Ouvi pois o meu fúnebre lamento,
Se é que de compaixão sois animados:*

(COSTA, 2002, p. 51)

Da mesma maneira, o seguinte trecho do Soneto VI, dirigido às brandas ribeiras, levanta a hipótese de que este pranto, estes ais – ou seja, o próprio poema – spossam comovê-las. Sendo assim, o poeta espera que seu triste canto seja digno delas:

*Brandas ribeiras, quanto estou contente
De ver-vos outra vez, se isto é verdade!
(...)*

*Este pranto, estes ais com que respiro,
Podendo comover o vosso agrado,
Façam digno de vós o meu suspiro.*

(COSTA, 2002, p. 53)

Todavia, enquanto nos dois citados trechos a natureza era apenas hipoteticamente animada de sentimentos, no decorrer das *Obras* isso se torna uma certeza. Assim, no seguinte trecho do Soneto LXXXII, os troncos já são acompanhados

do adjetivo “piedosos”, e estão comovidos diante do pranto do poeta. Esse sofrimento, causado pela “ingrata Lise”, é justificado pelo poeta aos troncos, pois explica que é ela quem, com seu desprezo, o obriga a lamentar-se. No terceto citado, o poeta pede que, caso os troncos a vejam, contem a ela o seu lamento, e então refaz seu discurso, pedindo que, ao invés disso, permaneçam calados em tal situação:

*Piedosos troncos, que a meu terno pranto
Comovidos estais, uma inimiga
É quem fere o meu peito, é quem me obriga
A tanto suspirar, a gemer tanto.
(...)
Deixou-me a ingrata Lise: se alguma hora
Vós a vedes talvez, dizei que eu cego
Vos contei... mas calai, calai embora.*

(COSTA, 2002, p. 88)

Nesse mesmo sentido, o Soneto LIX é dirigido às penhas, no qual o poeta evoca outro evento em que havia já comunicado seu segredo a elas, sendo este também ouvido pelos ventos. No fato passado, suas lágrimas enterneciam a dureza do rochedo, e nele o poeta escreveu a causa de seu mal. Ao retornar ao local para ver se o escrito continua ali, constata que sua história e sua tristeza se farão eternas juntamente com tais penhas:

*Lembrado estou, ó penhas, que algum dia,
Na muda solidão deste arvoredor,
Comuniquei convosco o meu segredo,
E apenas brando o Zéfiro me ouvia.*

*Com lágrimas meu peito enternecia
A dureza fatal deste rochedo,
E sobre ele uma tarde, triste, e quedo,
A causa de meu mal eu escrevia.*

*Agora torno a ver se a pedra dura
Conserva ainda intacta essa memória
Que debuxou então minha escultura.*

*Que vejo! esta é a cifra: triste glória!
Para ser mais cruel a desventura,
Se fará imortal a minha história.*

(COSTA, 2002, p. 77)

Podemos perceber, através dos exemplos citados, que os sonetos metalinguísticos de Cláudio Manoel da Costa são tristes lamentos que, muito mais do que recorrerem ao topos do pastor desprezado pela amada, demonstram uma insatisfação e um conflito decorrentes de sua situação de desterrado. A paisagem é animada de sentimentos, mas essa não seria uma condição prévia da própria natureza: é o canto melancólico do poeta que, pela força e profundidade, é capaz de despertar o sentimento de compaixão (Soneto I), comoção (Sonetos VI e LXXXII) e enternecimento (Soneto LIX) até mesmo em seres inanimados. O fato de tais seres serem justamente elementos da paisagem justifica-se pelo conflito do poeta em adequar-se aos cânones ou cantar a paisagem pátria, o que fez com que ele dirigisse seu angustiante lamento a essa natureza, lamento este metamorfoseado em *topos* árcaico.

4. AS CANORAS MUSAS NAS INCULTAS BRENHAS

Conforme constatamos com nossas reflexões, o poeta buscou através da palavra povoar sua terra com seres mitológicos para, assim, legitimar as regiões das Minas em relação às convenções árcades. Percebemos no “Prólogo ao Leitor” das *Obras* a consciência do poeta de que a rústica região mineira não se enquadrava nesses moldes: “Não são estas as venturosas praias da Arcádia, onde o som das águas inspirava a harmonia dos versos. Turva, e feia, a corrente destes ribeiros, primeiro que arrebate as idéias (*sic*) de um Poeta, deixa ponderar a ambiciosa fadiga de minerar a terra, que lhes tem pervertido as cores.” (COSTA, 2002, p. 47).

Dessa maneira, Cláudio Manoel povoa as terras pátrias com a mitologia conscientemente, revelando em seus versos essa construção. Nesse sentido, consideramos importante citar mais um poema – o Soneto C, que, embora não seja dirigido à natureza, e sim às musas, nos mostra essa elaboração na qual, através da palavra poética, as margens do pátrio rio são povoadas com seres mitológicos.

*Musas, canoras Musas, este canto
Vós me inspirastes, vós meu tenro alento
Erguestes brandamente àquele assento,
Que tanto, ó Musas, prezo, adoro tanto.*

*Lágrimas tristes são, mágoas, e pranto,
Tudo o que entoa o músico instrumento;
Mas se o favor me dais, ao mundo atento
Em assunto maior farei espanto.*

*Se em campos não pisados algum dia
Entra a ninfa, o pastor, a ovelha, o touro,
Efeitos são da vossa melodia;*

Que muito, ó Musas, pois que em fausto agouro
Cresçam do pátrio rio à margem fria
A imarcescível hera, o verde louro!

(COSTA, 2002, p. 96)

Essê canto, dirigido às Musas, corresponde ao último soneto das *Obras*, no qual o poeta diz ter vindo delas sua inspiração. Na segunda estrofe, o poeta afirma que seu canto é magoado e triste, revelando o tom de toda a sua obra. Entretanto, ele pede que elas o auxiliem em algo mais grandioso, em cujo assunto fará maior espanto, o que poderia corresponder à escrita posterior do épico *Vila Rica*. O primeiro terceto deixa claro que, através de seu canto, foi possível que entrassem na pátria a ninfa, o pastor, a ovelha, o touro, e, dessa maneira, Cláudio Manuel nos mostra, através da metalinguagem, a construção consciente dessa representação pastoril nas Minas. No último terceto, por fim, o poeta mostra seu desejo de que cresça o verde louro à margem do pátrio rio, e certamente Cláudio Manuel tinha a consciência de que seriam suas elaborações míticas e seus louvores que possibilitariam essa legitimação da pátria, ou ao menos desbravariam os caminhos para que as próximas gerações descobrissem e explorassem seus tesouros através do texto literário.

Através dos citados trechos de diversos sonetos, procuramos mostrar, portanto, como o poeta se dirige à natureza mineira tratando-a como seres animados de sentimento e procurando comovê-la. Em nossa leitura, isso se deveria ao fato de Cláudio Manuel da Costa, sabendo da impossibilidade de adequação daquela paisagem aos moldes para a composição de seus versos, revelar o próprio processo de construção dos poemas através da metalinguagem. O recurso metalinguístico em tais sonetos, assim, além de mostrarem o conflito vivenciado pelo poeta na escrita de seus versos, nos revela sua tentativa de legitimar a pátria perante as convenções literárias da época através do ato de povoar as Minas com a mitologia europeia, mostrando essa construção ao leitor de seus poemas.

Referências

- AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002, p. 27-39.
- ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.
- COSTA, Cláudio Manuel da. *Obras*. In: *A poesia dos inconfidentes*. Org.: Domício Proença Filho. RJ: Editora Nova Aguilar S. A., 2002.

- HAUSER, Arnold. O conceito de barroco. In: *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 442-453.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 118-162.
- TAVARES, Hênio. Classicismo, quincentismo, barroquismo e arcadismo. In: *Teoria literária*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991, p. 52-65.



CINE-THEATRO BRASIL - UMA VOLTA AO PASSADO

Ricardo Teixeira de Salles*

A casa exibidora de filmes, o cinema, é uma gigantesca usina de emoções, provavelmente, a mais complexa e importante do mundo. Se o filme lida com o drama, o riso, o devaneio, a fantasia, o terror, o sobrenatural, a aventura e, principalmente, o sonho, obviamente ele é um produto acabado da razão humana. Sendo assim, não deixa de ser uma usina alimentadora de sensações, da qual o homem extrai suas reflexões para pavimentar ideias e os caminhos da vida. Vivemos o filme como quem embarca numa viagem de busca descobridora de terras, costumes, amores, venturas e desventuras e que possam explicar as razões de um existir. Vivemos todos em busca de um genuíno instante de emoção. E se não podemos viver tal emoção na esquina mais próxima, certamente a viveremos no cinema da esquina mais distante.

Esta é uma lição que acreditamos encontrar no livro de Carlos Armando, *Cine Theatro Brasil - uma volta ao passado*, elaborado com base num inesgotável trabalho de pesquisa, análise crítica e, principalmente, através de uma aguda reconstituição histórica dos fatos e acontecimentos que estruturaram a formação de muitas gerações nascidas e que viveram ou vivem em Belo Horizonte.

Esta grande aventura de amor ao cinema e de, através dele, acreditar numa força que busca a possível beleza do dia a dia nasceu, em mim e em muitos de minha geração, frequentando o *Cine Brasil. As Matinés Mickeys*, sobre as quais Carlos Armando nos fala, foi o rito de passagem de milhares de belorizontinos na iniciação à prática permanente de apreciação e fruição da arte cinematográfica. Como aconteceu com Carlos Armando, começamos também, ainda menino, a frequentar o *Cine Brasil*. Hoje, dezenas de anos depois, não deixamos de frequentar a memória daquela casa, uma vez que os filmes ali exibidos influenciaram ou marcaram, com certeza, os caminhos que tantos percorreram em busca de suas identidades, como cidadãos desta cidade de Belo Horizonte. Pois o que será uma cidade senão momentos que se desenrolam diante de nosso olhar/sentir, em todas as nossas idades, onde nos tomamos, através do tempo, nós mesmos? Somos, em nossos íntimos, nossas cidades. Somos o que vemos, participamos, construímos, tomamos ou damos. Ou que ainda nos é subtraído. Por isso, na verdade de nosso ser, somos o que podemos viver em relação às nossas cidades. Quando fundamos

* Escritor, artista plástico.

a cidade, criamos, necessariamente a linguagem de um povo estruturada em seu modo de ser. A cidade não passa de um hemisfério humano que conjuga pessoas para criar o espírito do ser.

Assim é que Carlos Armando nos leva a um instigante passeio ao que vivemos e fomos, através de um sistemático trabalho em que registra as emoções propiciadas pelo acontecer cine-histórico, de uma determinada época, ao escrever sobre os 67 anos de existência do *Cine Brasil*. Um dos pontos mais fascinantes e relevantes de seu livro é o resgate crítico dos acontecimentos que pautaram os rumos da cidade de Belo Horizonte, e que aconteceu mesclado a um permanente frequentar o cinema por quase todas as pessoas da capital. Isto, sem dúvida, nos leva à certeza de que memória alguma pode ser esquecida. Não pode ser esquecida porque os fatos, os acontecimentos, os acasos, o esperado e o inesperado que propiciam as letras para a escrita da história, são as letras, também, que pautam as escritas de nossas vidas.

Não se trata apenas de qualidades sentimentais o que o autor do livro resgata em sua viagem à memória do passado. O cinema assegura a ele e a nós também, o cumprimento da obrigação de procurarmos entender e discutir nosso tempo. Discutirmos e entendermos o sentido do cinema não só como entretenimento, mas como fenômeno cultural da maior importância e significação na sociedade. Porque, no fundo, o cinema discute a sociedade e, ao discuti-la, integra os membros que a compõe, numa proposição de apuro e crescimento do valor estético-cultural.

Ao lermos o livro de Carlos Armando sobre o *Cine Brasil* e procurarmos entender a relevância de seu conteúdo, concluímos que, se perdermos de vista o significado do ocorrido no passado, seguramente deixaremos de entender o presente que é o alicerce dos dias futuros. Memória nenhuma pode ser esquecida, sob pena de escaparmos ao entendimento do que fomos para pretender com clareza o que seremos.

Outra preciosa mensagem do livro de Carlos Armando é a de que o cinema não é uma simples descrição de uma estória, mas a criação de uma imagem impactante que nos envolve pela emoção do sonho narrado e com o qual, de maneira extremamente incisiva, convivemos. E o fazemos com deleite, apreensão, ternura e, principalmente, com transcendência, pois cinema é a força que nos identifica com o sonho, ou seja, com a possibilidade de fuga e superação de nossas realidades insustentáveis ou infamantes. O filme nos alivia e conduz ao reino que possuímos, secretamente, no mais íntimo de nós mesmos, e que é a terra do id, do ego e do super ego. O que somos.

O cinema é a "paixão de perceber", nos ensina Christian Metz, excepcional teórico da chamada sétima arte. Os vestígios visuais que impregnam a ideia da imagem cinematográfica são compostos pelas atitudes do homem diante da vida. Por seus desejos movidos e justificados por seus sonhos. A imagem cinema-

tográfica nada mais é do que os anseios, desesperos e verbalizações do homem diante da dimensão dos espelhos que refletem sua posição terrena diante de si mesmo. Quando não podemos agir diante de nós mesmos, o cinema pode muito bem nos levar adiante no processo de percepção e entendimento da vida.

Quem não quer usufruir da inteligência e do saber dos mestres do falar (ensinar) sobre a lida humana, tais como Chaplin, Welles, Wilder, Vico, Bergman, Fellini e tantos outros da mesma importância cultural? Todos nós, quando vamos ao cinema, e assistimos a um filme, tornamo-nos cúmplices da estória que se desenrola através da imagem criada e conduzida pelo diretor do filme. O espectador faz parte do filme, pois a ele, o espectador, o realizador pretende conquistar. E, desde que fomos conquistados, "passamos a fazer parte do filme". Daí a magia do cinema. Daí a razão do Carlos Armando escrever, revolver e registrar os fatos da história dos filmes e do cinema. E, especialmente, a partir do *Cine Brasil*, hoje um marco e ícone da cultura da cidade pelo tanto que representou em relação a outro fundamental aspecto do crivo humano: as raízes do cidadão desta cidade de Belo Horizonte. Raiz, raízes, outras mágicas palavras.

O homem, em sua determinação diária que fixa o viver para conquistar múltiplos rumos, conquistou a ciência, a medicina, a engenharia, as ideologias e doutrinas e um monte de inutilidades, o que, pela força de tais conquistas, fez com que ele, o homem, se autodenominasse de moderno. E, entre tais e tantas conquistas realizadas, esplende no mundo da sensibilidade humana, uma das maiores conquistas realizadas por todos nós, que é a conquista da imaginação/sensível, plena e realizadora, digamos, da aventura cinematográfica. É disto que Carlos Armando trata e procura, com muita propriedade, nos dizer, ao registrar suas incontáveis idas ao cinema, inclusive ao *Cine Theatro Brasil*, onde ele fixou um marco de percepção e inteligência para observar e discutir, através da assimilação da obra cinematográfica, a razão do homem na vida.

É necessário enfatizar que o trabalho de Carlos Armando se fundamenta numa exuberante e incansável pesquisa bibliográfica sobre dados, datas, críticas e informações sobre cinema publicados na imprensa local e nacional.

Se a historicidade é a observação crítica dos fatos marcantes de determinada época, a cinematografia, guardadas as proporções, é a observação crítica do individual humano em determinado meio ambiente social. Ou, pelo menos, o reflexo deste, seja qual for o gênero utilizado como motriz da composição do imaginário cinematográfico: o drama, a comédia, a aventura, o documentário, etc. O cinema estuda o homem para entender a raça humana; diseca a existência do ser para discutir a natureza social e política que sedimenta e estrutura as sociedades.

O livro de Carlos Armando aborda, com base em exaustivo trabalho de pesquisa, o registro dos inúmeros gêneros cinematográficos exibidos na cidade, e sua repercussão e influência sobre o comportamento da comunidade. Neste sentido mostra a importância do *Cine Theatro Brasil* como marco determinante

no desenvolvimento da história de Belo Horizonte, uma vez que ele congregava, diuturnamente, a população da cidade para compartilhar o entretenimento cinematográfico e a fruição artística dos filmes. Pois o filme, qualquer filme, estabelece uma linguagem (seja qual for o idioma falado no filme) de intensa participação afetiva com a orquestração das manifestações humanas do ser como gente atuante em determinado meio social.

A NATUREZA DO OLHAR

Carlos Armando realiza um admirável ponto e contraponto entre episódios históricos ocorridos nacional e internacionalmente, com a exibição de filmes em BH produzidos em todos os quadrantes cinematográficos do mundo. Realiza o casamento da informação jornalística sobre a realidade histórica marcante, com a realidade do fazer cinematográfico, não menos importante. O cinema clássico, a *nouvelle vague*, o filme de terror, o cinema nacional, as diversas vertentes do "western" norte-americano, o neo-realismo italiano, Bergman, Kurosawa e centenas de abordagens críticas e registros históricos são meticulosamente esmiuçados por Carlos Armando nos cinquenta capítulos que constituem o livro.

Cinema, paráfrase da realidade, como disse um dia Jean Luc Godard, por isto, arte da imaginação. Imaginação tutora absoluta do rosto humano na representação do viver livre, quando a liberdade pode ser entendida como a significação imponderável, mas determinante, da criatividade artística e sua transcendência. Uma linguagem descomprometida com os signos preestabelecidos do idioma, mas um dizer mágico que faz pulsar em todos nós os fenômenos da vida, em nossa trajetória de emoções existenciais.

Cinema, linguagem que relata tanto a expressão afetiva entre os seres, quanto registra e interpreta o significado do ordenamento político criado pelo homem. E ainda e sempre, linguagem do onírico e da realidade, da metafísica e da materialidade, do animismo intelectual e de toda a seiva das atividades alimentadas pelo conteúdo das ideias.

Assim, a projeção cinematográfica é uma projeção da essência humana, como aprendemos desde nossa primeira sessão de cinema, nos idos do *Cine Brasil*. E que nos levou a entender que, todos nós, subjugados ao modo tímido e vacilante do viver mineiro, poderíamos nos transformar, levados pela magia da sala de cinema, e pela alquimia das luzes que bailam frenéticas nas telas, em livres navegantes conquistadores do mundo. Mundo de uma geração que instituiu a consciência crítica na cidade (a criação do Centro de Estudos Cinematográficos - CEC de saudosa memória), artéria da expressividade, fotograma/ponte da ligação entre o real e o imaginário, vertentes sociais da fonte que faz jorrar a beleza e o mistério incomparáveis do fazer e do assistir cinematográfico. No cinema olha-

mos com os olhos ávidos para interpretar os significados das ideias conflagradas: olhar absoluto, do absolutamente humano!

Esse o livro de Carlos Armando, ainda inédito e a ser publicado brevemente. Um extenso olhar crítico, cultural e sociológico sobre o cinema em seu passado recente. Um olhar absoluto, absolutamente humano.



O HOMEM E A RELIGIÃO

*Ernestina Remusat Rennó**

Manifestação tipicamente humana é a Religião: o que diferencia o animal do homem é a Religião, pois ela não está presente nos outros seres vivos.

Os antropólogos proclamam que o homem desenvolveu uma atividade religiosa desde a sua primeira aparição no cenário histórico, e que todas as tribos e populações de qualquer nível cultural cultivaram de qualquer forma a religião. Sabe-se que as culturas são profundamente marcadas pela religião, e que as melhores produções artísticas e literárias, não só das civilizações antigas, mas modernas, se inspiram em motivos religiosos.

“A crise religiosa dos nossos dias é proclamada em muitos tons: do monitório que adverte ao profético que denuncia. Há ainda aqueles que saúdam essa crise com esperança, ela poderia ser apenas o trabalhoso, mas necessário revolvimento de um campo que se tornara estéril, para que nele possa amadurecer, no mundo de amanhã, os frutos de uma fé autêntica”, afirma Henrique Cláudio de Lima Vaz, filósofo, jesuíta, mineiro, que procurava incansavelmente conexões entre a filosofia, a teologia e a antropologia. (VAZ H.C. de Lima, *“Escritos de Filosofia,”* Edições Loyola cap.VIII – III – Coleção: Filosofia 3, “Fé e Linguagem, pp.159- 189).

A dimensão religiosa se impõe como uma constante do ser humano, mesmo se não é cultivada por todos os indivíduos da espécie.

Pretendo desenvolver nossa reflexão sobre o fenômeno da religiosidade no aspecto da antropologia filosófica, pois ela poderá nos fornecer dados interessantes, indícios preciosos, para a determinação do sentido último da Vida e da natureza essencial do SER do Homem.

A característica determinante da religião, socialmente falando, deve ser procurada na sua função de dar sentido à conduta da existência humana, que transcende. A tal função corresponde, estruturalmente, a forma interior da concepção do mundo de uma sociedade. Essa última é a forma social primária e fundamental da religião. Ela é universal.

A questão religiosa esteve sempre presente nas fases mais importantes da história da Filosofia. No período Antigo, por ela se interessaram Xenófanes, Protágoras, Platão, Aristóteles, Lucrecio e Plotino; na Idade Média, Avicenas,

* Mestre em Teologia.

Averróes, Sto. Tomas de Aquino, Occan; no começo da época Moderna, Giordano Bruno, Campanella, Spinoza, Hobbes e Locke. Mas foi, sobretudo, a partir de Hume e de Kant que a questão religiosa se tornou um dos pontos centrais da questão filosófica: poderíamos afirmar, pelo menos, desde o decisivo ponto de inflexão, marcado pelas interrogações célebres de Kant e pelas linhas que delas partem:

- ↳ O que posso saber? A metafísica responde.
- ↳ O que devo saber? A moral responde.
- ↳ O que me é permitido esperar? A religião responde.
- ↳ O que é o Homem? A antropologia responde.

As primeiras perguntas se relacionam com a última, logo podem ser atribuídas à antropologia. As linhas que delas partem:

1 - *A História* que inaugura os tempos pós-Kantianos com os grandes sistemas do idealismo alemão, e os que vêm depois dele, século XIX, agindo ainda, poderosamente em nossos dias.

2 - *A Subjetividade* ou, em concreto, do *sujeito* e que recebe também o seu impulso decisivo a partir da "revolução copernicana," de Kant.

Ao longo do século IX esse tema não deixará de estar presente, e encontrará sua expressão mais genial na obra de Kierkegaard.

A influência do ideal kantiano da autonomia da pessoa moral e o desenvolvimento das novas ciências positivas do psiquismo e do comportamento abrirá novos caminhos ao tema da subjetividade em terreno teológico. É nesse sentido, ou clima, que se multiplicam os ensaios de "psicologia religiosa," característicos de toda uma fase da literatura teológico-espiritual na passagem do século. (Vaz, H.C. de Lima, 1986, *Escritos de Filosofia*, pp. 161,162)

3 - O tema da Existência aqui é usado opondo-se rigorosamente ao existir como uma coisa ou como um fato, mas traduz o existir como expressão do existir propriamente humano: "a essência do SER-Pessoa: EU existo"... Nesse sentido abrange um campo bem mais amplo que o ocupado pelas chamadas "filosofias da existência."

Nas Ciências Humanas sua fonte de Cultura são as ciências da Cultura que se desenvolvem no século XIX. Sem dúvida, é na *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, uma dialética das expressões da consciência no processo do seu auto-reconhecimento, que a idéia do homem como existência ou expressividade recebe seu aprofundamento filosófico verdadeiramente decisivo. "Eu sou"...

Kant afirma: "Sei o que penso, quero e amo"... Então o homem cria alternativas de auto-realização moral e religiosa - aqui se situa um dos aspectos da obra de Kierkegaard e um dos pontos de partida da sua grande influência. Na convergência desses três temas fundamentais, a interrogação filosófica contem-

porânea situa o homem como seu objeto privilegiado: ela é um desdobramento que se estendeu e se aprofundou prodigiosamente das interrogações de Kant. É essa interrogação que envolve também a reflexão teológica e a coloca em face de uma das crises mais profundas e mais graves da sua longa história.

É a própria existência humana enquanto expressiva, fundamentalmente significativa, enquanto PALAVRA na sua acepção mais ampla. Como PALAVRA, a existência humana pode acolher a PALAVRA DE DEUS, "ou melhor, alguma coisa como a Revelação de Deus na forma PALAVRA pode ter lugar na existência humana."

"E o VERBO se fez HOMEM no santuário da Vida da Mulher Maria, por ação do Espírito Santo." (RENNÓ, E. Remusat, "Mulher Providência", *Jornal e Gráfica "O Sul de Minas"*, 2002)

"Deus armou sua Tenda entre nós". (Carta aos Hebreus, cap.8,1b-3a) "Mais do que ouvinte da Palavra, o homem é a própria palavra," diz o teólogo Karl Rahner.

Estamos refletindo sobre o Homem e a Religião, vislumbrando um horizonte fronteiro entre a filosofia e a experiência religiosa.

Podemos questionar: O que é a Religião?

"Todos os que se ocupam da Ciência da religião, - observa A. Lang - todos os que pretendem favorecer o desenvolvimento da religião, todos os que a querem extirpar oferecem uma definição da sua essência." (MONDIN, B., "Introdução à Filosofia", Edições Paulinas, 1985, cap. VII - O problema religioso, p 86).

Como, então, defini-la?

Segundo Mondin, a seu ver, poderia ser: "A religião é o conjunto de conhecimentos, de ações e de estruturas com que o homem exprime reconhecimento, dependência e veneração com relação ao Sagrado."

Compreende, pois, dois elementos: um a respeito do sujeito e outro, a respeito do objeto. Quanto ao sujeito, ela indica a postura que o homem assume quando se exprime religiosamente. Com efeito, nem todas as relações com o Sagrado são "atividade religiosa."

Pode-se falar de um ato religioso, sobretudo de um ato religioso fundamental, apenas quando o homem assume de frente ao Sagrado e ao Divino uma postura subjetiva totalmente particular, isto é, quando emotivamente atingido e atraído pelo objeto que entra em contato pessoal com ele. (Caso dos "místicos", momento íntimo da Oração - Eu e Deus -)

"Esse é o lado psíquico ou interior da religião", afirma Lang, grande historiador da religião.

Podemos concluir, então, que o aspecto subjetivo do fenômeno religioso é constituído pelo reconhecimento da realidade do Sagrado, pelo sentimento de total dependência a seu respeito e na atitude de veneração para com ele. Tal definição indica aquilo que caracteriza o objeto, de maneira exclusiva, isto é, de ser sagrado.

O que chamamos de Sagrado? É um conceito primário, fundamental como os conceitos de ser, de verdade, de bem, de belo e, portanto, não pode ser explicado ulteriormente, referindo-se às categorias estranhas à esfera religiosa.

Sobre esse ponto, parece-nos que Max Scheler, Van der Leew, Eliade, Otto e Luckmann tenham razão. Podemos afirmar que no interior da esfera religiosa o Sagrado assume características próprias. Citaremos as que foram mais evidenciadas por Rudolf Otto: a numinosidade, a misteriosidade, a majestade e o fascínio. Mas a objetividade é uma característica importante. A transcendência também, se não é colocado fora do mundo, o Sagrado é sempre considerado algo que supera infinitamente o próprio mundo e tudo o que no mundo está compreendido, particularmente o Homem. A Axiologia assume o papel de característica importante: o Sagrado representa o valor supremo ao qual se subordinam todos os outros valores. Enfim, a personalidade, tão importante quanto as outras supracitadas, o homem religioso não se relaciona como objeto, mas como um TU, uma pessoa humana.

“Há alguém em frente a ele. Eu experimento um TU. E, eu imagino para mim sob a forma de um demônio ou de um deus.” (LEEUEW, Van Der, *“O homem primitivo e a Religião”*, Turim, 1961)

O numinoso, (Sagrado divino) assume, por sua vez, dois aspectos que o caracterizam:

- a) mysterium tremendum
- b) mysterium fascinans

O primeiro constitui o aspecto repulsivo do numinoso, enquanto o segundo representa o aspecto atrativo ou fascinante. Sentimento que atrai ou repulsa e vice-versa.

Otto descreve, então, as diferentes modalidades da experiência religiosa. Porém, o Sagrado além do aspecto irracional representado pela categoria do numinoso reveste também do aspecto racional. O numinoso é uma categoria que faz parte da categoria mais complexa do Sagrado, expressão encontrada, sobretudo, nos “símbolos” e nos “dogmas.” Graças a essas categorias, através dos sinais estabelecidos e universalmente válidos, o Sagrado adquire uma sólida estrutura conferindo-lhe o caráter de “doutrina” rigorosa, objetivamente válida e o opõe às extravagâncias do “irracionalismo fantástico e sonhador.”

Até a primeira Guerra Mundial, os autores se serviram, para o estudo da religião, dos instrumentos da filosofia, da teologia e da crítica histórica. Quando Husserl formulou as regras de um novo método- o fenomenológico – alguns começaram a servir-se dele para o estudo da religião.

Em que consiste esse Método? Na busca da essência, Husserl o classificou em dois aspectos: a redução eidética e a redução transcendental.

A redução eidética consiste em eliminar tudo aquilo que não é o essencial reduzindo-o à ideia do principal. (A análise da natureza do Ser).

A redução transcendental é o estudo e a chave para chegar à descoberta da essência no caminho do transcendental. (O interior profundo do Ser).

O primeiro a servir-se desse método foi Max Scheler, seguido depois por outros estudiosos dos quais se destacaram Gerardos Von der Leeuw e Mircea Eliade. Van der Leeuw usou a Fenomenologia para o estudo da natureza e da essência da religião.

Mircea Eliade é um dos mais autorizados estudiosos do fenômeno religioso em todos os seus múltiplos aspectos.

Um fenômeno religioso resultará somente com a condição de ser entendido no próprio modo de ser, quer dizer, somente com a condição de ser estudado numa escala religiosa.

Mircea Eliade chega à conclusão também científica de que o Sagrado é um elemento estrutural da consciência e não um estágio da história, e por isso nunca poderá ser esquecido.

↘ *“O homem que não quer ser religioso o é justamente por essa sua vontade. Pode evitar Deus, mas não pode fugir Dele.”*

”Ora, se o homem é religioso tanto de fato como de direito, se é naturalmente religioso, quais são as implicações que tal fenômeno sugere, no que concerne à realidade Humana?

As mais importantes são:

↘ Inteligência e reflexão, pois é na reflexão que ele toma consciência da existência do Sagrado.

↘ Liberdade ante ao Sagrado: pode responder SIM ou NÃO, aceitá-lo ou refutá-lo, submeter-se ou então revoltar-se, amá-lo ou odiá-lo.

↘ Autotranscendência – Na religião, mais do que em qualquer outra atividade do homem, vem à luz o seu aspecto autotranscendência: o encontro com o Sagrado e o ato de transcendência por excelência, ocorre quando o homem transcende o seu Ser atual e toda a esfera do real que o circunda.

O filósofo americano William James assumiu a hábil defesa do valor e do significado da experiência religiosa, na sua obra intitulada *As várias formas da experiência religiosa*. A sua defesa é baseada em motivações de ordem mística como em Bergson.

James não crê que seja possível transformar a religião em um sistema de proposições científicas evidentemente demonstráveis. A pretensão da filosofia é que a religião possa ser transformada em uma ciência apta a convencer universalmente. O fato é que nenhuma filosofia religiosa convenceu efetivamente a massa dos pensadores.

Para James, o fundamento da religião é a FÉ, o sentimento e outras experiências particulares como a Oração, conversações com o invisível, visões, etc...

“O que sustenta a religião é algo de diferente das abstratas definições e dos sistemas de fórmula logicamente concatenadas... Todas essas coisas são resultados posteriores, adjunções secundárias a uma massa de experiências religiosas concretas, que se reúnem ao sentimento e à conduta e que se renovam na vida dos particulares, humildes homens.” (JAMES William).

Que experiências são essas? São conversações com o invisível, vozes e visões, respostas à Oração, mudanças efetivas - verdadeiras conversões -, libertação do medo e concessões de ajuda.

Tudo isso não significa que a religião seja carente de conceitos e doutrinas. Pelo contrário, James reconhece que uma religião verdadeiramente autêntica deve olhar para um certo tipo de Metafísica ou de Cosmologia teística e que, por isso, a Fé em um Deus com atributos essencialmente “morais” ou relacionada com a experiência humana pode ser defendida como um elemento necessário da experiência religiosa, se bem que não possa servir como base de uma teologia racional (MONDIN - obra citada)

Max Scheler é um dos mais conhecidos estudiosos da religião e pôs este fenômeno no centro de sua pesquisa filosófica. Afirmar que “o fundamento último da religião não pode ser outro que a automanifestação de Deus. Tal automanifestação da realidade pessoal de Deus pode acontecer só através de homens religiosos, que culminam no “santo originário”, que ele individualiza na figura de CRISTO.”

“O Verbo de Deus se fez Homem e habitou no meio de nós” (Jo 1,14)

“Os critérios para a verdade e para todo outro valor gnosiológico (conhecimento) da religião podem ser achados partindo da própria essência da religião e não podem ser tirados de nenhuma esfera extra-religiosa” (G. Max Scheler, *Filosofia da Religião*, Ferretti, Milão)

São dois os movimentos que o homem tem em relação ao transcendental: Deus ou o Absoluto:

1º) DEUS: autocomunicação, autoridade da Palavra.

2º) DEUS \searrow Presença objetiva

RELIGIÃO \searrow FÉ

HOMEM: \searrow Presença subjetiva. CRER - FÉ. HOMEM: Admiração, fascínio, humildade e submissão.

“A religião envolve o senso de uma presença objetiva, não perceptível pelos sentidos usuais. É como se houvesse uma consciência humana, um senso de realidade, um sentido da presença objetiva, uma percepção do que podemos chamar de “algo mais,” mais profunda e mais geral do que qualquer dos “sentidos” especiais ou particulares pelos quais a psicologia atual supõe que as realidades existentes sejam originalmente reveladas. Temos um sentido da realidade diferente daquele dado pelos sentidos especiais, segundo James

Todas essas referências básicas para a nossa reflexão estão sempre presentes nas diversas experiências religiosas, desde as religiões mais primitivas até as grandes Religiões Orientais, como o Budismo e o Induísmo, e as Religiões Reveladas, chamadas Semíticas: o Judaísmo, que gerou o Islamismo e o Cristianismo, como também as chamadas “Místicas Filosóficas,” que não são propriamente religiões... Ives Gandra da Silva Martins, prefaciando o livro *Religiões*, da Editora Mundo e Missão, assim declara:

“Essa aventura maravilhosa do homem em busca de seu Deus, em todos os espaços geográficos e em todos os períodos históricos, é o caminho natural para a redenção da Humanidade, em clara demonstração de que temos, cada um de nós, as semente do CRIADOR germinando em nossa alma.”

Continuando a citar Ives :

“Este caminho de solidariedade, que pressupõe conhecimento das diversas veredas que cruzam a infinita vocação humana para seu SENHOR, na compreensão dos seus mistérios...”

Concluindo, na Unidade de Fé e na pluralidade das experiências religiosas, podemos vislumbrar no amanhã, com mais nitidez, convicção e ardor Missionário o nosso Deus-Amor-Providência, que conduz a nossa história: realizar o “sonho” desejado de viver o ECUMENISMO, que reúne todo o rebanho do Bom Pastor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - LIMA VAZ, Henrique C. de - *Escritos de Filosofia*, Edições Loyola, 1986, Cap. Fé e Linguagem, pp 159 a 189.
- 2 - DARTIGUES, André - *O que é a Fenomenologia?* Editora Eldorado, 1973, Cap. I “Um Positismo Superior”, pp 15 a 31, e Cap II “Uma prática científica.” pp 34 a 47.
- 3 - MONDIN, Battista - *O Homem, quem é ele?* Edições Paulinas, 1977, Cap.X, “O Homem e a Religião,” pp 218 a 243 e Cap..”Metafísica do Homem - segunda parte, Cap I, “Autotranscendência e Espiritualidade”, pp251 a 257.
- 4 - ----- Introdução à Filosofia - Cap. VII, “O Problema Religioso”, pp 79 a 89.



TSUNAMI

*Yeda Prates Bernis**

*E eis que ele chega
- monstro marinho -
e mastiga esperanças
e engole o futuro.
Com colares de coral
asfixia fantasias
e com algas ardentes
coroa reis e vassalos.
Seus ventos agitam marés
de desespero e pavor
aos incautos que, inocentes
só têm nesta hora uma certeza.*



* Poeta, com vários livros publicados. Ocupa a cadeira n° 6 da Academia Mineira de Letras.

CANTILENA PARA MARIANA

*Paschoal Motta**

*Na vista, silêncio e viola
em tempo e pedra-sabão:
ouvidas vozes tão vivas,
memória de barro e ouro.*

*Ai vozes sempre veladas!
Ai cavalgadas noturnas!*

*Aleijadinho te acena
distante lá de Ouro Preto;
a grama nasce entre as pedras
e nem parecem mais verdes...*

*Ai vozes, vagas tristezas!
Ai cemitérios tão frios!*

*Nas águas do Carmo claro,
ensombreado e em limo,
murmuram musas da Arcádia
versos de Cláudio e Gonzaga.*

*Ai ânsia, perfil de montanha!
Ai pedras no mesmo ritmo!*

*Preces não são necessárias
ao ar que vem de outros dias:
em Mariana, a opulência
é sol no dobre dos sinos.*

*Ai cinamomos de Alphonsus!
Ai, Santa Rita Durão!*

*Jornalista e escritor.

O ouro gastou-se e é pedra;
vence ponteiro e relógio;
na Boa-Morte são seis horas,
e o som não vem deste dia.

Ai tempo sempre parado!
Ai vida que passa e fica!



AS MARGENS POÉTICAS DE CATAGUASES NO IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS

Lina Tâmega Peixoto*

O debruçar sobre os versos dos poetas cataguasenses Francisco Marcelo Cabral, Joaquim Branco e Ronaldo Werneck – à procura do maravilhamento poético na espessa e densa força de suas imagens – encontra o equilíbrio necessário e o apoio nas pesquisas, estudos teóricos e análises sobre o imaginário, realizados por dois importantes autores. Gaston Bachelard, em seu método fenomenológico, considera ser “... pela intencionalidade da imaginação poética que a alma do poeta encontra a abertura consciencial de toda verdadeira poesia.” E conclui: “... este ato consciencial, só o estudaremos (...) no campo da linguagem, mais precisamente na linguagem poética, quando a consciência imaginante cria e vive a imagem poética.”¹

Assim também Gilbert Durand conceitua o imaginário, sob o trajeto antropológico, como “... o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do “*homo sapiens*”, apresentando-se como “o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano.”

E sublinha que o símbolo e o imaginário não podem ser enfocados por apenas uma das ciências humanas, mas por um conjunto amplo e abrangente de um universo cultural².

Acrescentamos aos textos a que tivemos acesso, o artigo de Ana Maria Lisboa de Mello: “Pesquisas sobre o Imaginário: perspectivas teóricas e teorias francesas”³, escrito com extraordinária lucidez e sensibilidade, e que nos leva pelos caminhos do Imaginário em seu percurso histórico e teórico, assim como pelos atalhos das divergências, problemas e conceituações.

O que pretendemos na análise crítica dos poetas de Cataguases é compreender de que modo a poesia se insere no campo de extraordinárias ressonâncias simbólicas, visualizar o gesto da interpretação estética, evidenciar como, através do suporte mítico, já transposto o aspecto religioso, se determinam a criação e a

* Professora de Literatura da UFRJ, nasceu em Cataguases e reside em Brasília.

¹ *Poética do devaneio*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 .p.5.

² *As Estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.18.

³ *Pensamento francês e Cultura brasileira*. Org: Ana Maria Lisboa de Mello, Maria Eunice Moreira, Zilá Bernard, Porto Alegre: EdiPUCRS ,2009, pp.21-26.

composição de uma cidade refeita pela memória – afetiva e da infância – e verificar, pela “presença semântica”, como se compõem os símbolos.

A leitura que fizemos daqueles poetas – pertencentes à geração que se firmou literariamente a partir da década de 70 – pôs em relevo uma tensão poética, marcando uma constelação de imagens voltadas para o rio Pomba ou para outras águas que correm em Cataguases. O nome, rio e pássaro com seu bater de asas em águas, é um sonho. E no pensamento imaginário vincula-se a um espaço cósmico, fabricado com a linguagem poética, tecida com o tênue vapor e aroma da palavra que se deita junto a outra. Assim, ele provoca inquietações, tremores de alma, devaneios e referências simbólicas e nos incita a realizar um estudo sobre este Imaginário das águas e de suas reverberações e resíduos.

Ernst Cassirer aponta uma possibilidade que muito se acomoda ao nosso intento de estudo, quando diz: “(...) se acreditou que a essência de cada configuração mítica pudesse ser lida diretamente a partir de seu nome. A ideia de que o nome e a essência se correspondem em uma relação intimamente necessária, que o nome não só designa, mas também é esse mesmo ser, e que contém em si a força do ser, são algumas das suposições fundamentais dessa concepção”⁴...

Na perspectiva de nosso trabalho, esta suposição será considerada como uma verdadeira e real imagem literária e, com ela, navegaremos no rio Pomba ou córregos, em Cataguases, seus núcleos poéticos e míticos.

Voltamos os olhos para o passado a fim de verificar se havia, nos poetas da *Verde*, revista do movimento modernista de Cataguases, surgido em 1927, manchas de umidade ou fios de água que percorressem os versos. Menciona-se o poema “Meia-Pataca”, que dá título ao livro de Francisco Inácio Peixoto e Guilhermino Cesar, publicado em 1928. Meia-Pataca é um córrego que banha a cidade, e foi batizado com este nome por terem achado em seu leito meia-pataca de ouro. “Também nunca que acharam mais nada.”⁵... diz Peixoto. O ouro suporta apenas o significado de riqueza, ganância e, portanto, dele se exclui qualquer vestígio mítico.

Dos textos poéticos dos participantes da *Verde* escorrem melancolia, perda do amor, quadro familiar que se esvai com a morte, a natureza como desejo amoroso, a noite como metáfora do silêncio e da ausência, acontecimentos que representam o atropelo frenético do progresso, expressando, deste modo, o ritmo que os conduzia a interpretar o mundo.

O registro mais remoto que encontramos, data de 1967. O poema “Carta aos Ases”⁶, fabricado com as mãos de Joaquim Branco e Ronaldo Werneck, menciona a paisagem das pontes e da curva da vida, que, semelhante à curva do rio, são desenhadas pela sombra de uma quase esquecida memória. E aos poucos, a

partir dessa década, o rio cresce e flui, avoluma-se numa narrativa simbólica, serve ao exercício das experiências sensíveis e íntimas, define a cidade nas imagens do sonho e a situa num espaço mítico.

Francisco Marcelo Cabral, Joaquim Branco e Ronaldo Werneck irão olhar as águas e habitar as margens do rio para determinar como se processam a criação e a composição de uma cidade, como situá-la no mundo dos sentidos, conhecer a infância e o pensamento inclusos no sonho e de que modo o imaginário das águas fundamenta o tecido mítico e de como a memória conduz, infinitamente, as feições do tempo.

Mito e Poesia indicam uma aproximação histórica entre os dois termos, que, numa ação conjuntiva, interpretam o sentido da vida e nos remetem para as referências metalinguísticas dos símbolos. Magia e cumplicidade.

Não nos parece, aqui, necessário mencionar definições do mito que levem a determinar seu aspecto individual ou coletivo. Penso que nos basta, apenas, lembrar as palavras de Gilbert Durand: “O mito é narrativa simbólica, conjunto discursivo de símbolos, mas o que nele tem primazia é o símbolo e não tanto os processos da narrativa.”⁷

Assim, retomo a evocação do mito criado pela poesia que, ultrapassando a fronteira do sagrado e se entendendo como forma de estar no mundo pela linguagem, conta uma história: a do imaginário das águas de Cataguases. Ana Maria Lisboa de Mello expressa este conceito ao dizer que “saindo da esfera sagrada para entrar na arte, o mito torna-se um recurso poético arquetípico, decantado pelo tempo para revelar os meandros da psique humana, bem como, em nível mais amplo, a sociedade e sua história”⁸.

Francisco Marcelo Cabral, em *Inexílio*⁹, perturbador e belíssimo poema, enumera os elementos que identificam Cataguases, comandados pelo pronome indefinido NADA, que concentra – na afirmação do que exclui – as imagens de sua cidade, reordenando e reintegrando a realidade ao tempo da memória.

O poeta escreve: “NADA, Cataguases, em teu rio pobre / pomba sem vida, mudo e sujo / rebanho cabisbaixo, a correr entre os morros,” “nada, Cataguases, nem a tua indiferença ou desprezo / pelos teus poetas e teus loucos, únicos / que te conferem a glória de não seres / como outra qualquer, um simples mercado” “NADA ME FAZ / lembrar um porto de diamantes/ (que fossem topázios, ametistas, / crisólitas, opalas, turmalinas!)/nem mesmo saber – só agora – que no cascalho do leito do Meia-Pataca/ ainda repousa o ouro não minerado/inatingível sob o lodo pegajoso.”¹⁰

⁷ *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p.42.

⁸ MITO e Literatura. In: *Ciências & Letras*. Porto Alegre: Revista da Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 1977, p.14.

⁹ *Livro de Poemas*. Cataguases: Editora-empresa Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2003, pp. 57-74.

¹⁰ *Ibid.*, pp. 61, 66 e 71.

⁴ *Linguagem e Mito*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1972, p.17.

⁵ Cataguases: Verde Editora, s/d, p. s/n.

⁶ Suplemento, jornal do Cataguases. Cataguases: 07.09.1967, p.8.

As repetições do pronome indefinido NADA em início de estrofes, ao longo do poema, assemelham-se a cantos de saturação amorosa. Este movimento de sedução e encantamento permite ao poeta reorganizar e reincorporar a consciência poética às transitivas experiências do viver a dimensão e o lastro do passado, onde o ouro, primitivo e puro, repousa, em lenta germinação, “pomba sem vida” “mudo e sujo” “sob o lodo pegajoso”.

Lembremos de “Campo marcado”, poema que dá título ao livro¹¹: “Nesse encontro de rios marquei o meu campo/ para buscar o nobre pó quase perdido, / atrás da ígnea visão da alma candente/ não do metal em si, real e esterlino: /ouro pouco, ouro pó, ouro poeira, escasso./ oculto nas lájeas do fundo das correntes/- e na matéria mineral de meus poemas.” Marquei meu campo ali lavado pelos rios / onde a curta vida se escoia / transferindo / o brilho de meu viço ao vórtice das palavras, / - e a mina da poesia vai-se exaurindo.”

Citemos ainda outro poema, “Uma vez mais”: “Na crista da enchente de verão/ afogado em poemas / invado com a espuma das palavras / as margens encharcadas do Pomba.”

A seguir, outra estrofe: “Uma vez mais, o rio, / sangue espesso e cáqui / arrastando pedaços da cidade, / e que eu tanto temi na minha infância.”

Por fim em, “Água serpente”: “Singrar o rio nos barcos de areia / abrindo a veia / do fluxo barrento / Sangrar o Pomba para deter seu voo / de quimera / confinado às margens.

“Esgotar o rio Pomba para que libere / do ouro fino do leite, os saibros dos poemas”¹²

Podemos agrupar os fragmentos dos três poemas em uma mesma unidade existencial, pela intertextualidade de seus tecidos imagísticos. Refiro-me ao ouro, elemento alquimístico, transformado o metal já em substância simbólica: “a palavra” que escreve o enigma primeiro e secreto da vida, à procura da “alma candente,” se prolonga na completude, identidade e nas formas do fazer poético. As palavras são águas, espumam, encharcam as margens do rio para fecundar a linguagem a fim de configurar as possibilidades que possui como corpo criador. Queremos destacar que não há referência ao volume das águas no leite do rio. Ele está contido nas margens.

Ao comentar as dificuldades e os riscos que advêm da interpretação da obra literária, Gilbert Durand nos adverte que “... a leitura, que é interpretação, constitui a felicidade da “leitura feliz”(cf. Bachelard), seu sentido, só é possível pelo (...) “mito que descobre a interpretação, o mito com suas marcas de referência metalépticas, as suas redundâncias diferenciais do “alguns”, seja ele “mito pessoal”, seja mito de uma época, seja mito de uma cultura, seja mito eterno e

universal...”¹³ Esta função exercida pelo mito nos move a buscar a interpretação dos versos de “Água serpente”, que se assemelham a um fervilhar de imagens da infância, ferindo o poeta adulto com suas lascas cortantes e agônicas. A infância é uma metalinguagem simbólica, constante e profunda na obra do Autor e muitas vezes, aparece como centro do devaneio no seu entardecer de homem.

O rio é um corpo sagrado, fechado em seu mistério. É preciso abrir-lhe as veias e deixar que a água, fecundada pela terra, se esvaia. Esgotar o rio, extenuar a sua força para que seja somente um nome confinado às margens, e se torne cego no vôo de seu curso, pássaro abatido, e perca, por instantes, sua forma simbólica. E o rio renasça, fluindo como murmúrios de poemas, polidos pela substância criadora: o ouro, assombro e torções de luzes do ser poético.

O mito é o Pomba, rio e pássaro transmudados num só nome, que gera o ouro em suas entranhas, elemento simbólico do germe existencial, de onde brota a essência da palavra, que permite ao poeta decifrar e reinventar a forma, harmoniosa e íntima, de sua expressão no mundo. Compreendido como uma função criadora, o ouro, como vibração mítica, sutura a memória e converte as distensões da alma em consistentes e belas imagens poéticas.

Lembramos Bachelard, que nos adverte do devaneio que encontra nas águas, não o do infinito do mar, mas o da profundidade que lhe dá a água do rio ou de um riacho.¹⁴ A atitude de Francisco Marcelo Cabral é de contemplação, não a de erguer os olhos para o céu, mas a de baixar o olhar para as águas, cortando o espaço que vê em duas margens. Na imaginação poética, as margens definem o rio, onde se procura a densidade da vida no ouro oculto “sob o lodo pegajoso”, “nas lájeas do fundo das correntes”, “no fluxo barrento”. O ouro que é “inatingível”, “matéria mineral” de poesia e libera “os saibros dos poemas”. Ouro-palavra que escreve a graça e a sensualidade do mistério, o tremor duro, terno e sensual do sentir e do imaginar, a substância do sensível e do intelectual, envolvendo infinitamente a linguagem ancorada na memória afetiva e dos traços e resíduos da infância, na construção do Imaginário.

Gilbert Durand, citando Bachelard, nos informa “... que o ouro (...) é justamente o princípio primordial das coisas, a sua substância encarnada. A substância é sempre causa primeira, e o sal, como o ouro, são as substâncias primeiras, “gordura do mundo”, “espessura das coisas”, como escreve ainda um alquimista do século XVII.”¹⁵

Francisco Marcelo Cabral cumpre com uma alta e solar expressão linguística este destino da poesia, o de ser fios de sol sobre a penumbra e, lembrando Valéry, o de sonhar infinitamente desperto.

¹³ Cf. *Campos do Imaginário*, p.251.

¹⁴ *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.9.

¹⁵ Cf. *As estruturas antropológicas do Imaginário*. pp.262-263. Texto de Gaston Bachelard, em *La formation de l'esprit scientifique*, Paris: Vrin, p.121.

¹¹ *Campo marcado*. Rio de Janeiro: Booklink, 2010, p.35.

¹² *Ibid.*, pp. 59-60 e 23.

De Joaquim Branco é válido registrar um poema inédito: "Recortes para uma visão das margens do Pomba". O poema arrasta rigorosas imagens em direção ao Imaginário das águas. Desdobrando-se em subtítulos, ele projeta o encontro do olhar na recordação mesma do que foi visto. Observamos no título do poema uma refração poética, que modula o sentido em duas direções interpretativas. Ou entendemos que a visão se projeta nas margens do rio, ou que ela se dá a partir delas. De qualquer modo, a leitura amplia-se nas duas margens, no reconhecimento deste espaço bivalente. E lemos o primeiro subtítulo:

*"A Igreja"
"Ao vê-la, o espelho
nem crê que a água
se revela em tudo
que faz parte dela."*

Na estrofe, destaca-se a imaginação das águas, onde o reflexo da igreja no líquido espelho é um reflexo que vê. A contemplação torna-se imperfeita, quase opaca, pois o que ela vê não participa da forma refletida no olhar. A água, por ser transparente, adquire densidade e materializa-se no único objeto que reflete o que ela vê: a igreja. Bachelard aborda o atrativo e a consistência das formas nascidas das águas, que resultam em "devaneios mais materiais e mais profundos", impulsionando o aparecimento da força poética, que torna as águas pesadas. Assim, elas aprofundam-se e materializam-se¹⁶.

Nota-se que o poeta situa-se num ponto fixo: "as margens" de onde parte o movimento da realidade apreendida. O que vê são fragmentos de reflexos, que não se relacionam entre si, aparentemente.

Menciono, apenas, algumas estrofes, das doze que compõem o poema, pelo pouco espaço que me cabe no escrever: "O calçadão", "A praça", "A cidade", "A curva do rio", "As fiandeiras", marcadas, na quase totalidade, pelo artigo definido, na intenção de preservar cada um dos subtítulos na duração que lhe confere o transitivo contemplar.

A transcrição de mais duas estrofes irão assinalar, mais fundamente, como se intensifica a apreensão da multiplicidade de linguagens, com que o Autor desenha os "recortes".

*"Pássaros"
"Um pássaro, dois, cem
bastam para o revo
de mil idéias que nascem
das asas deste dia?"*

¹⁶ Cf. *A água e os sonhos*, p.22.

O número dos pássaros, "dois", "cem", assim como a carga superlativa em "mil ideias" sugerem a experiência da imaginação aérea e da voluptuosidade do vôo onírico. Toda a estrofe nos remete a uma impressão de ligeireza. E o poeta indaga se toda esta sôfrega procura da essência infinita da vida, que lhe criou as "asas deste dia", sustentaria o sonho renovado – o "revo" mais alto e contínuo – nascido do sopro do desejo, mas sobrecarregado pela profusão de "mil ideias". Cabe-nos, aqui, no debruçar sobre a imagem na poesia de Joaquim Branco, lembrar que para Bachelard: "... no mundo do sonho não se voa porque se tem asas, as asas crescem porque se voa¹⁷."

E a última estrofe:

*"A ponte"
"Eternamente unir,
levar sôfregamente,
nitidamente postar-se
fugir avidamente."*

Joaquim Branco tem uma produção literária que o projeta nacionalmente no que se refere à poesia concreta e ao poema figurativo. Talvez, por intuição ou "um salto no escuro", nas palavras de Dámaso Alonso, percebi na estrofe uma peculiar estrutura, construída com apenas dois elementos: verbos e advérbios. Visualizei, subitamente, pela leitura, a composição de formas significativas. Explico melhor. As posições dos verbos, em final e início dos versos, assim como as dos advérbios, em seu princípio e fim, resultaram num efeito sintático-acústico de associações de sentido. Explico melhor. Podemos traçar, pela imaginação visual, linhas geradas pelo atrito sonoro das rimas verbais em – ir, "unir" e "fugir", versos (1º e 4º) em – ar, "levar" e "postar-se" (2º e 3º) e as dos advérbios em – mente, versos (1º e 4º) e (2º e 3º) que sugerem dois traços inclinados que se cruzam, ao modo de um /X/. Surgem destas figurações duas margens simbólicas, onde a ponte se firma com seu tátil e secreto arcabouço. No autor, a emoção do lúdico e a linguagem que amplia e move o eu-lírico, se aglutinam e sedimentam o pensar e o fazer poético, junto às margens da palavra, em sua sensual consistência de pedra e nuvem.

Ronaldo Werneck mexe nas palavras como se elas estivessem adormecidas num balaio do mundo. Uma poesia que se espalha na página como esteios de uma fascinante arquitetura. A capacidade do poeta em jogar palavras e frases para criar o prazer de um sentimento estético, se assemelha ao lançar sementes no infinito.

De seu livro *Minas em mim e o mar esse trem azul*¹⁸, destacamos trechos de poemas, para clarificar estas considerações.

¹⁷ *L'air et les songes*, 4ª réimp. Paris: Librairie José Corti, 1943, pp. 36-38. (tradução nossa).

¹⁸ Cataguases: Editora Poemação Produções, 1999.

(...)

“ como numa interrogação
 num olhar solto
 no espaço
 num só laço
 o rio envolve
 esse tropel de burros
 bicicletas
 meninos soltos
 no pó
 no pé descalço
 nos galhos
 pendurada no ar
 nas árvores
 a poesia
 se desmanchando
 se amarelando
 se dissolvendo
 tênue
 MANHÃ às avessas
 Jorrada
 pra dentro da noite”¹⁹

O espaço de brancura entre os segmentos dos versos, é um espaço oco. Sinaliza os limites das palavras, repartidas e utilizadas como fronteiras nas páginas. Em Jean Cohen encontramos referência a este procedimento estilístico: “O branco é o signo gráfico da pausa ou do silêncio; portanto, signo sem referências, já que a ausência de letras simboliza naturalmente a ausência de voz.”²⁰ O texto poético de Ronaldo Werneck também nos conduz a perceber o jogo lúdico que secciona os versos em diferentes modulações de voz, distribuídas no poema como um elemento encantatório, permitindo ao rio e à memória, em sua duração, modular a natureza do sonho.

No texto de apresentação do livro *Minas em mim e o mar esse trem azul* – que comporta a seção Pomba poema – o Autor nos informa que “Pomba Poema” foi um longo mergulho no rio Pomba, que banha a cidade, e na história que por suas margens corre: minas-mar-memória.”²¹

¹⁹ Ibid., Seção Pomba Poema, pp. 76-79.

²⁰ *Estructura del lenguaje poético*. Madrid, Editorial Gredos S.A., 1970 p.55. (tradução nossa).

²¹ *Minas em mim e o mar esse trem azul*. Texto de apresentação, p.2. (grifos do Autor).

Há, na figuração deste fragmento de poema, duas vertentes de significação que vão se unir, depois, numa mesma nascente. A primeira, a da imagem do rio, delineada pela inversão que lhe dá o olhar. Na segunda, a imagem retorna ao princípio de sua essência: a de ser águas, nascidas da criação poética.

O rio sobe à superfície. Erguido pelo olhar que o interroga, solta-se no espaço num só laço, num só lance, num só voo, talvez o de uma pomba. A poesia que se faz gestos da linguagem, pendurados “no ar”, “nos galhos” e “nas árvores” vai-se apagando, desmanchando-se, num movimento sem matéria. No dissolver-se, a poesia, “tênue manhã às avessas”, lança, nas águas da noite e na boca em sua solidão de “fala”, seu jorro de palavras.

Esta mesma contemplação do mundo pelo que ela se apresenta sob a visão submersa – imagens que são sonhos e não podem ser tocadas – dá à poesia de Ronaldo Werneck uma atmosfera de dolorida procura da memória, deitada no fundo do rio Pomba.

Em outro fragmento do Pomba poema²², encontramos esta mesma tensão existencial:

(...)

“a cidade
 tomba
 pesa sobre o rio
 esquálido
 não como o cálido
 vento da infância
 debruçando ingazeiros
 sobre o pomba
 mas como ferida
 sangrando des
 engrossando des
 correndo solta des
 bombeando às avessas num só des
 fluxo des
 norteando des
 secando
 cem rios num des
 coração des
 norteado
 às avessas des”

²² Ibid., pp. 63-64.

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO NO ESTADO DEMOCRÁTICO*

*Felipe Martins Pinto***

Quando os nazis levaram os comunistas, eu calei-me, porque, afinal, eu não era comunista. Quando eles prenderam os sociais-democratas, eu calei-me, porque, afinal, eu não era social-democrata. Quando eles levaram os sindicalistas, eu não protestei, porque, afinal, eu não era sindicalista. Quando levaram os judeus, eu não protestei, porque, afinal, eu não era judeu. Quando eles me levaram, não havia mais quem protestasse.

Pastor Martin Niemöller.

A palavra democracia, reiteradamente utilizada no cotidiano, sazonalmente preenche os espaços midiáticos para, de forma panfletária, motivar o comparecimento dos eleitores às urnas. Diante da banalização do uso do vocábulo, o seu conceito parece óbvio e, por ser óbvio, presume-se que a coletividade atribua-lhe um mesmo conteúdo, fenômeno cujo reflexo prático é um divórcio entre o povo e a nação, por meio do esvaziamento do papel da pessoa na estruturação do modelo democrático de Estado.

Atualmente, a democracia está inserida em uma “sociedade aberta”¹ e plural, prenhe de diversos grupos sociais com práticas, relações, valores, tradições e identidades culturais distintos entre si. Uma sociedade, enfim, multicultural.

O multiculturalismo é a expressão da afirmação e da luta pelo reconhecimento desta pluralidade de valores e diversidade cultural no arcabouço institucional do Estado democrático de direito, mediante o reconhecimento dos direitos básicos das pessoas enquanto seres humanos e o reconhecimento das ‘necessidades particulares’ das pessoas enquanto membros de grupos culturais específicos.²

Sublinhe-se que o conceito de Democracia não pode ser restrito à concepção de democracia política, relegada à simples legitimidade formal de um governo é nem tampouco à participação do povo limitada ao voto.

* Embora o conteúdo evidentemente jurídico deste texto, sua publicação se justifica pelas considerações de ordem democrática que encerra. (Nota da Editoria).

** Doutor em Direito pela UFMG, Professor Adjunto de Direito Processual Penal na UFMG.

¹ HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Frabris Editor, 2002.

² AVRITZER, Leonardo. DOMINGUES, Ivan (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 207.

[...] a democracia participativa soube transcender a noção obscura, abstrata e irreal de povo nos sistemas representativos e transcende, por igual, os horizontes jurídicos da clássica separação de poderes.

E o faz sem dissolvê-la. Em rigor a vincula, numa fórmula mais clara, positiva e consistente, ao povo real, o povo que tem a investidura da soberania sem disfarce.³

Apesar da multiplicidade do vocábulo povo (representativo do povo ativo, instância de atribuição de legitimidade, ícone, destinatário de prestações estatais⁴, certo é que o povo “[...] não é apenas um referencial quantitativo que se manifesta no dia da eleição e que, enquanto tal, confere legitimidade democrática ao processo de decisão”⁵. Não raro, entretanto, o imaginário popular convencionou que o político eleito para um cargo, ainda que descumpra seu projeto para o mandato, permanecerá praticamente inatacável e somente pelo sufrágio ou pela Jurisdição, mudanças poderão ser implementadas.

Ora, o político é eleito em razão das informações que constituem o seu plano de ação, suas metas para o mandato. Após eleito, ele não pode mudar aquela que foi a motivação para o eleitor conferir-lhe o voto, sob pena de fraudar a democracia.

A concretização da democracia implica na remoção de obstáculos e bloqueios que restrinjam a participação do povo para viabilizar o exercício de suas prerrogativas de soberania.

O substantivo da democracia é, portanto, a participação. Quem diz democracia diz, do mesmo passo, máxima presença de povo no governo, porque, sem participação popular, democracia é quimera, é utopia, é ilusão, é retórica, é promessa sem arrimo na realidade, sem raiz na história, sem sentido na doutrina, sem conteúdo nas leis.⁶

É importante ressaltar que os particulares têm a face ampla da legalidade voltada para si, ou seja, podem fazer tudo que não estiver em conflito com o ordenamento jurídico, e não apenas em conflito com a lei.

Tal afirmação tem suporte na possibilidade da pessoa protestar com violência, mesmo através de ações ou omissões que, ainda que sejam típicas e até ilícitas, poderão estar amparadas por alguma excludente de culpabilidade e, dessa forma, o autor do ilícito penal não sofrerá qualquer sanção na esfera penal.

A democracia deve estar presente na realização de todos os atos dos Poderes constituídos do Estado e não há como se delimitar previamente, *numerus clausus*, os meios de participação do povo na realização dos atos de Poder.

³ BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa*; por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 27.

⁴ MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo?* A questão fundamental da democracia. São Paulo: Max Limonad, 1998.

⁵ HÄBERLE, Peter. *op cit.* p. 37.

⁶ BONAVIDES, Paulo. *op cit.* p. 283.

Apesar da pessoa, livremente, poder participar ou interferir na efetivação dos atos oficiais que bem entender e como bem entender, a Administração Pública, em todos os seus estratos, é obrigada a dar oportunidade à participação daqueles que sofrerão, em suas esferas de direito, as consequências de cada ato de Poder.

Diante do raciocínio acima delineado, começa a descortinar o papel primordial do processo para democracia, uma vez que o processo é o instrumento indispensável para o Estado sancionar direitos da pessoa.

A partir do pressuposto de que o procedimento é uma sequência de “atos previstos pelas normas”⁷ e de que processo é uma espécie do gênero procedimento em que a construção do “provimento final”⁸ observa a instrução em contraditório entre as partes, sujeitos que sofrerão os efeitos da decisão⁹, sempre que o ato oficial do Estado impuser um risco a um interesse da pessoa, ele terá a oportunidade de participar da construção do ato de Poder, o que se dará através do processo.

Como decorrência do critério de participação democrática, o Estado é obrigado a franquear a participação efetiva daqueles que, potencialmente, poderão sofrer as consequências do ato oficial em suas esferas de direito, na fase de instrução do provimento “na simétrica paridade de suas posições”¹⁰ com igualdade de oportunidades entre si.

Talvez possa causar espécie o fato de que a principal atribuição do processo não foi vinculada à condição de meio para acesso aos direitos, mas tal atitude é reflexo da abertura de possibilidades pelas quais o particular pode pleitear os seus interesses, inclusive, mas não exclusivamente, pelo processo.

No entanto, toda e qualquer restrição a direitos que o Estado oficial venha a impor aos indivíduos, necessariamente, deverá advir de um processo, judicial ou administrativo, em que seja facultada a participação concreta dos interessados.

Trata-se de um rompimento com um discurso de manipulação de massas que normalmente empurra a população para lutar por seus direitos na Jurisdição e, dessa forma, confinadas em regras procedimentais rígidas, o comportamento domesticado das eventuais vítimas das lesões praticadas pela máquina estatal permite a manutenção de uma nefasta estrutura protelatória.

⁷ No original: *atti, quali previsti e valutati dalle norme*. In: FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di Diritto processuale*. 8. ed. Padova: Cedam, 2001. p. 78.

⁸ O provimento é o ato jurídico mediante o qual os órgãos do Estado, pertencentes aos poderes executivo, legislativo ou judiciário, emanam disposições imperativas. *Ibidem*. p. 7.

⁹ A corrente doutrinária exposta contesta a diferenciação de processo e procedimento estabelecida sob a égide da relação jurídica, fundada em um critério teleológico, a partir do qual o processo diferencia-se do procedimento por possuir finalidades: meio de exercício de poder e instrumento de realização da jurisdição, ao contrário do procedimento que consiste em mera forma extrínseca pela qual se manifesta o processo. Em superação à concepção tradicional da separação entre o processo e o procedimento, concebeu-se um caminho mais coerente e lógico, que identifica, antes da diferença uma interação entre os dois conceitos, interação esta de mesma natureza que a relação existente entre gênero e espécie. Deste modo, o processo deve ser concebido como uma espécie do gênero procedimento.

¹⁰ No original: *nella simmetrica parità delle loro posizione*. In: FAZZALARI, Elio. *op cit.* p. 83.

A MORTE DE ARISTIDES TRAÍRA

*Helvécio de Oliveira Lima**

... "Sendo assim, o mineiro há. Essa raça ou variedade, que, já faz bem tempo, acharam que existia"...
(*Ave, palavra* – Guimarães Rosa)

Aristides Traíra agonizava. Em cima de um catre, numa tapera à beira do rio, setenta e tantos anos de lutas e renúncias estavam prestes a se extinguir. Uma pneumonia se aliara ao velho enfisema que derrotava qualquer ação de antibióticos. A respiração difícil, entrecortada de soluços, o suor frio, pés e mãos geladas indicavam a proximidade do fim.

Padre Paulo, um homenzarrão, voz tronitroante, administrava-lhe a Extrema-Unção. Quando ia em meio ao *De Profundis* percebeu que o moribundo acompanhava a cena litúrgica com movimento de lábios. Esbarrou na leitura, colocou de lado o livrinho de capa preta e, decidido a reanimar o agonizante, principiou uma exortação, naquele sotaque gutural dos holandeses:

– Traíra, você não vai morrer! Mas, para viver é preciso ânimo e coragem! É preciso ter muita fé em Deus. É de muita fé e de muita coragem que você precisa agora! Reaja, homem de Deus!!

A resposta veio lúcida e resignada, num fiozinho de voz:

– Corajoso sempre fui e muita fé em Deus nunca me faltou.

E desalentado:

– Também já vivi muito ... Deus, Nosso Senhor há de ter pena de mim ... Mas, não pare de rezar não, Padre ... Tenho mesmo muita fé.

Padre Paulo não retomou o livro de rezas, mas voltou ao exórdio com ímpeto redobrado:

– Repito: é de fé e de coragem que você precisa!

Decidido, proclamou:

Você não vai morrer mais, Arristides Traíra!

Parou uns segundos para observar o interesse sempre crescente do pobre homem. Depois, quase gritando, ordenou:

* Jornalista.

– Traírra, diga com força: Viva Jesus!

– Viva Jesus!

– Com mais força Traírra: Viva Jesus!

– Viva Jesus!

– Agorra, repita comigo: Viva Maria Concebida sém pecado orriginal!

A frase era por demais comprida, mas, com esforço falou:

– Viva Maria Concebida sem pecado original!

O moribundo suava mais e tinha os olhos muito abertos pela energia que dispendera ao dizer a piedosa invocação.

Padre Paulo entusiasmou-se. Viu na repetição das jaculatórias uma súbita melhora do enfermo. No fundo, esperava talvez a consumação de um milagre: o pleno restabelecimento daquele corpo e também daquele espírito que – no dizer dos velhos do lugar – estivera “nas vascas da morte”...

– Isto é ótimo. Você está vendo como já melhorou?! Agorra, grite com todas as forças do seu corração: MORRA O DEMÔNIO!!!

Aristides se espantou. O olhar esbugalhado e a cor da pele, já si amarelada, parecia ter ficado mais branca. Calou-se, mas pensava: “Meu Deus, este padre está louco... Quer provocar uma briga feia com o Cramulhão... Esta afronta eu é que terei que pagar e logo agora... Acho que não faz isto por maldade... Quer o meu bem... Mas, não vou desafiar o Cão...”

Ficou paralisado.

Padre Paulo, no entanto, insistia:

– Vamos Arristides, diga: MORRA O DEMÔNIO!

Mais alguns instantes de espera e Aristides falou pela última vez, legando também sua última lição de malícia e mineiridade:

– Escuta “seu” Vigário: O senhor não acredita, mas estou morrendo mesmo. Não tenho condição de procurar briga com ninguém! Não vamos bulir com quem não está mexendo com a gente.

Arquejante, concluiu:

– Viva Jesus! Viva Maria! Todos os Santos e anjos, Amém!

E morreu.



AS MINAS GERAIS*

Diego Campos Fonseca**

No período do Ciclo do Ouro sonhos surgiram, lutas foram travadas, vilas se formaram, dando origem à maravilhosa Minas Gerais.

O desbravamento da região que hoje compreende o Estado de Minas Gerais iniciou-se no século XVI, através dos bandeirantes, que chegaram aos pés de um pico chamado Itacolomi. Ali seriam lançados os alicerces de uma cidade, Vila Rica, a legendária Ouro Preto, por cujas ruas percorreriam o ouro e os ideais de liberdade. Imigrantes vinham de todo lugar, ansiosos por construir seus sonhos e fazer fortunas naquele Eldorado. As minas foram surgindo e junto a elas as vilas povoadas. O ouro parecia brotar em todo lugar: Vila Rica, Mariana, Sabará etc. Eram, enfim, muitas minas.

A intensa busca pelo ouro deu início a uma nova sociedade com a consequente criação de novos ofícios. Eram escultores, pintores, poetas... Um Estado Moderno nasce no Brasil, com serviços administrativos, de fiscalização e arrecadação de impostos.

A ambição dos colonos diante do ouro provocou várias revoltas, dentre as quais podemos citar a Inconfidência Mineira, cujo movimento tinha a intenção de romper as relações entre a Colônia e a Metrópole e inspirou a bandeira de Minas Gerais, símbolo maior do Estado.

Nesse ambiente tornou-se possível o surgimento de um movimento artístico e cultural, o Barroco mineiro, que contou com a participação de Aleijadinho e do mestre Ataíde, arte de fervor religioso que encontrou em Minas o cenário perfeito para se estabelecer. Mas não foi só o ouro; também os diamantes fizeram e fazem parte das riquezas mineiras onde tudo é lindo e atraente, com seus lagos, serras e grutas que abrigam deslumbrantes belezas naturais.

Ao andarmos pelas ruas e avenidas das cidades, ao participarmos da vida política e exercermos nossa cidadania, percebemos alguns velhos traços presentes em nossa vida, ajudando-nos a desvendar os mistérios do passado e a compreender melhor o lugar em que vivemos.

* A publicação deste texto, feita como estímulo aos estudantes do ensino fundamental, é de aluno que participou do Concurso de Redação promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

** O autor reside em São João do Oriente, aluno da ProP Lucimar de Barros Soares, da escola estadual Pe. Francisco Weber.